

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Queli Rejane da Silva Konzgen

**OS IMPACTOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL NA AGRICULTURA
FAMILIAR E NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: O CASO DO 1º DISTRITO
DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS**

Santa Maria, RS
2023

Queli Rejane da Silva Konzgen

**OS IMPACTOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL NA AGRICULTURA
FAMILIAR E NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: O CASO DO 1º DISTRITO
DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração Análise Ambiental e Territorial do Cone Sul, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora em Geografia.**

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Carmen Rejane Flores

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Giancarla Salamoni

Santa Maria, RS

2023

Konzgen, Queli Rejane da Silva

OS IMPACTOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL NA
AGRICULTURA FAMILIAR E NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: O
CASO DO 1º DISTRITO DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS / Queli
Rejane da Silva Konzgen .- 2023.
111 p.; 30 cm

Orientadora: Carmen Rejane Flores
Coorientadora: Giancarla Salamoni
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de
Pós-Graduação em Geografia, RS, 2023

1. Agricultura Familiar 2. Previdência Social Rural
3. Desenvolvimento Territorial 4. Canguçu/RS I. Flores,
Carmen Rejane II. Salamoni , Giancarla III. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor (a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, QUELI REJANE DA SILVA KONZGEN, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Tese) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Queli Rejane da Silva Konzgen

**OS IMPACTOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL NA AGRICULTURA
FAMILIAR E NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: O CASO DO 1º DISTRITO
DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração Análise Ambiental e Territorial do Cone Sul, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora em Geografia**.

Aprovado em 21 de novembro de 2023:

Carmen Rejane Flores, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Giancarla Salamoni, Dra. (UFPEL)
(Coorientadora)

Cleder Fontana, Dr. (UFSM)

Liziany Muller, Dra. (UFSM) (Parecer)

Jussara Mantelli, Dra. (FURG)

Maria Regina Caetano Costa, Dra. (UFPEL)

Santa Maria, RS

2023

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os beneficiários da previdência social rural do Brasil,
em especial, aos meus pais, Odocia e Nelson.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa é resultado de uma jornada de estudo iniciada no ano de 2019. Alguns obstáculos ocorreram ao longo deste período, como a pandemia da COVID-19 enfrentada por todos nós e o fato de ter que conciliar o meu trabalho com a escrita da tese. Mas, foi possível chegar até aqui com a contribuição de algumas pessoas, ao qual externo a minha gratidão.

Agradeço aos meus pais, Odocia e Nelson por sempre me apoiarem ao longo de toda a minha formação acadêmica e terem ajudado financeiramente durante o primeiro ano do doutorado, oportunizando assim, cursar as disciplinas. Também agradeço pela companhia durante o trabalho de campo.

Agradeço a minha irmã Seila, pelas conversas nos momentos difíceis. Gratidão por toda a preocupação e amor que tens comigo.

Agradeço as minhas orientadoras. A Carmen, pela paciência e orientações que muito contribuiu para a elaboração deste trabalho. A Giancarla, que tenho grande admiração. Gratidão pelas diversas ideias durante as orientações e por me acompanhar ao longo de toda a minha formação acadêmica.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) pelo ensino de qualidade. Agradeço a Liliane, que mesmo não sendo mais a secretária do programa, sempre respondeu as minhas dúvidas.

Agradeço a querida Helena Moreira pela acolhida na sua casa em Santa Maria. Gratidão pelo carinho e amizade.

Agradeço os aposentados e pensionsitas rurais entrevistados, que foram indispensáveis para a construção deste estudo.

Agradeço ao Luiz pela confecção dos mapas.

Agradeço aos professores membros da minha banca de qualificação, bem como, agradeço aos professores membros da banca avaliadora da tese, pela leitura atenta e contribuições no texto final da tese.

Agradeço meus alunos da Escola do Campo - E.M.E.F. Cristo Rei – Canguçu-RS pela troca de conhecimento sobre o meio rural.

Agradeço a minha cachorra Nina pelo carinho e companhia durante a escrita da tese.

Por fim, agradeço a todos aqueles que não foram citados, mas que colaboraram com este trabalho.

RESUMO

OS IMPACTOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR E NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: O CASO DO 1º DISTRITO DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS

AUTORA: Queli Rejane da Silva Konzgen

ORIENTADORA: Carmen Rejane Flores

COORDINADORA: Giancarla Salamoni

A agricultura familiar, geralmente abrange a produção para o próprio consumo familiar com a produção destinada ao mercado. A referida categoria, em muitos casos, acessa políticas públicas e uma que merece destaque é a previdência social rural. A presente pesquisa tem como área de estudo o município de Canguçu/RS, onde é perceptível a importância da agricultura familiar e da previdência social rural para o desenvolvimento local. O estudo tem como objetivo geral compreender os impactos da previdência social rural para os agricultores familiares e para o desenvolvimento territorial 1º distrito do município de Canguçu/RS. A investigação constituiu-se em uma pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema e a área de estudo e durante esta fase, elaborou-se parâmetros para cada uma das dimensões do desenvolvimento territorial, a fim de entender a realidade. Também foi realizada uma pesquisa de campo em propriedades familiares localizadas no 1º distrito do município de Canguçu/RS e que possuíssem pelo menos um aposentado ou pensionista da previdência social rural. Durante o trabalho de campo foi utilizada a amostragem em unidades do tipo área, a prática da amostragem em “bola de neve”, entrevista por pautas, observação não-participante, diário de campo, levantamento fotográfico e a verificação das coordenadas geográficas das sedes das propriedades estudadas. Além disso, foi aplicada entrevista por pautas com os representantes de instituições que possuem relação com os aposentados e pensionistas rurais. A previdência social rural na dimensão econômica é uma política pública que contribui na formação da renda, na melhoria da produção e na permanência das famílias estudadas no espaço rural. A citada política pública também tem impacto na manutenção e ampliação das atividades comerciais do espaço urbano de Canguçu. O direito ao benefício rural proporciona na dimensão política uma maior autonomia financeira da mulher e destaca-se a relevância das instituições na reivindicação constante da permanência do direito à previdência social rural aos trabalhadores rurais. Na dimensão cultural, os impactos são visíveis nas mudanças dos hábitos alimentares. A dimensão natural/ambiental apresenta impactos negativos que precisam ser superados não apenas entre os idosos, mas entre a juventude rural, através de políticas públicas que estimule a produção de forma mais sustentável, promovendo no futuro o desenvolvimento do território como um todo.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar. Previdência Social Rural. Desenvolvimento Territorial. Canguçu/RS.

ABSTRACT

THE IMPACTS OF RURAL SOCIAL SECURITY ON FAMILY FARMING AND ON TERRITORIAL DEVELOPMENT: THE CASE OF THE FIRST DISTRICT OF THE MUNICIPALITY OF CANGUÇU/RS

AUTHOR: Queli Rejane da Silva Konzgen
ADVISOR: Carmen Rejane Flores
CO-ADVISOR: Giancarla Salamoni

Family farming usually covers production for the family's own consumption with production intended for the market. The category, in many cases, accesses public policies and one that deserves emphasis is rural social security. The present research has as its study area on the municipality of Canguçu/RS, where it is noticeable the importance of family farming and rural social security for local development. The study aims to understand the impacts of rural social security for family farmers and for the territorial development of the first district of the municipality of Canguçu/RS. The investigation consists of bibliographic and documentary research about the theme and the study area, and during this phase, parameters were developed for each of the dimensions of territorial development, in order to understand the reality. A field survey was also conducted on family farming properties located in the 1st district of the municipality of Canguçu/RS, which had at least one retiree or pensioner from rural social security. During the fieldwork, sampling in area units was used, the practice of "snowball" sampling, interviews by guidelines, non-participant observation, field diaries, photographic surveys, and verification of the geographical coordinates of the headquarters of the properties studied. In addition, structured interviews were conducted with representatives of the institutions that have a relationship with rural retirees and pensioners. Rural social security in the economic dimension is a public policy that contributes to income formation, improves production, and maintains the families studied in the rural space. This public policy also impacts the maintenance and expansion of commercial activities in the urban space of Canguçu. The right to rural benefits provides greater financial autonomy for women in the political dimension and highlights the relevance of institutions in the constant claim for the maintenance of the right to rural social security for rural workers. In the cultural dimension, the impacts are visible in the changes in eating habits. The natural/environmental dimension has negative impacts that need to be overcome not only among the elderly, but also among the rural youth, through public policies that encourage production in a more sustainable way, promoting in the future the development of the territory as a whole.

Keywords: Family Farming. Rural Social Security. Territorial Development. Canguçu/RS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do 1º distrito de Canguçu dividido em quadriculas	20
Figura 2 - Representação gráfica da construção da tese	25
Figura 3 - Mapa de localização do município de Canguçu/RS	27
Figura 4 - Mapa da divisão distrital do município de Canguçu	28
Figura 5 - A Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão de Canguçu	29
Figura 6 - Mapa da distribuição espacial das comunidades quilombolas na Serra dos Tapes/RS	30
Figura 7 - Mapa da distribuição espacial dos assentamentos de reforma agrária na Serra dos Tapes/RS	32
Figura 8 - Pirâmide etária da população de Canguçu (2000-2019)	37
Figura 9 - Mapa da Região Geográfica Imediata de Pelotas	53
Figura 10 - Mosaico com algumas paisagens das localidades estudadas	59
Figura 11 - Mapa de localização das propriedades estudadas	60
Figura 12 - Mosaico com algumas das atividades agrícolas (vegetal e animal) desenvolvidas nas propriedades pesquisadas	67
Figura 13 - Mosaico com algumas atividades que os entrevistados auxiliam os filhos na propriedade familiar	68
Figura 14 - Mudança dos produtos cultivados na propriedade familiar com o acesso ao benefício rural	68
Figura 15 - Itens que mais gastam o benefício rural	70
Figura 16 - Esquema com os itens mais consumidos, conforme os beneficiários rurais entrevistados e o Sindilojas	74
Figura 17 - Dificuldades e potencialidades do setor previdenciário do Sindicato	82
Figura 18 - Mudanças na produção para o autoconsumo	87
Figura 19 - Consequências da estiagem nas propriedades estudadas	93
Figura 20 - Práticas de conservação do solo usadas pelos entrevistados	93
Figura 21 - Esquema com alguns relatos sobre as perspectivas de continuidade da família no espaço rural	95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Índice de Desenvolvimento Humano de Canguçu.....	36
Gráfico 2 - Sexo dos entrevistados	60
Gráfico 3 - Distribuição da população pesquisada por sexo e faixa etária.....	61
Gráfico 4 - Número de membros das famílias pesquisadas.....	62
Gráfico 5 - Escolaridade dos entrevistados e de seus respectivos membros da família	63
Gráfico 6 - Número de membros aposentados ou pensionistas na propriedade familiar	64
Gráfico 7 - Frequência que os entrevistados se deslocam para a cidade de Canguçu durante o mês	65
Gráfico 8 - Porcentagem da renda do benefício rural comparada com outras fontes de renda da propriedade familiar	66
Gráfico 9 - Forma de aquisição da terra	77
Gráfico 10 - Participação dos entrevistados em sindicato, associação ou cooperativa	79
Gráfico 11 - Instituições que os entrevistados encaminharam o benefício rural.....	81
Gráfico 12 - Vínculo comunitário em igreja conforme a religião	86
Gráfico 13 - Mudanças alimentares das famílias após passarem a ter o direito ao benefício rural.....	89
Gráfico 14 - Compra de agrotóxicos com recurso do benefício rural	90
Gráfico 15 - Recursos hídricos existentes nas propriedades familiares estudadas...	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Categorias, quadriculas e respectivas localidades pesquisadas	20
Quadro 2 - Dimensões do desenvolvimento territorial e seus respectivos parâmetros de análise	43
Quadro 3 - Quadrantes e respectivas localidades pesquisadas, variação de distância até o centro de Canguçu e número de entrevistas por localidade	57
Quadro 4 - Algumas falas de entrevistados sobre o cultivo do tabaco ao passarem a ter o direito ao benefício rural	69
Quadro 5 – Algumas falas dos entrevistados sobre o pagamento de serviços de saúde com recurso do benefício rural.....	71
Quadro 6 - Algumas falas dos entrevistados sobre o investimento do benefício rural na propriedade	71
Quadro 7 - Algumas falas dos entrevistados sobre a proposta da reforma da previdência	84
Quadro 8 - Algumas falas dos entrevistados sobre a forma de trabalho na propriedade	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Principais produtos agrícolas do município de Canguçu (em toneladas) .	32
Tabela 2 - Principais produtos da pecuária do município de Canguçu	33
Tabela 3 - Sexo do produtor quanto a propriedade da terra	34
Tabela 4 - Condição do produtor em relação à terra.....	35
Tabela 5 - População do município de Canguçu no período de 1920 – 2022	36
Tabela 6 - Benefícios mantidos nos municípios da Região Geográfica Imediata de Pelotas*	54
Tabela 7 - Benefícios concedidos entre 2010-2022 no município de Canguçu	55
Tabela 8 - Número de empréstimos consignados do município de Canguçu*	76
Tabela 9 - Tamanho das propriedades pesquisadas (em hectares)	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT's - Acordos de Cooperação Técnica

AFUBRA - Associação dos Fumicultores do Brasil

ARPASUL - Associação Regional dos Produtores Agroecologistas da Região Sul

CAP - Caixa de Aposentadorias e Pensões

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COOPAR - Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul

COSULATI - Cooperativa Sul-Riograndense de Laticínios

DEE-RS – Departamento de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FETAG-RS - Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

FUNRURAL - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

PEC - Proposta de Emenda Constitucional

PIB - Produto Interno Bruto

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRORURAL - Programa de Assistência ao Trabalhador Rural

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SICREDI - Sistema de Crédito Cooperativo

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

SINDILOJAS - Sindicato do Comércio Varejista de Canguçu

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Problema e Justificativa.....	15
1.2 Objetivos	17
1.2.1 <i>Objetivo Geral</i>	17
1.2.2 <i>Objetivos Específicos</i>	17
1.3 O caminho metodológico.....	17
1.4 Área de estudo	27
2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, AGRICULTURA FAMILIAR E PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL: uma revisão teórica.....	39
2.1 Desenvolvimento territorial como categoria de análise.....	39
2.2 Discussão sobre a agricultura familiar	45
2.3 História da Previdência Social Rural no Brasil.....	48
2.4 Previdência social rural: a importância da política pública em Canguçu/RS....	53
3 PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL: O CASO DO 1º DISTRITO DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS	57
3.1 Caracterização geral dos entrevistados	60
3.2 Dimensão Econômica.....	65
3.3 Dimensão Política.....	78
3.4 Dimensão Cultural	85
3.5 Dimensão Natural/Ambiental.....	90
3.6 Perspectivas dos beneficiários rurais pesquisados	94
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	99
APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA POR PAUTAS COM OS APOSENTADO OU PENSIONISTA RURAL	106
APÊNDICE 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA POR PAUTAS COM REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES AGRICULTORES FAMILIARES DE CANGUÇU.....	109
APÊNDICE 3 - ROTEIRO DE ENTREVISTA POR PAUTAS COM REPRESENTANTE DO SINDILOJAS - Canguçu	110
APÊNDICE 4 – TERMO DE CONSENTIMENTO	111

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é responsável por grande parte da produção de alimentos consumidos pela população brasileira, gerando trabalho e renda no espaço rural. Também é uma categoria relevante para o desenvolvimento territorial do Brasil. O campo, para este segmento social, não é apenas um espaço de trabalho, mas, de produção, moradia e de construção de projetos de vida.

A diversidade produtiva é uma característica significativa desta categoria, que, geralmente, abrange a produção para o autoconsumo com a produção destinada para o mercado. Além da produção agrícola (vegetal e animal), a agricultura familiar, em muitos casos, desenvolve atividades não agrícolas e acessa políticas públicas que contribuem para sua permanência no espaço rural. Uma política que merece destaque é a previdência social rural, pois ela representa a seguridade social e os benefícios da previdência contribuem para a formação da renda das famílias rurais.

A política pública em questão é considerada a mais importante para o idoso, possibilitando fonte de renda para a sua sobrevivência, promovendo a autonomia e contribuindo na melhoria do padrão de vida do beneficiário e de sua família (MACIEL *et al.* 2014).

Como temática relacionada a previdência social rural, aponta-se o desenvolvimento territorial. Segundo Ortega (2007), na década de 1990 o tema do desenvolvimento passa a ser revalorizado pela literatura econômica e pelas políticas públicas, a partir de um viés territorial. Neste sentido, a concepção de desenvolvimento territorial é a base das políticas públicas direcionadas para o espaço rural e para a agricultura familiar.

A previdência social brasileira é uma das políticas mais consistente e reconhecida no campo dos direitos sociais. Reformas previdenciárias foram realizadas em todos os governos desde a Constituição de 1988, entretanto, a proposta de reforma do governo Jair Bolsonaro foi a mais impactante, uma vez que altera demasiadamente o que foi construído ao longo da história. Além disso, é a mais injusta com os brasileiros e que aumenta riscos aos grupos vulneráveis, como as mulheres e os idosos (LOBATO; COSTA; RIZZOTTO, 2019).

A última reforma da previdência no Brasil foi apresentada através da Proposta de Emenda à Constituição 06/2019 (PEC-06/2019)¹, onde foi proposto uma série de

¹ A Proposta de Emenda à Constituição (PEC-06/2019) é abordada de forma detalhada no capítulo 2.

mudanças para o acesso a benefícios previdenciários. A PEC 06/2019 afetou diversas categorias sociais, no caso dos trabalhadores rurais, mesmo sendo segurados especiais, esses sofrem com as desigualdades existentes no espaço rural. Muitos começam a trabalhar já na infância e, em muitos casos, enfrentam dificuldades para comprovar sua renda.

Ao analisar a Emenda Constitucional Nº 103, de 12 de novembro de 2019, que altera o sistema previdenciário social e estabelece regras de transição e disposições transitórias, percebe-se que não houve mudanças no sistema previdenciário dos trabalhadores rurais. Caso a proposta direcionada a essa categoria tivesse sido aprovada, se tornaria ainda mais difícil adquirir os direitos previdenciários, devido à ampliação da idade mínima e tempo de contribuição, desigualdade de gênero e dos critérios da forma de contribuição, o que levaria, à supressão de vários direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988.

De acordo com Lobato, Costa e Rizzotto (2019), ocorreu à ausência de debate da reforma com a sociedade e os sindicatos não foram incorporados ao processo de elaboração da referida proposta, fato este incomum em todos os governos desde a redemocratização.

A presente pesquisa surge a partir das inquietações e das observações pessoais acerca do papel da previdência social rural no que diz respeito à agricultura familiar e ao desenvolvimento territorial do município de Canguçu/RS.

1.1 Problema e Justificativa

A problemática de investigação proposta nesta pesquisa tem como área de estudo o município de Canguçu/RS. A área de estudo é reconhecida como a Capital Nacional da Agricultura Familiar (Lei Municipal 14.638/23) por possuir o maior número de pequenas propriedades familiares do Brasil. Segundo o Censo Agropecuário – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), o número de estabelecimentos agropecuários do referido município estava representado por um total de 8.075 estabelecimentos, sendo que 6.691 eram estabelecimentos familiares e 1.384 de estabelecimentos não familiares.

Ao contrário da realidade de muitos municípios brasileiros, na área de estudo ainda predomina a população rural, ou seja, 63,02% do total da população de Canguçu reside no espaço rural (IBGE, 2010).

A escolha do município de Canguçu como área de estudo justifica-se pelo fato de eu ser filha de agricultores familiares deste município e por conhecer e ter afinidade com a realidade do espaço rural, sendo percebível a importância da agricultura familiar e da previdência social rural para o desenvolvimento local.

O tema desta tese vem despertando o interesse ao longo da minha formação acadêmica, devido à inexistência de estudos específicos sobre a previdência social rural na área de estudo. Além disso, essa pesquisa representa uma continuidade das pesquisas anteriores de minha autoria, a primeira intitulada “A MULTIFUNCIONALIDADE NOS ESPAÇOS DA AGRICULTURA FAMILIAR: Um estudo de caso na localidade da Glória – 1º distrito do município de Canguçu/RS”²; e, a segunda “AS ESTRATÉGIAS SOCIOECONÔMICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR: Perspectivas de permanência e continuidade do Grupo Agroecológico do Remanso - Canguçu/RS”³.

Nas duas pesquisas constatou-se que, além da produção agropecuária, as unidades de produção familiar possuem outras fontes de renda, como por exemplo, o benefício previdenciário rural, considerado uma importante fonte de renda para muitas famílias.

Cabe salientar, o papel do Estado na valorização da agricultura familiar e no desenvolvimento territorial, por meio da previdência social rural, sendo esta uma das principais políticas públicas voltada para essa categoria, promovendo o fortalecimento e a permanência das famílias no meio rural de Canguçu.

Considerando a realidade do município de Canguçu, elaborou-se o seguinte **problema de pesquisa**: Quais os impactos dos benefícios rurais da previdência social na agricultura familiar e no desenvolvimento territorial do 1º distrito do município de Canguçu/RS?

2 KONZGEN, Queli Rejane da Silva Konzgen. **A multifuncionalidade nos espaços da agricultura familiar**: um estudo de caso na localidade da Glória – 1º distrito do município de Canguçu/RS. 128f. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

3 KONZGEN, Queli Rejane da Silva Konzgen. **As estratégias socioeconômicas da agricultura familiar: perspectivas de permanência e continuidade do grupo Agroecológico do Remanso – Canguçu/RS**. 131f. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2019.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Compreender os impactos da previdência social rural para os agricultores familiares e para o desenvolvimento territorial do 1º distrito do município de Canguçu/RS.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar as repercussões do benefício rural da previdência social na organização das unidades de produção familiar - UPFs;
- Identificar as finalidades dos recursos da previdência social pelos agricultores familiares;
- Analisar as relações entre o rural e o urbano na escala local, sob a ótica da destinação dos recursos;
- Relacionar a política da previdência social com as dimensões do desenvolvimento territorial.

1.3 O caminho metodológico

A presente pesquisa tem uma abordagem qualitativa que busca entender os fenômenos na escala local. A pesquisa é uma forma produzir conhecimento científico, sendo “um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico, de técnicas e metodologias” (ANDRADE; SCHMIDT, 2015, p. 13).

O método que norteia esta pesquisa é o método descritivo, sendo este, um método qualitativo e segundo Gil (2002), o método descritivo tem como objetivo a descrição das características da população ou fenômeno. Mesmo sendo descritivo, o citado autor explica que o pesquisador deve ir além da simples descrição, analisando e extrapolando os dados e realizando explicações sobre a realidade estudada.

A primeira etapa da pesquisa compreendeu a revisão bibliográfica sobre os temas do desenvolvimento territorial, agricultura familiar e previdência social rural, conceitos-chave deste estudo. Na revisão teórica utilizou-se livros, artigos científicos, dissertações e teses de autores das diversas áreas do conhecimento. Também nesta

etapa foi elaborado parâmetros para cada uma das dimensões do desenvolvimento territorial, a fim de compreender a realidade estudada.

A estruturação do referencial teórico proporciona identificar e representar fenômenos sociais, econômicos, ambientais e culturais, responsáveis pela ocorrência de certos eventos. Já a pesquisa empírica surge como uma necessidade de avaliar a aplicação das propostas teórico-metodológicas na realidade analisada. Nesse sentido, o objetivo da revisão teórica é subsidiar a interpretação da realidade pesquisada (MENDES; PESSÔA, 2009).

Na pesquisa qualitativa, de acordo com Deslauriers e Kérisit (2012), a revisão teórica não é feita apenas na etapa inicial, mas ao longo de todo o processo, sendo que o pesquisador qualitativo recorre a ela desde a elaboração do objeto até a análise dos dados e mantém um equilíbrio entre o trabalho teórico e empírico.

A segunda etapa englobou a descrição da área de estudo, principalmente através da pesquisa documental. Foi realizada a sistematização de dados secundários, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Também, a sistematização de dados primários obtidos junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – Agência Pelotas, com a finalidade de obter informações referente ao número de beneficiários rurais e urbanos do município de Canguçu.

O autor Gil (2008) expõe que a pesquisa documental é semelhante à pesquisa bibliográfica e que a diferença entre ambas está na natureza das fontes. A pesquisa documental “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2008, p. 51). Na pesquisa documental existem

[...] de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, etc (GIL, 2008, p. 51).

A terceira etapa compreendeu o levantamento de dados primários junto aos aposentados e pensionistas da previdência social rural, residentes no 1º distrito do município de Canguçu/RS. “Dentre as várias técnicas utilizadas, considera-se o trabalho de campo uma atividade de grande importância para a compreensão e a

leitura do espaço, possibilitando o estreitamento da relação entre teoria e prática” (GOBBI; PESSÔA, 2009, p. 487).

Segundo Marafon (2009), atualmente, o espaço rural brasileiro

[...] mostra-se híbrido, múltiplo com a presença do agronegócio, da produção familiar, das atividades não agrícolas, de agricultores e não agricultores, que criam interações, participam de redes complexas e imprimem sua marca ao espaço rural. O grande desafio para nós profissionais de geografia, é o de investigar e contribuir com o debate sobre as transformações socioespaciais que estão ocorrendo no campo brasileiro. Nesse contexto, o trabalho de campo é fundamental para que possamos desvendar essa realidade (MARAFON, 2009, p.391).

Foram pesquisadas propriedades familiares que possuíam pelo menos um aposentado ou pensionista da previdência social rural. A escolha do recorte espacial da pesquisa foi intencional, devido a questões de proximidade e acessibilidade, uma vez que o 1º distrito está localizado mais próximo da sede urbana do município.

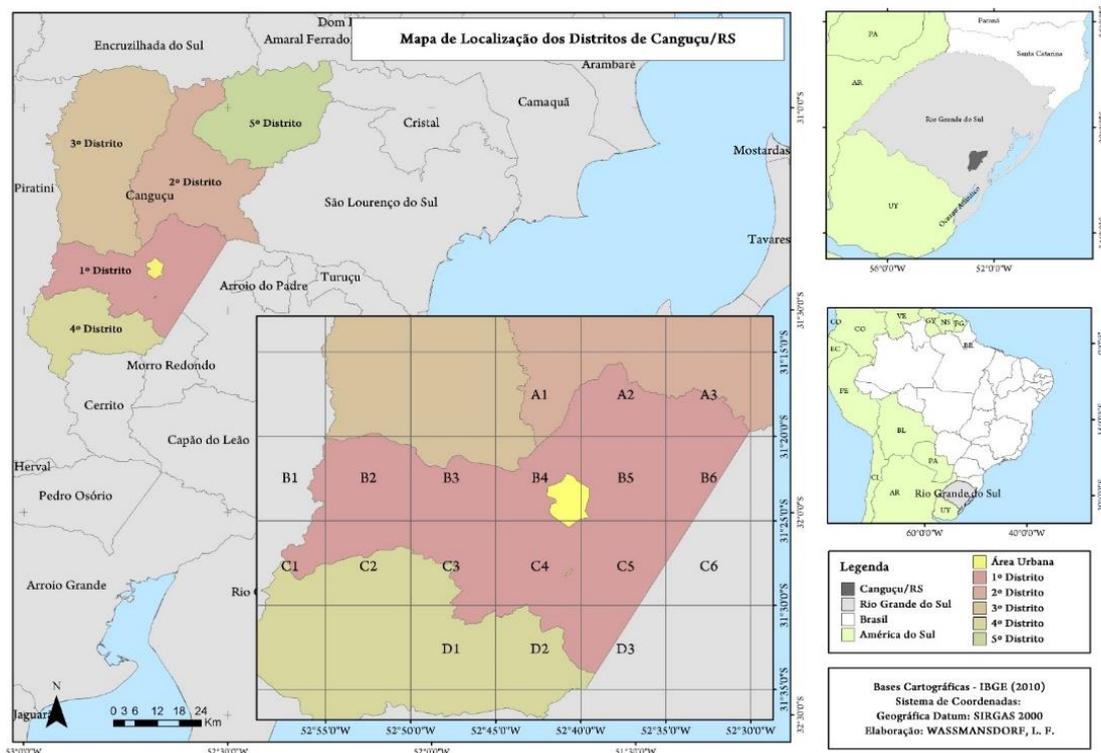
O 1º distrito é constituído por trinta e duas localidades, são elas: Posto Branco; Três Pontes; Solidez; Remanso; Santa Clara; Coxilha dos Cunha; Rincão do Silveira; Lacerda; Alto da Pedreira; Rincão dos Maias; Canguçu Velho; Favila; Coxilha dos Cavalheiro; Passo dos Oliveiras; Passo do Valadão; Passo do Vime; Coxilha dos Silveira; Coxilha dos Campos; Coxilha do Sobradinho; Glória; Encruzilha dos Grilos; Passo da Barra; Passo do Atalho; Sanga Funda; Colônia São Domingos; Coxilha dos Pedreira; Quilombo; Chácara dos Moreira; Chácara do Paraíso; Ares Alegre; Lagoa do Junco; Coxilha dos Amaral.

Foi adotada a amostragem em unidades espaciais do tipo área. Conforme Gerardi e Silva (1981, p. 12) “há situações em que o levantamento completo é inviável, senão impossível, devido a restrições de custo, tempo, material, mão de obra etc., o que nos leva a adotar a amostragem como solução”.

De acordo com Troleis *et al.* (2015), quando se utiliza a amostragem em escala espacial, um dos elementos que pode ser usado é a quadrícula, que compreende o recorte para a definição dos pontos amostrais, sendo que os pontos situados no interior da quadrícula farão parte da amostra coletada. A soma dos pontos existentes nas quadrículas, constituirá o tamanho da amostra no recorte espacial estudado.

A seguir, o mapa do 1º distrito do município de Canguçu dividido em quadrículas de área (Figura 1).

Figura 1 - Mapa do 1º distrito de Canguçu dividido em quadrículas



Fonte: Elaborado por Luiz Felipe Wassmansdorf, 2023.

A escolha das quadrículas ocorreu de forma dirigida, em três categorias conforme a distância da sede urbana do município de Canguçu. No Quadro 1, consta as categorias, as quadrículas e as respectivas localidades pesquisadas.

Quadro 1 - Categorias, quadrículas e respectivas localidades pesquisadas

Categoria	Quadrícula	Localidades
Distante	B2	Santa Clara Remanso
Intermediária	B3	Coxilha dos Cavalheiros Coxilha dos Cunha
Próxima	C5	Glória Coxilha dos Campos

Fonte: Organizado pela autora, 2023.

Foram entrevistados um total de trinta e sete aposentados ou pensionsitas da previdência social rural que residem no 1º distrito do município de Canguçu, durante os meses de abril e maio de 2023, por meio da técnica de amostragem “bola de neve”, amostra do tipo não probabilística.

Segundo Vinuto (2014, p. 201) “apesar de suas limitações, a amostragem em bola de neve pode ser útil para pesquisar grupos difíceis de serem acessados ou estudados, bem como, quando não há precisão sobre sua quantidade”. No caso desta pesquisa, a escolha por este tipo de amostragem ocorre pelo fato da imprecisão sobre a quantidade de habitantes do 1º distrito, em razão de não existir dados tanto no IBGE quanto no INSS, referente ao número de habitantes e o número de beneficiários do INSS, por distrito, respectivamente.

A mesma autora explica que prática da amostragem em bola de neve se constrói da seguinte forma:

[...] para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como *sementes*, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas *sementes* indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador. Eventualmente o quadro de amostragem torna-se saturado, ou seja, não há novos nomes oferecidos ou os nomes encontrados não trazem informações novas ao quadro de análise (VINUTO, 2014, p.203).

A prática da amostragem em bola de neve apresentada pela autora foi considerada neste estudo. Para o início da pesquisa empírica os informantes-chaves, ou seja, as *sementes* foram as pessoas mais conhecidas que residem nas quadrículas escolhidas do 1º distrito de Canguçu. Após a realização da pesquisa com as *sementes*, estas deveriam indicar contatos para continuar o desenvolvimento do trabalho de campo. As pessoas indicadas pelas *sementes* indicaram novos contatos, até a amostragem se tornar saturada, ou seja, as novas entrevistas não acrescentarem novas informações a pesquisa.

A amostragem em bola de neve possui de acordo com Vinuto (2014) às seguintes limitações: quando o número da população é relativamente pequeno a amostragem torna-se exaustiva e com um menor número de contato; população com grande número de pessoas não irá produzir uma amostra representativa e aleatória; pessoas mais “populares” terão maior probabilidade de ser indicadas ao entrevistador; acesso a argumentos semelhantes. A mesma autora afirma que as limitações não inviabilizam sua utilização e independente de todas as limitações:

[...] há momentos em que a amostragem em bola de neve pode ser a melhor – e, em muitos casos, a única - forma disponível para se estudar determinado

grupo. Dessa forma, a grande vantagem dessa forma de amostragem é o fato dos entrevistados serem recrutados a partir da relação pessoal das pessoas dispostas a indicar contatos, o que pode emprestar confiabilidade ao entrevistador (VINUTO, 2014, p. 208).

Para realização das entrevistas com os aposentados e pensionsitas da previdência social rural, foi utilizada o tipo de roteiro por pautas (APÊNDICE 1). Esse tipo de entrevista,

[...] apresenta certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso. As pautas devem ser ordenadas e guardar certa relação entre si. O entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente à medida que refere às pautas assinaladas. Quando este se afasta delas, o entrevistador intervém, embora de maneira suficientemente sutil, para preservar a espontaneidade do processo (GIL, 2008, p. 112).

Ainda com relação às técnicas de coleta de dados no contexto empírico, utilizou-se a observação, o diário de campo, o levantamento fotográfico e a verificação das coordenadas geográficas das sedes das propriedades, para a elaboração do mapa de localização.

A observação é fundamental na pesquisa e apresenta como principal vantagem, se comparada com outras técnicas, à questão de os fatos serem constatados diretamente, sem qualquer intermediação, assim, a subjetividade existente no processo de investigação, tende a ser reduzida (GIL, 2008). A observação adotada foi do tipo não participante, também conhecida como simples. A observação simples é

[...] aquela em que o pesquisador, permanecendo alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os fatos que ali ocorrem. Neste procedimento, o pesquisador é muito mais um espectador que um ator (GIL, 2008, p. 101).

Conforme Gil (2008), o registro da observação simples geralmente é feito no diário de campo. O diário de campo “é mais que um simples registro de fatos, ele reflete a memória do pesquisador para que as informações sejam analisadas em profundidade” (MARAFON, 2009, p. 389).

Durante o trabalho de campo, realizou-se os registros fotográficos, com o intuito de ilustrar a realidade estudada, por meio da materialidade da fotografia. Quanto ao uso de fotografias Ramos e Pessôa (2017, p. 456), apontam que “[...] é para contribuir na percepção, na ilustração e na documentação dos fenômenos investigados.

Representa o pensamento do fotógrafo ou uma forma de expressão de um espaço, aquilo que se queira dizer [...]”.

Também no transcorrer da pesquisa de campo foi feita a verificação das coordenadas geográficas de cada uma das sedes das propriedades familiares pesquisadas e, posteriormente, à confecção do mapa de localização das propriedades familiares pesquisadas, sendo esta uma representação cartográfica que facilita o conhecimento da realidade.

A quarta etapa compreendeu a aplicação de entrevista por pautas com dois representantes do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Canguçu (Apêndice 2) e com um representante do Sindicato do Comércio Varejista de Canguçu – Sindilojas Canguçu (Apêndice 3), durante o mês de setembro de 2023. Com a finalidade de compreender a importância da previdência social rural quanto ao fortalecimento da agricultura familiar, bem como, ao desenvolvimento principalmente das atividades existentes no espaço urbano do município.

Vale evidenciar, que tanto as entrevistas com os aposentados ou pensionistas rurais, quanto com os representantes do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Canguçu e do Sindilojas Canguçu foram gravadas com o consentimento dos entrevistados.

Na quinta etapa da pesquisa, os dados primários coletados nas entrevistas foram transcritos conforme a fala dos entrevistados. Tabulados e organizados na forma de textos, tabelas, quadros, gráficos, mapas, entre outros. Com isso, foi feita a análise e interpretação das falas dos entrevistados e a relação com a literatura adotada para gerar o resultado da pesquisa e, conseqüentemente, a produção de conhecimento.

Quanto à técnica de análise e tratamento dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo, do tipo análise categorial. Conforme Bardin (2011), a análise categorial é a mais antiga e a mais usada e funciona através da separação do texto em categorias. “A análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (BARDIN, 2011, p. 24).

Segundo Bardin (2011), a utilização da análise de conteúdo, ocorre em torno de três polos cronológicos, são eles: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A pré-análise compreende a fase de organização do material e a chamada leitura “flutuante”, ou seja, o primeiro contato com o documento, que permitirá definir quais documentos são mais promissores para ser analisados (BARDIN, 2011). Ainda nessa fase ocorre a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que estabeleçam a interpretação final.

Na exploração do material que é a segunda fase deve ser adotado procedimentos de codificação, classificação e categorização (BARDIN, 2011).

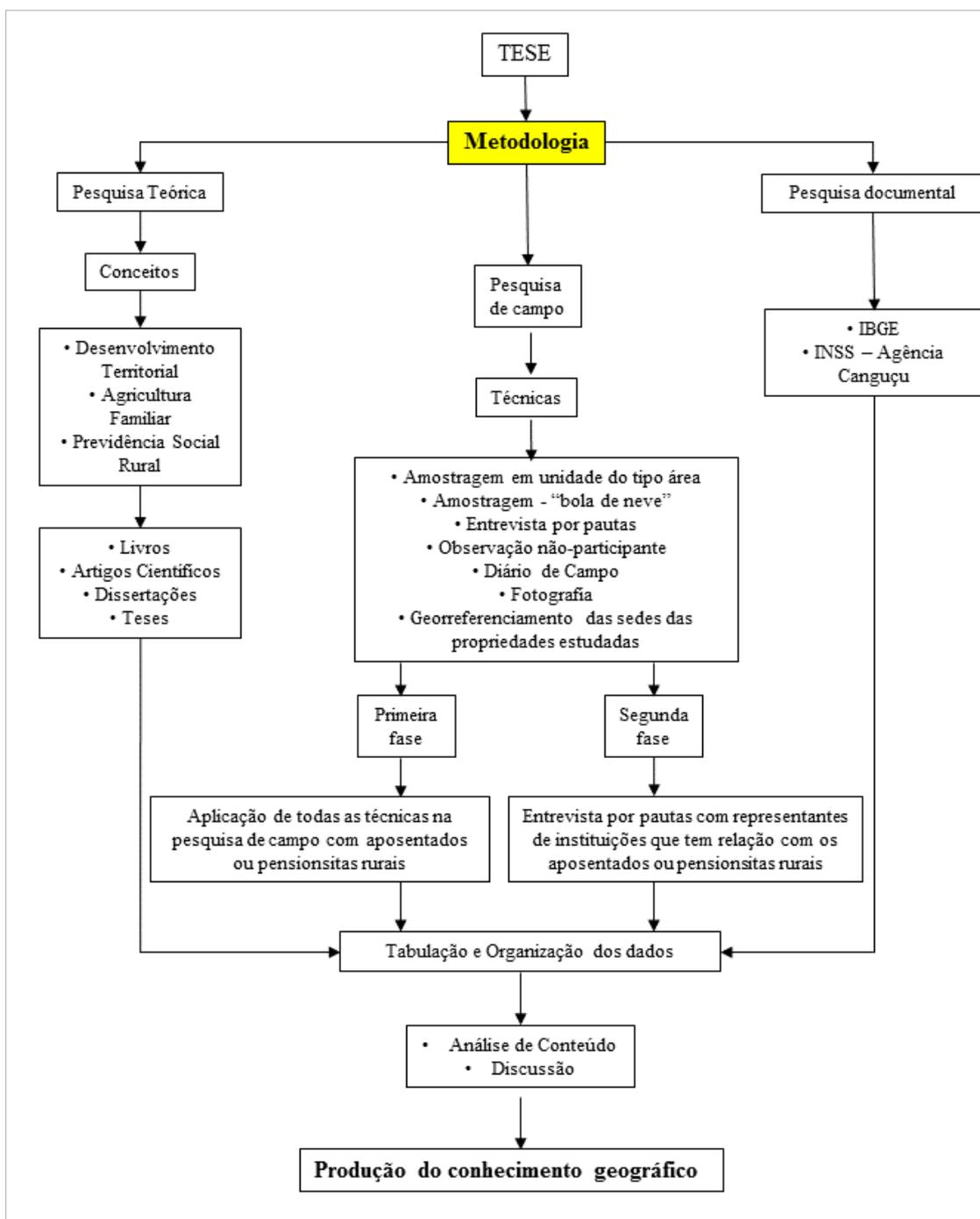
Na terceira fase do processo de análise de conteúdo chamada tratamento dos resultados e interpretação, Bardin (2011) explica que será alcançado o objetivo da análise de conteúdo, que é a chamada inferência, ou seja, a explicação e compreensão do material. A mesma autora expõe que na terceira fase da análise de conteúdo:

Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos ("falantes") e válidos. Operações estatísticas simples (percentagens), ou mais complexas (análise fatorial), permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise. Para um maior rigor, esses resultados são submetidos a provas estatísticas, assim como a testes de validação. O analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos - ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas (BARDIN, 2011, p.131).

Os autores Gobbi e Pessoa (2009, p. 487) consideram que a pesquisa qualitativa promove uma maior aproximação da realidade e a análise de conteúdo, “reduz o risco de enquadrarmos, forçosamente, a realidade em modelos, em vez que, pelos procedimentos que adota, permite que questões não suscitadas possam emergir no avanço da pesquisa”.

Os caminhos metodológicos da tese podem ser visualizados na representação gráfica apresentada na Figura 2.

Figura 2 - Representação gráfica da construção da tese



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Quanto ao caminho metodológico, resumidamente, o estudo constituiu-se inicialmente em uma pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema e a área de estudo e durante esta fase, elaborou-se parâmetros para cada uma das dimensões do desenvolvimento territorial, com o objetivo de compreender a realidade. Também foi efetuada uma pesquisa de campo em propriedades familiares localizadas no 1º

distrito do município de Canguçu/RS e que possuíssem pelo menos um aposentado ou pensionista da previdência social rural. Durante o trabalho de campo foi utilizado a amostragem em unidades do tipo área, a prática da amostragem em “bola de neve”, entrevista por pautas, observação não-participante, diário de campo, levantamento fotográfico e a verificação das coordenadas geográficas das sedes das propriedades estudadas.

Além disso, foi aplicada entrevista por pautas com os representantes de instituições que possuem relação com os aposentados e pensionsitas rurais. As entrevistas realizadas foram transcritas e posteriormente os dados foram tabulados e organizados de diversas formas. A técnica de análise e tratamento dos dados adotada foi a análise de conteúdo. Ao realizar a análise e interpretação dos dados, relacionou-se com a literatura adotada e conseqüentemente a produção do conhecimento.

Cabe mencionar que a tese está estruturada em quatro capítulos. A seguir, a descrição de cada capítulo.

Capítulo 1 – Introdução: esse capítulo foi destinado para a caracterização geral do trabalho, abordando o tema, o problema, a justificativa, os objetivos, a metodologia e a descrição da área de estudo.

Capítulo 2 – Desenvolvimento territorial, agricultura familiar e previdência social rural: uma revisão teórica - esse capítulo refere-se à revisão teórica dos conceitos-chave desta pesquisa, são eles: desenvolvimento territorial; agricultura familiar; previdência social rural. Também apresenta a análise e discussão de dados secundários sobre a previdência social rural da área de estudo.

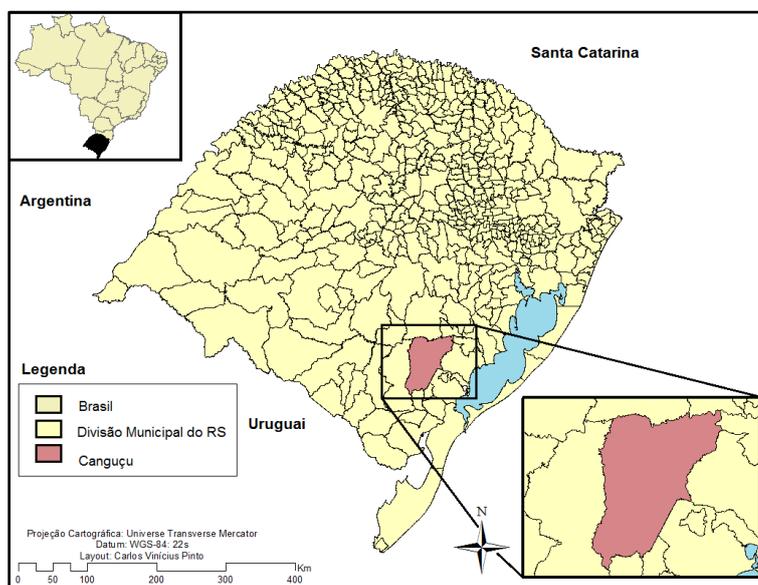
Capítulo 3 – Previdência social rural: o caso do 1º distrito do município de Canguçu/RS - esse capítulo abarca os resultados obtidos durante a realização das pesquisas de campo com os beneficiários rurais (aposentado ou pensionista) e com os representantes das instituições que possuem relação com os aposentados e pensionistas rurais.

Capítulo 4 – Considerações finais: o último capítulo trata das considerações finais sobre a pesquisa, avaliando a metodologia adotada e os resultados obtidos durante a realização do trabalho de campo.

1.4 Área de estudo

Canguçu é um município brasileiro do estado do Rio Grande do Sul e está localizado na Serra do Sudeste, no Escudo Cristalino sul-riograndense (Figura 3), fica em torno de 52 Km do município de Pelotas e 270 Km de distância da capital gaúcha. A área territorial do município de Canguçu de acordo com o IBGE (2020) é de 3.526,253 Km².

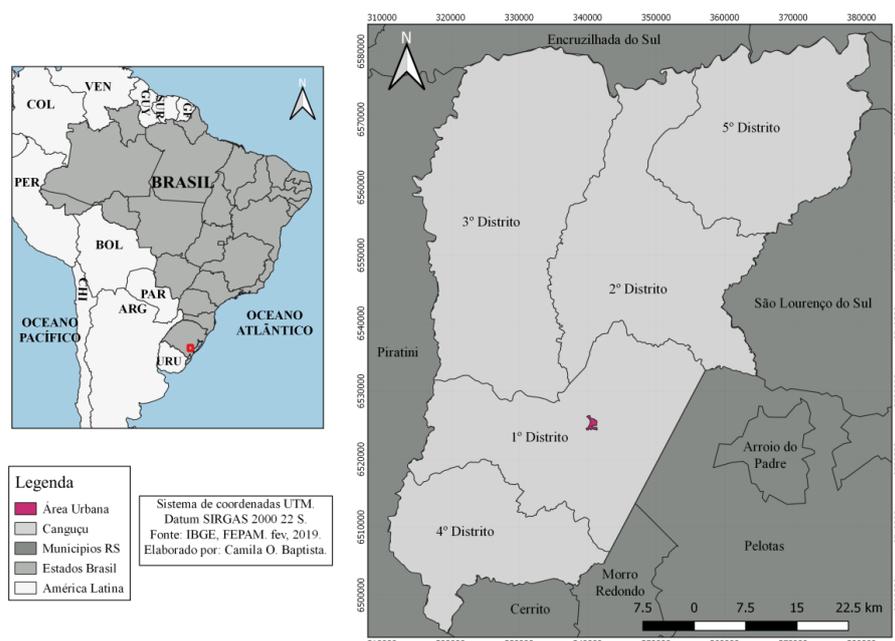
Figura 3 - Mapa de localização do município de Canguçu/RS



Fonte: Elaborado por Carlos Vinícius Pinto, 2015.

Conforme a Figura 4, o município em estudo é dividido em cinco distritos e no primeiro está localizada a área urbana e as localidades rurais mais próximas e os outros quatro distritos localizam-se mais distante da sede. Canguçu tem como limítrofes: ao norte com os municípios de Encruzilhada do Sul, Amaral Ferrador e Cristal, ao sul com o município de Cerrito, a leste com os municípios de São Lourenço do Sul, Pelotas e Morro Redondo e a oeste com o município de Piratini.

Figura 4 - Mapa da divisão distrital do município de Canguçu



Fonte: Elaborado por Camila O. Baptista, 2019.

Quanto aos aspectos físicos do município, segundo Salamoni *et al.* (2021), Canguçu está localizado no domínio climático subtropical e com chuvas regulares, apresenta uma ampla drenagem composta por riachos, arroios e rios. O clima predominante é o subtropical, com as estações do ano definidas e chuvas regulares. Já o relevo:

[...] é formado tanto por áreas planas quanto acidentadas, estando assentado na formação geológica do Escudo Sul-rio-grandense, no domínio da Serra dos Tapes, segmento da Serra Sudeste. Canguçu possui alguns compartimentos geomorfológicos, entre eles o Compartimento Geomorfológico de Cristas, o Compartimento Geomorfológico de Colinas e o Compartimento Geomorfológico da Planície Aluvial do Rio Camaquã. No que diz respeito ao relevo, as principais características são: forte, ondulado, escarpado, montanhoso, suave e aplainado, com a predominância de coxilhas e serras (SALAMONI, *et al.*, 2021, p. 26-27).

Sobre o solo e a vegetação, Salamoni *et al.* (2021) ao considerarem os compartimentos geomorfológicos, abordam que Canguçu possui solos rasos com afloramentos rochosos esparsos, solos profundos, solos aluviais, solos menos suscetíveis à erosão e solos férteis. Já a vegetação é formada por vegetação arbustiva, resquícios de mata nativa e vegetação campestre.

Quanto aos aspectos históricos da área de estudo, de acordo com Bento (2007), os primeiros habitantes foram os indígenas denominados de Tapes (pertencentes ao grupo Tupi-Guarani).

Conforme Neves (2011), entre 1780 e 1800, os colonizadores açorianos estabeleceram-se no município de Canguçu. Os açorianos tiveram um papel fundamental no desenvolvimento da agricultura em Canguçu. Eles foram os responsáveis pelo início da colonização do território e considerados os primeiros agricultores, além do trigo, produziam milho, linho, aveia e sorgo (NEVES, 2011).

A Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão de Canguçu (Figura 5) foi um importante marco do desenvolvimento da agricultura no município, durante o século XVIII. A Real Feitoria localizava-se na atual localidade do Canguçu Velho – 1º distrito, funcionou de 1783-1789 e além do linho, eram produzidos milho, feijão, abóbora e mandioca. Conforme Oliveira e Carle (2011), o trabalho na Real Feitoria era executado pelos negros. Em 1788, a Real Feitoria foi para o município de São Leopoldo/RS, onde funcionou até 1824.

Figura 5 - A Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão de Canguçu



Fonte: BENTO, 2009, p. 11.

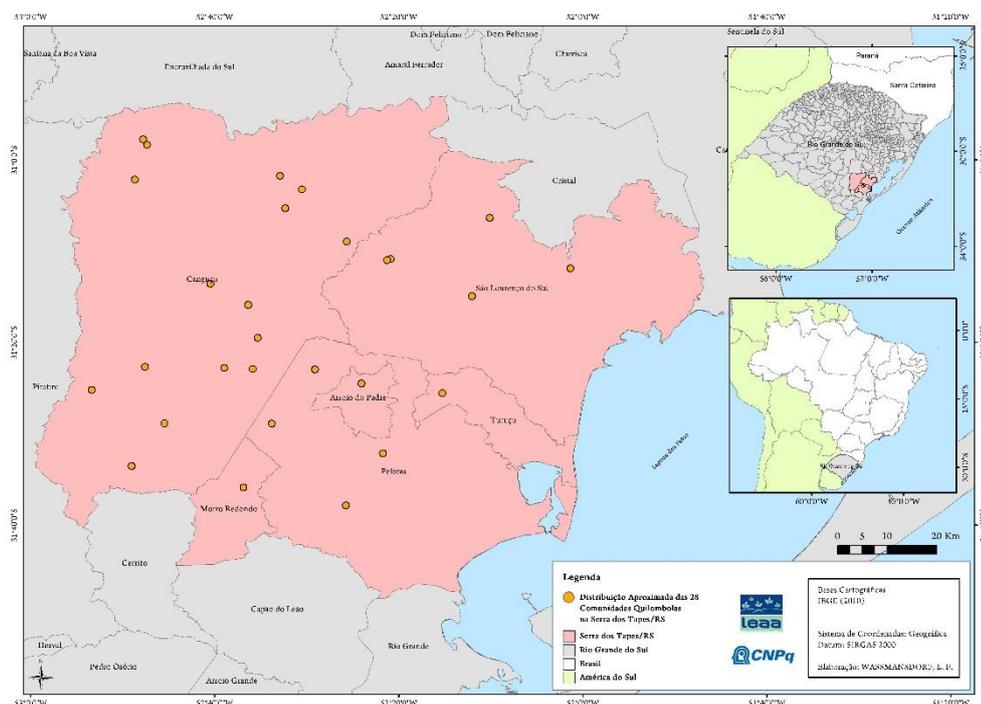
A partir do ano de 1800 a pecuária bovina passou a ser a atividade predominante, devido à proximidade com as charqueadas existentes no município de Pelotas (BENTO, 2007). Porém, a região da Serra dos Tapes

[...] não era favorável à criação de gado, devido ao terreno montanhoso e a mata densa. Eram locais pouco habitados e possuíam abundância de caça, água e madeira para a construção de casas, além de boas terras para a agricultura. A historiografia aponta que é justamente nesta região que se formavam quilombos, sendo que grande parte eram itinerantes, ou seja, não tinham um paradeiro fixo e não apresentavam um número grande de cativos. Viviam basicamente da agricultura de subsistência e da pilhagem (OLIVEIRA; CARLE, 2011, p. 3).

Os quilombos em Canguçu foram formados pelos negros que fugiam das Charqueadas de Pelotas. É necessário destacar que, atualmente, Canguçu é o município com o maior número de quilombos da Serra dos Tapes (Figura 6), ou seja,

16 quilombos e todos são certificados pela Fundação Cultural Palmares, são eles: Favila, Cerro da Boneca, Bisa Vicenta, Filhos dos Quilombos, Santa Clara, Manuel do Rego, Potreiro Grande, Iguatemi, Estância da Figueira, Faxinal, Cerro da Vigília, Boqueirão, Moçambique, Passo do Lourenço, Armada e Cerro das Velhas.

Figura 6 - Mapa da distribuição espacial das comunidades quilombolas na Serra dos Tapes/RS



Fonte: SALAMONI, G; *et al.* (2021, p.41).

Segundo Bento (2007), em 1º de janeiro de 1800, é fundada a Capela Curada Nossa Senhora da Conceição em Canguçu, considerada o marco inicial da criação da área urbana. Em 27 de junho de 1857 ocorreu a emancipação do município de Canguçu, até essa data o território de Canguçu pertencia ao município de Piratini.

Entre 1910 e 1920, o município recebeu contingentes de colonos⁴, descendentes de alemães, pomeranos e italianos vindos das colônias de Pelotas e São Lourenço do Sul. Segundo Dutra (2010), os colonos começaram a produzir feijão, milho, trigo, abóbora, batata doce, batata inglesa, entre outros e criar animais, contribuindo para a consolidação da agricultura familiar, de caráter policultor.

⁴ No sul do Brasil, “reconhecem-se e são conhecidos como colonos os agricultores descendentes de imigrantes europeus - aí excetuados os portugueses - que vivem e trabalham na terra em unidade de produção familiar” (SALAMONI; WASKIEWICZ, 2013, p. 78).

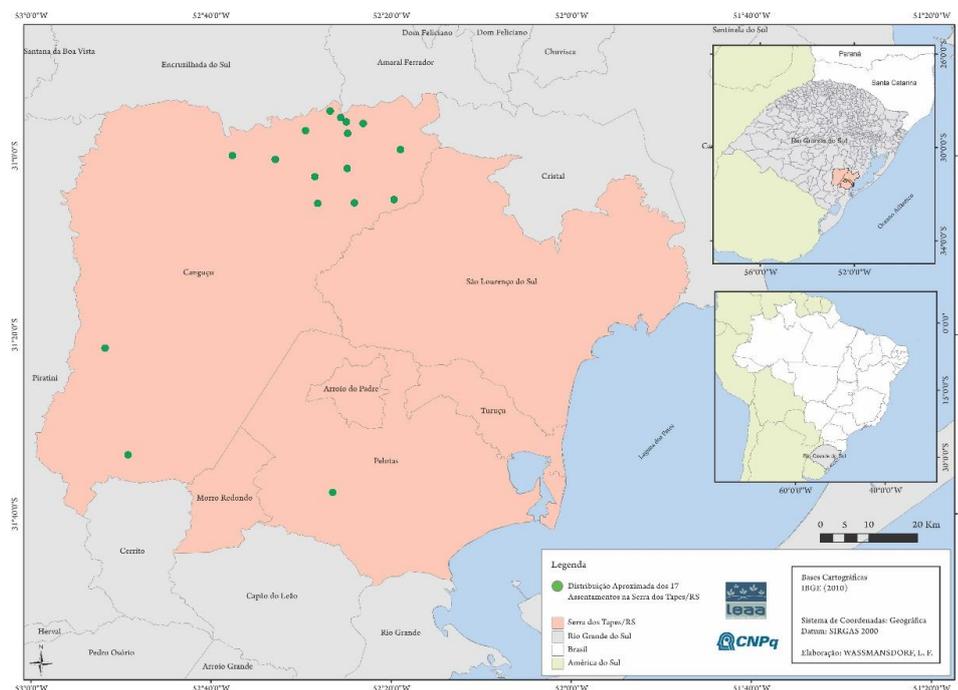
De acordo com Bandeira (2012), o pêssego passou a ser produzido pela agricultura familiar de Canguçu, entre 1970-1980, com o intuito de atender a demanda das indústrias conserveiras instaladas em Pelotas. Com o enfraquecimento da cadeia conserveira de pêssego, entre o final dos anos 1980 e início dos 1990, as indústrias fumageiras prospectaram as potencialidades do município para o cultivo do tabaco, fatores como propriedades de pequena extensão e grande quantidade de mão de obra familiar. Atualmente, o cultivo do tabaco predomina na agricultura familiar do município.

A Associação dos Fumicultores do Brasil - AFUBRA (2023) estima que a safra 2022/2023 seria de 18.637 toneladas, cultivado em 8.470 hectares. O número de famílias envolvidas na safra 2022/2023 era de 4.610 famílias.

Vale mencionar a presença de dezesseis assentamentos de reforma agrária distribuída no território de Canguçu (Figura 7) e ocorre

[...] uma desconcentração fundiária, particularmente na sua porção norte, onde estão localizadas as propriedades rurais de maiores dimensões em área. A especificidade do município de Canguçu repousa no fato de que, embora seja conhecido como a “capital nacional da agricultura familiar”, seu espaço agrário é marcado pelo contraste entre as grandes propriedades, voltadas para a pecuária extensiva e a silvicultura, e os inúmeros estabelecimentos de agricultura familiar, pequenas propriedades, voltadas para uma produção diversificada. Nessa tradição, na policultura destacam-se a produção leiteira, o milho, o feijão, o tabaco e os hortifrutigranjeiros (SALAMONI, et al., 2021, p. 67).

Figura 7 - Mapa da distribuição espacial dos assentamentos de reforma agrária na Serra dos Tapes/RS



Fonte: SALAMONI, G; *et al.* (2021, p.68).

A Tabela 1 apresenta informações sobre os principais produtos agrícolas cultivados na área de estudo, pode-se observar que, além da expressiva produção de tabaco, também são cultivados produtos como milho, pêsego e soja, esta última com um aumento significativo, tanto em área quanto em volume de produção, durante o período apresentado na referida tabela.

Tabela 1 - Principais produtos agrícolas do município de Canguçu (em toneladas)

Produto	2000	2005	2010	2015	2020
Tabaco	6.840	21.542	13.362	24.200	19.095
Milho	56.400	12.000	67.200	75.600	18.000
Pêssego	15.000	12.600	18.900	16.800	12.000
Soja	10.800	7.088	31.500	79.560	74.820

Fonte: SIDRA, 2021.

Percebe-se na Tabela 2 a criação dos principais animais, como bovinos, ovinos, suínos, galinhas e vacas ordenhadas. A criação desses animais ocorre de forma mais intensa nas pequenas propriedades familiares, produção destinada principalmente para o autoconsumo e o excedente é comercializado. Vale ressaltar, que a criação de

bovino de corte e de ovinos ocorre em sua maior parte em grandes propriedades não familiares existentes no município.

Na Tabela 2 também constam informações sobre os produtos de origem animal, como leite, mel e ovos, sendo a agricultura familiar essencialmente responsável por essas atividades no município. O leite é um produto muito consumido pelas próprias famílias, bem como, comercializado. Ao analisar a referida tabela, percebe-se uma queda considerável nos últimos anos tanto no número de vacas ordenhadas quanto na diminuição da produção de leite, uma das causas que explica essa redução está ligada à crise financeira da Cooperativa Sul-Riograndense de Laticínios (COSULATI), visto que muitos agricultores familiares eram integrados a referida cooperativa.

Tabela 2 - Principais produtos da pecuária do município de Canguçu

Rebanhos por cabeças	2000	2005	2010	2015	2020
Bovinos	154.202	172.570	158.545	135.164	104.586
Ovinos	53.220	27.165	40.882	39.932	31.848
Suínos	40.255	24.467	29.889	23.342	14.882
Galinhas	124.983	95.825	103.492	53.071	21.097
Vacas ordenhadas	14.684	16.434	15.855	13.950	5.070
Produto de origem animal	2000	2005	2010	2015	2020
Leite (mil litros)	21.639	24.218	23.363	17.195	18.474
Mel (kg)	98.710	63.287	100.035	114.200	360.000
Ovos (mil dúzias)	1.328	1.018	1.112	560	258

Fonte: SIDRA, 2021.

Referente ao sexo do produtor (Tabela 3), nota-se uma diferença expressiva de gênero quanto a propriedade da terra, do total do número de estabelecimentos rurais existentes em Canguçu, 7.187 pertence ao sexo masculino e apenas 869 estabelecimentos pertence ao sexo feminino. Conforme Deere e León (2003, p. 141) “terra, o bem mais importante do campesinato, geralmente é propriedade masculina e, além disso, tanto homens como mulheres possuem terras, os homens tendem a possuir parcelas maiores e de melhor qualidade”. As citadas autoras discutiram ao longo do trabalho que a desigualdade de gênero na propriedade da terra na América Latina ocorre devido a:

[...] preferência masculina na herança, ao privilégio masculino no casamento, e ao viés de gênero em programas de distribuição de terras da comunidade e do Estado. Também há evidências de viés de gênero no mercado fundiário, que, quando combinado com distorções no mercado de trabalho e de crédito, leva as mulheres a serem relativamente menos bem-sucedidas como compradoras no mercado fundiário comparado aos homens (DEERE; LÉON, 2003, p. 141).

Tabela 3 - Sexo do produtor quanto a propriedade da terra

Sexo do produtor	Número de estabelecimentos
Masculino	7.187
Classe de idade	-
Menos de 25 anos	131
25 a menos de 35 anos	704
35 a menos de 45 anos	1.322
45 a menos de 55 anos	1.852
55 a menos de 65 anos	1.774
65 a menos de 75 anos	1.036
75 anos ou mais	368
Feminino	869
Classe de idade	-
Menos de 25 anos	30
25 a menos de 35 anos	91
35 a menos de 45 anos	117
45 a menos de 55 anos	211
55 a menos de 65 anos	193
65 a menos de 75 anos	153
75 anos ou mais	74
Não se aplica	19
Total	8.075

Fonte: Censo Agropecuário, 2017.

Sobre a condição do produtor em relação à terra (Tabela 4), a grande parte dos produtores são proprietários de terra, ou seja, 6.758 e 369 produtores estão aguardando a titulação definitiva. Se observa a prática do arrendamento com 208 produtores e 230 produtores trabalham na condição de parceria, que compreende uma forma não capitalista do uso da terra, muito usada pelos agricultores familiares no intuito de ampliar a produção. Também, 393 produtores apresentam a condição de comodatário, 111 produtores são ocupantes e 06 produtores não tem área.

Tabela 4 - Condição do produtor em relação à terra

Condição	Número de produtores
Proprietário (a) inclusive os (as) coproprietários (as) de terras tituladas coletivamente	6.758
Concessionário (a) ou assentamento (a) aguardando titulação definitiva	369
Arrendatário (a)	208
Parceiro (a)	230
Comodatário (a) inclusive com termo de autorização de uso sustentável – TAUS	393
Ocupante (a) justo título ou por simples ocupação)	111
Produtor sem área	6
TOTAL	8.075

Fonte: Censo Agropecuário, 2017.

Sobre os aspectos demográficos, segundo o IBGE (2022) a densidade demográfica de Canguçu era de 14,09 habitantes por km² no território do município. Quanto aos dados populacionais, na Tabela 5, percebe-se que no período entre 1920-1940 ocorreu um aumento significativo da população no município, devido ao número de colonos alemães, pomeranos e italianos que Canguçu recebeu na época. Posteriormente, entre 1970-2000 muitas famílias saíram do espaço rural, migrando, principalmente, para o espaço urbano de Canguçu, consequência do processo de modernização da agricultura. Conforme as informações do Censo Demográfico (IBGE, 2010), a população rural do município representa 63,02% do total da população, demonstrando o dinamismo do espaço rural e a importância da agricultura familiar.

Conforme o Censo Demográfico (2022), a população total do município de Canguçu era de 49.680 habitantes, o que representa uma queda de -6,72% em comparação ao Censo Demográfico de 2010. Uma das causas da diminuição da população é devido à queda da taxa de natalidade, tendência essa que ocorre em escala nacional.

Tabela 5 - População do município de Canguçu no período de 1920 – 2022

Ano	População Rural	População Urbana	(%) População Rural sobre a População Urbana	População Total
1920	25.900	1.100	95,92	27.000
1940	47.177	2.895	93,21	50.612
1950	55.769	2.438	95,81	58.207
1960	54.281	3.257	94,33	57.538
1970	57.256	5.195	91,68	62.451
1980	46.947	8.878	84,09	55.825
1991	36.556	13.811	72,57	50.367
2000	33.742	17.685	65,58	51.447
2010	33.565	19.694	63,02	53.259
2022	-	-	-	49.680

Fonte: IBGE, 2010.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) aumentou no período de 1991-2010, conforme pode ser observado no Gráfico 1. O IDH é composto de dados estatísticos referente a expectativa de vida, educação e indicadores de renda per capita. A expectativa de vida ao nascer (2010) da população de Canguçu era de 74,15 anos. Já a taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010) era de 9,17%. A renda per capita (2020) era de R\$ 21.675, 91 por ano.

Gráfico 1 - Índice de Desenvolvimento Humano de Canguçu

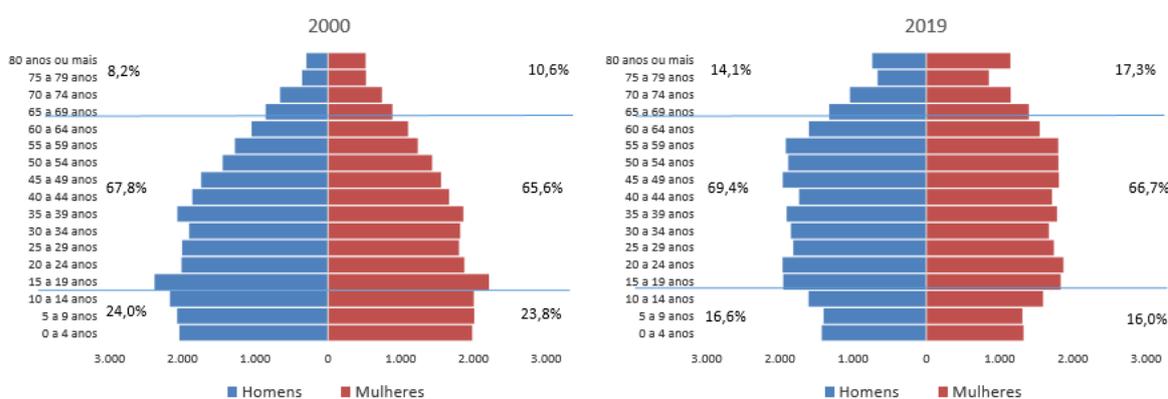


Fonte: Fundação de Economia e Estatística (FEE), 2010.

Atualmente, o envelhecimento da população é um fenômeno mundial. Observe na Figura 8 a mudança da pirâmide etária do município de Canguçu, digo, um

aumento elevado da população idosa se comparado aos demais grupos etários. O crescimento mais elevado do número de idosos ocorre devido as altas taxas de fecundidade no passado e a redução da mortalidade. Isso, é resultado de políticas públicas, ligada, ao avanço da medicina, maior acesso aos serviços de saúde, cuidados com a alimentação, assim como, a universalização da previdência social contribuiu para o aumento da expectativa de vida e a redução da pobreza.

Figura 8 - Pirâmide etária da população de Canguçu (2000-2019)



Fonte: Perfil das cidades gaúchas – Canguçu (SEBRAE, 2020).

Sobre a população idosa de Canguçu, o Departamento de Economia e Estatística (DEE) do Rio Grande do Sul, divulgou uma estimativa dos municípios do estado com mais de 20 mil habitantes, baseado no ano de 2021, onde o município de Canguçu está entre os 10 municípios com maior percentual de idosos (60 anos ou mais). Considerando a população total de Canguçu, no ano de 2021, o município apresentava 22,9% de idosos (DEE-RS, 2021).

Nesta perspectiva, aponta-se a previdência social rural como uma importante política pública que aporta recursos monetários para a formação da renda de inúmeras famílias do município de Canguçu. Sabe-se que parte desses recursos são investidos na própria atividade da agricultura (compra de máquinas, equipamentos e outros insumos agrícolas) e compra de terras; outra parte é direcionada para aquisição de bens duráveis e não duráveis de uso doméstico (eletrodomésticos, equipamentos eletrônicos, vestuário, medicamentos e até mesmo na compra de alimentos industrializados), poupança familiar e lazer.

Além da previdência social rural, a agricultura familiar também, é fundamental para o desenvolvimento do espaço urbano de Canguçu. O município não possui indústrias de médio e grande porte, sendo a agricultura responsável pelo dinamismo dos segmentos do comércio e dos serviços localizados na área urbana. A cidade de Canguçu apresenta uma diversidade de estabelecimentos comerciais, tais como: farmácias, supermercados, lojas de vestuários e calçados, restaurantes, lojas agropecuárias, lojas de móveis e eletrodomésticos, lojas de material de construção etc. Vale ressaltar, que parcela expressiva da população urbana está ocupada em atividades comerciais.

Canguçu é um município extremamente dependente das atividades agropecuárias desenvolvidas pela agricultura familiar, as quais contribuem para a economia do município, bem como, para a geração de renda e emprego entre os agricultores, favorecendo o dinamismo do comércio localizado no espaço urbano.

2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, AGRICULTURA FAMILIAR E PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL: uma revisão teórica

Esse capítulo apresenta a discussão teórica sobre os conceitos-chave da tese, são eles: desenvolvimento territorial; agricultura familiar; previdência social rural. Também constam nesse capítulo, as dimensões do desenvolvimento territorial e seus respectivos parâmetros, elaborados para a compreensão da realidade estudada, bem como, análise e discussão de dados secundários referente à previdência social rural da área de estudo.

2.1 Desenvolvimento territorial como categoria de análise

Segundo Esteva (1996) a partir do momento que o presidente Truman assumiu o poder dos Estados Unidos, em 20 de janeiro de 1949, ocorreu a chamada era do desenvolvimento. O desenvolvimento, que sofreu a metamorfose mais dramática e grotesca nas mãos de Truman, se tornou ainda mais empobrecido nas mãos de seus primeiros promotores, sendo reduzido ao crescimento econômico.

Não se pode confundir de acordo com Rister (2007), desenvolvimento com crescimento, uma vez que o desenvolvimento prevê mudanças de ordem estrutural e qualitativa, em oposição, o crescimento está associado à ordem quantitativa, como por exemplo, aumento do Produto Interno Bruto (PIB).

O debate sobre o desenvolvimento intensificou-se durante a década de 1950, na reconstrução europeia do pós-guerra e início da Guerra Fria. Nesse período, o Estado era protagonista na promoção do desenvolvimento regional, visando à formulação de políticas para a superação das desigualdades regionais das nações (ORTEGA; SOBEL, 2015).

Quanto ao desenvolvimento do espaço agrário, na década de 1950 nos Estados Unidos e na Europa, foram tomadas iniciativas apoiadas no progresso técnico (inovações mecânicas, químicas e biológicas) da agricultura que, em seguida, foram difundidas para vários países (MATOS; PESSÔA, 2011).

No Brasil, desde 1950, o Estado priorizou políticas públicas e investimentos maciços em programas de infraestrutura, energia, transportes e indústrias. Na agricultura, o desenvolvimento deveria estar de acordo com a modernização do território, por isso, o discurso do desenvolvimento estava introduzido nas políticas públicas (MATOS; PESSÔA, 2011).

Na perspectiva de desenvolvimento econômico deveria ocorrer, na visão de Castro e Chelotti (2018):

[...] uma convergência ao desenvolvimento social do campo, que incluía melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais e o acesso à terra. Tal convergência não ocorreu, posto que o objetivo das medidas do Estado visava modernizar o campo como estratégia de crescimento econômico, refletindo como progresso e desenvolvimento e não incluía desenvolvimento humano (CASTRO; CHELOTTI, 2018, p.59)

Inicialmente, a ideia de desenvolvimento rural se limitava conforme Matos e Pessôa (2011), ao crescimento da produção agrícola que era o principal indicador para medir o desenvolvimento econômico do campo de vários países que adotaram os chamados pacotes tecnológicos da Revolução Verde⁵. Os citados autores destacam:

A modernização era vista como a forma de atingir o crescimento econômico e, por conseguinte, era apresentada como símbolo de progresso e de desenvolvimento. Considerando-se que crescimento não é sinônimo de desenvolvimento, Karp (1976) afirma que o desenvolvimento da forma como deveria ser, ou seja, o desenvolvimento social, não ocorreu (MATOS; PESSÔA, 2011, p. 296-297).

A modernização da agricultura causou graves danos sociais e ambientais, como a concentração de terra e renda, a precarização do trabalho, deslocamento da força produtiva do campo para as cidades e a destruição e contaminação do meio ambiente. Assim, a modernização foi uma falsa imagem de progresso, um mito, produto do discurso do desenvolvimento rural (MATOS; PESSÔA, 2011).

Segundo Domínguez (2016) é necessário dar maior ênfase a tríade Trabalho, Capital e Camponês, uma vez que

[...] ya que procesos de transformación acelerada están ocurriendo en los territorios rurales latinoamericanos como consecuencia de la intensificación del accionar del capital, dejando a miles de campesinos en situación de desamparo, desterritorializándolos de sus espacios de vida y producción (DOMÍNGUEZ, 2016, p. 66).

A noção de desenvolvimento evoluiu nas últimas décadas conforme o espírito dos tempos capitalistas modernos e das ideologias em voga (pós-fordismo, pós-keynesiano, pós-industrial, pós-moderno). Ela ampliou na opinião pública com a

5 O conceito Revolução Verde, surgiu no final da década de 1960, com o discurso de acabar com a fome no mundo. Conforme Pereira (2012), a Revolução Verde ocorreu através da difusão dos chamados pacotes tecnológicos, como insumos químicos, sementes, mecanização, etc.

influência de pesquisadores, teóricos, técnicos, militantes sociais e de políticos engajados pelo tema (PIRES, 2007). No meio acadêmico motivados:

[...] por diferentes concepções econômicas, sociológicas e ecológicas, as leituras geográficas verificadas na última década sobre a globalização, a importância do meio ambiente, do local, da paisagem, do ecossistema e do geossistema vêm demonstrando a relevância da geografia para a noção de desenvolvimento, aqui entendida como desenvolvimento territorial (PIRES, 2007, p. 56).

A concepção de desenvolvimento territorial ganha maior expressão na década de 1990 no Brasil, devido à crise econômica, as reformas liberalizantes e o intenso processo de desregulamentação da economia com a adoção do neoliberalismo e, conseqüentemente, a redução da participação do Estado na economia. Desde então, a noção de desenvolvimento territorial passa a considerar as diversidades econômicas, sociais, e políticas presentes nos territórios locais (ORTEGA, 2007).

Os debates e estudos referentes ao tema do desenvolvimento também se destacaram a partir dos anos de 1990, devido ao agravamento da degradação ambiental (SAQUET; SPOSITO, 2008). Os autores frisam que o conceito de desenvolvimento territorial proposto por pesquisadores de áreas do conhecimento, tais como:

[...] da geografia, da sociologia e da economia, incorpora lentamente um caráter político muito forte e, simultaneamente, uma perspectiva de desenvolvimento em rede, em favor do uso mais apropriado da natureza, de pequenas e médias empresas, da cooperação, das identidades locais, entre outros (SAQUET; SPOSITO, 2008, p. 16).

Segundo Pires (2007), o processo que está na origem das ligações dos agentes com os territórios, através das organizações, instituições e políticas públicas, forma o que o autor chama de desenvolvimento territorial. Este pode ser entendido como um “processo de mudança social de caráter endógeno, capaz de produzir solidariedade e cidadania comunitária, e de conduzir de forma integrada e permanente a mudança qualitativa e a melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou de uma região” (PIRES, 2007, p. 75).

Para Santos (1999):

O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação do lugar (SANTOS, 1999, p. 7).

Através dos estudos teóricos realizados por Sposito e Saquet (2016) sobre o conceito de território no Brasil entre o urbano e o rural, destacam que de forma geral

[...] há uma tendência em tratar o território como atributo dos movimentos e das classes sociais, normalmente em escala geográfica ampla, de caráter regional ou mesmo nacional, no entanto, também, evidenciando-se micro territorialidades. O conceito é entendido, na Geografia, como elemento da Geografia Política e Econômica e associado, mesmo que indiretamente, com as diferentes instâncias políticas de gestão, sem aparecer, muitas vezes, como construção conceitual específica (SPOSITO; SAQUET, 2016, p. 110).

De acordo com Fernandes (2009), o significado de território sempre foi estudado a partir das relações de poder, desde o Estado ao capital, desde distintos sujeitos, instituições e relações. O autor destaca a relação existente entre os territórios como espaço de governança e como propriedade. Esta relação ocorre através das políticas de desenvolvimento, isto significa, quem determina a política define a organização do território.

Na concepção de Saquet (2011), é necessário cada vez mais

[...] uma nova concepção de geografia, de desenvolvimento, de planejamento e de gestão do território, que seja histórica, crítica, relacional e multidimensional, ou seja, que considere os aspectos e processos econômicos, políticos, culturais e naturais-ambientais (E-P-C-N), para orientar diretamente processos participativos e democráticos de gestão e desenvolvimento local em favor da educação, da saúde, da segurança, da preservação das identidades e dos ambientes, enfim, da qualidade de vida para todos. É preciso qualificar uma concepção atualizada e renovada de geografia considerando a leitura territorial integrada da cidade, do urbano, do campo e do rural, de suas múltiplas relações, entendendo esses espaços como territórios articulados em múltiplas redes concretas e abstratas-virtuais (SAQUET, 2011, p. 6).

O território apresenta diferentes dimensões que repercutem no desenvolvimento territorial e Saquet (2005) afirma:

Cada lugar tem seu tempo e seus tempos, suas universalidades e singularidades e, cada tempo, o seu lugar e lugares, materializando-se diferentemente em razão das determinações sociais [economia, política e cultura (E-P-C)], intimamente ligadas à dinâmica da natureza exterior ao homem (E-P-C-N) (SAQUET, 2005, p. 13892).

As dimensões do território: Econômica-Política- Cultural-Natural (E-P-C-N) de Saquet (2005; 2011), serão adotadas nesse trabalho. Essas dimensões exigem, notoriamente, parâmetros adequados para a compreensão e análise da realidade pesquisada.

Quadro 2 - Dimensões do desenvolvimento territorial e seus respectivos parâmetros de análise

Dimensões	Parâmetros
Econômica	<ul style="list-style-type: none"> • Participação na renda familiar; • Financiamento das atividades produtivas; • Aquisição de bens duráveis e não duráveis; • Poupança familiar; • Aquisição de terras; • Permanência das famílias no rural; • Investimento em saúde e educação; • Manutenção e expansão das atividades urbanas.
Política	<ul style="list-style-type: none"> • Autonomia feminina; • Papel e atuação das instituições governamentais e não governamentais na mediação em relação ao acesso aos benefícios; • Participação em sindicato, associação ou cooperativa.
Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Lazer; • Vínculo comunitário; • Impactos na produção para o autoconsumo e no repertório alimentar das famílias.
Natural/Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos; • Produção agroecológica; • Recuperação dos ambientes degradados; • Saneamento básico.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

O desenvolvimento é compreendido de forma resumida por Saquet (2019)

[...] como movimento contínuo de conquistas sociais (econômicas, políticas e culturais) e ambientais para a maioria da população, de valorização das identidades e diferenças, dos patrimônios natural e social, das pessoas, da participação de todos na tomada de decisões, da solidariedade, da cooperação e da partilha comunitária, dos ecossistemas, enfim, de cada território, com sua complexidade e singularidade. Entender e explicar o espaço-tempo como território significa, simultaneamente, compreender e atuar na construção do desenvolvimento territorial (SAQUET, 2019, p. 26).

Atualmente, a abordagem do desenvolvimento territorial não engloba apenas o crescimento econômico, mas está integrado as dimensões sociais (econômica, política, cultural) e ambiental. O desenvolvimento só ocorre, segundo Sachs (1993), quando todas as dimensões se dão num processo simultâneo.

Conforme Saquet (2019), para que ocorra o desenvolvimento territorial é necessário conter alguns significados centrais, como por exemplo:

[...] conquistas sociais, culturais, políticas e ambientais, (in) formação continuada e politizada, saúde de qualidade, segurança e saneamento básico, lazer, cultura e boa convivência, reciprocidade e confiança, vínculos comunitários, participação e autonomia popular, conservação da natureza e recuperação dos ambientes degradados e poluídos (SAQUET, 2019, p. 30-31).

A problemática do desenvolvimento precisa ser compreendida segundo Saquet (2011) a partir das relações presentes entre os espaços urbano e rural e “ao mesmo tempo, das processualidades (históricas e relacionais – temporalidades e territorialidades) ambientais, econômicas, políticas e culturais” (SAQUET, 2011, p. 10). Para que isso ocorra de forma efetiva um dos caminhos que podem ser seguidos, segundo Saquet (2011) é a

[...] leitura-interpretação territorial dos processos de uso, apropriação e construção do espaço e do território, considerando as múltiplas relações sociedade-natureza e espaciotemporais. É necessário um novo olhar e uma nova interpretação do espaço urbano, da cidade, do campo e do espaço rural, bem como das inúmeras relações que existem entre ambos, relações efetivadas todos os dias. Há um vai-e-vem contínuo, de pessoas, informações e mercadorias que substantivam, cotidianamente, redes concretas e virtuais, curtas, longas e intermediárias entre as pessoas, os espaços, os territórios e os lugares (SAQUET, 2011, p. 11).

De acordo com Bonente e Filho (2015), o debate sobre o papel da agricultura e do espaço rural se modificou ao longo do tempo e, na atualidade, converge para o fortalecimento da noção de desenvolvimento territorial. A noção de desenvolvimento territorial rural surge com o intuito de superar o enfoque setorial da economia e a dicotomia rural versus urbano. Assim, o desenvolvimento estava ligado à divisão da economia em setores, onde:

[...] as regiões rurais seriam agrárias, e, portanto, dinamizadas pelo setor primário, ao passo que as regiões urbanas seriam predominantemente industriais. Se, aceitando o argumento da época, desenvolvimento for considerado sinônimo de industrialização, a única possibilidade de desenvolver o meio rural seria torná-lo urbano (BONENTE; FILHO, 2015, p. 52).

Uma das razões que o desenvolvimento rural passa a ter um enfoque territorial é pelo fato que a perspectiva convencional de desenvolvimento, ou seja, o rural considerado como um setor, desconsiderando a heterogeneidade da sociedade rural e o caráter multidimensional da pobreza rural, não alcançou os resultados esperados pelo Estado (BONENTE; FILHO, 2015).

Na Europa, desde os anos de 1970, principalmente em países como França e Itália, alguns pesquisadores vem se dedicando a compreender os processos de desenvolvimento local ou regional. Destacando nas pesquisas a importância do lugar e do território para a definição de estratégias de desenvolvimento (SAQUET; SPOSITO, 2008).

A concepção de desenvolvimento territorial não é discutida apenas no meio acadêmico, mas é a base das políticas públicas direcionadas, por exemplo, ao espaço rural e a agricultura familiar. O referido desenvolvimento não contempla somente o crescimento econômico, de caráter quantitativo, de determinado território, mas as dimensões sociais (econômica, política, cultural) e ambiental. Para que o desenvolvimento territorial contemple todas estas dimensões é necessário pensar sob a perspectiva da indissociabilidade do rural e do urbano, no que tange aos processos, dinâmicas e relações.

2.2 Discussão sobre a agricultura familiar

A categoria da agricultura familiar passou a ser reconhecida oficialmente, no Brasil, como um ator social e político com a institucionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Este programa surgiu através do Decreto Nº 1946, de 28 de junho de 1996. Antes os agricultores familiares, conforme Wanderley (2000) eram vistos como os pobres do campo, produtores de baixa renda ou pequenos agricultores.

O PRONAF foi criado para contemplar uma antiga demanda das organizações dos trabalhadores rurais que reivindicavam a elaboração e a implantação de políticas de desenvolvimento rural exclusivas para o mais expressivo segmento da agricultura brasileira, tanto no que se refere ao número de estabelecimentos rurais, quanto a quantidade de famílias produtoras de alimentos para o abastecimento interno do país (MATTEI, 2014).

Conforme Marques (2008):

Na última década do século XX, o conceito de agricultura familiar é proposto por alguns autores como substituto para o de camponês enquanto conceito-síntese e aceito sem maiores reflexões por muitos, seja na academia, na burocracia do Estado, ou também entre os próprios agricultores, seus sindicatos e movimentos sociais. Essa substituição se dá com base na adoção de uma abordagem evolucionista sobre o desenvolvimento da história

e contribui para o empobrecimento do debate político em torno da questão agrária (MARQUES, 2008, p. 61).

A Lei Nº 11.326⁶, de 24 de julho de 2006, define as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e os critérios para identificação desta categoria. Também é considerada um marco na formalidade do termo “agricultura familiar” e na valorização desta categoria. Porém, a mencionada Lei cabe apenas para fins de financiamento junto às instituições. Aquele que não se enquadra em algum dos requisitos não deixa de ser agricultor familiar, pois esse segmento possui características complexas.

Nos dias de hoje, a agricultura familiar não é apenas uma reprodução do campesinato tradicional, já que ela apresenta mudanças na forma de produção, na lógica familiar e na vida social (WANDERLEY, 2004).

Com base em Salamoni e Flores (2020) a agricultura familiar é um objeto de estudos, sobretudo

[...] aqueles relacionados às estratégias adotadas por este segmento para se organizar e reorganizar diante das especificidades do modo de produção capitalista. No entanto, embora estando o agricultor vinculado à indústria e/ou aos mercados, as dimensões terra, trabalho e família conformam a lógica de funcionamento das unidades produtivas familiares (SALAMONI; FLORES, 2020, p. 151).

Referente à categoria agricultura familiar, esse trabalho defende a concepção apresentada nos trabalhos da Wanderley, ou seja, uma abordagem de cunho social. Wanderley (1996;2004) considera que a agricultura familiar não é apenas um ator social recentemente criado pelo Estado brasileiro, mas possui raízes históricas do campesinato, evidenciada nas heranças agrárias, nas tradições agrícolas, nas formas de sociabilidade e parentesco e na organização interna das unidades produtivas, na qual o trabalho familiar ocupa um lugar de centralidade.

O Censo Agropecuário (2017) aponta que 77% dos estabelecimentos agropecuários do Brasil foram identificados como familiares. Entretanto, quando se

6 Esta Lei considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

refere à extensão física, ocupa apenas 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários do país.

Ainda conforme o levantamento do Censo Agropecuário (2017), a agricultura familiar empregava 67% do total de pessoas ocupadas na agropecuária. Esta categoria também foi responsável por 23% do valor total da produção dos estabelecimentos agrícolas. Segundo Salamoni e Flores (2020):

Entende-se que, em todos os países, até hoje, independentemente de qual seja o sistema político ou o tipo de mercado econômico, a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por unidades familiares de produção, ainda que se reconheça a existência de situações diferenciadas de desenvolvimento nesse segmento produtivo (SALAMONI; FLORES, 2020, p. 142).

Os agricultores familiares do Brasil têm participação expressiva na produção de alimentos. Nas culturas permanentes, o segmento responde por 48% do valor da produção de café e banana; nas culturas temporárias, são responsáveis por 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão (CENSO AGROPECUÁRIO, 2017). Salamoni e Flores (2020) discorrem que

Diante da disponibilidade de recursos – mão de obra, terra e capital –, os produtores realizam a combinação destes, a fim de se manterem ativos no contexto atual da agricultura. Isso permite afirmar que as lógicas socioprodutivas se encontram balizadas tanto pelas necessidades de consumo da família e pela manutenção do patrimônio fundiário quanto pelas demandas do mercado (SALAMONI; FLORES, 2020, p. 143).

Assim, a agricultura familiar é uma categoria relevante no que diz respeito ao desenvolvimento econômico do país, sendo a grande responsável pela produção de alimentos. Também é geradora de emprego e renda para a maioria das pessoas do espaço rural.

A agricultura familiar não pode ser desconectada do percurso das políticas públicas e da intervenção do Estado (NIEDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2014). A sustentação das políticas públicas direcionadas para o espaço rural e para a agricultura familiar, a concepção de desenvolvimento territorial e a atuação do Estado é de suma importância para que ocorra esse tipo de desenvolvimento.

Diante do exposto, o conceito de agricultura familiar está interligado ao conceito de desenvolvimento, pois pode orientar os rumos das políticas públicas com uma visão integradora da realidade, conectando sujeitos, ações e projetos ao território. Um

exemplo de política pública promotora do desenvolvimento territorial é a previdência social rural.

2.3 História da Previdência Social Rural no Brasil

A discussão referente à previdência social rural no Brasil tem como objetivo abordar as principais mudanças que ocorreram nesta política pública ao longo da história.

Os trabalhadores urbanos, mais especificamente, os trabalhadores das estradas de ferro tiveram seu sistema de assistência social aos idosos e inválidos promulgado em 1923, com a Lei Eloy Chaves, onde criou-se um Caixa de Aposentadorias e Pensões (CAP) para cada uma das empresas ferroviárias, considerado o ponto de partida da previdência social no Brasil. Conforme Beltrão, Oliveira e Pinheiro (2000):

A primeira medida no sentido da inclusão do trabalhador rural entre os beneficiários da previdência social ocorreu em 1945, quando Getúlio Vargas assinou a Lei Orgânica dos Serviços Sociais (Decreto-Lei 7.526, de 7 de maio de 1945) criando o Instituto de Serviços Sociais do Brasil (ISSB), de administração única e controle centralizado. Com isso, haveria a unificação de todas as instituições previdenciárias então existentes e os benefícios do seguro social seriam estendidos a toda a população ativa do país. No entanto, apesar da fundamental importância da iniciativa — que se constituía na primeira tentativa de universalização da previdência social no Brasil, o governo empossado em 1946 tornou sem aplicação o crédito orçamentário destinado à instalação do ISSB, que não chegou a ser implementado (BELTÃO; OLIVEIRA; PINHEIRO, 2000, p. 3).

Importante ressaltar o papel das Ligas Camponesas, como movimentos rurais indispensáveis no Brasil, por lutaram pelos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais. Brumer (2002), aborda que a partir da metade da década de 1950, período este, anterior ao Golpe Militar:

[...] a agitação social no campo brasileiro foi intensa, centrada principalmente na luta pela terra, salientando-se a organização das Ligas Camponesas, no Nordeste, e a ocorrência de diversos conflitos pela posse da terra. Como resultado, parece existir uma certa relação entre lutas sociais e concessão de benefícios (BRUMER, 2002, p. 64).

A inserção do trabalhador rural no campo da legislação previdenciária somente consolidou-se em 1963, com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, entre outras medidas, criou o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL). Foi

definida a contribuição de 1% devida pelo produtor sobre o valor comercial dos produtos rurais, isso para custear o fundo (BELTRÃO; OLIVEIRA; PINHEIRO, 2000).

A previdência social rural, instituída pela Lei Nº 4.214 de 2 de março de 1963 (Estatuto do Trabalhador Rural), teve como uma das finalidades assegurar aos segurados rurais ou dependentes rurais, entre outros, os seguintes serviços: assistência a maternidade; auxílio-doença; aposentadoria por invalidez ou velhice; pensão aos beneficiários em caso de morte; assistência médica; auxílio funeral.

De acordo com Beltrão, Oliveira e Pinheiro (2000), com o objetivo de fazer com que os serviços previdenciários chegassem realmente aos trabalhadores rurais, criou-se no ano de 1969, o Plano Básico da Previdência Social. Inicialmente, amparava os trabalhadores rurais da agroindústria canavieira, através de contribuições de empregados e empregadores. O referido plano era equivalente ao do Estatuto do Trabalhador Rural, com exceção da assistência médica e à maternidade e com a inclusão do auxílio-reclusão.

Os objetivos do Plano Básico da Previdência Social não foram atingidos de forma satisfatória, com isso, em 1971 a Lei Complementar 11 extinguiu o plano e criou o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), sendo o FUNRURAL responsável pela execução do programa (BELTRÃO; OLIVEIRA; PINHEIRO, 2000).

Baseado na Lei Complementar Nº 11, de 25 de maio de 1971, o PRORURAL consistia na prestação dos seguintes benefícios: aposentadoria por velhice; aposentadoria por invalidez; pensão; auxílio-funeral; serviço de saúde; serviço social.

A citada Lei estabeleceu que a aposentadoria por velhice correspondesse a uma prestação mensal equivalente a 50% do salário-mínimo, ao trabalhador rural que tivesse completado 65 anos de idade. Não seria devida à aposentadoria a mais de um membro da unidade familiar, cabendo apenas o benefício ao chefe da família.

A autora Brumer (2002), destaca que com a abertura política do governo militar no final de 1970, muitos trabalhadores rurais se mobilizaram na busca por atendimento à saúde, acesso e ampliação dos benefícios da previdência social. Num primeiro momento, as organizações sindicais buscavam a aplicação da legislação ligado à gratuidade da prestação de serviços médico-hospitalar e no aumento do valor da aposentadoria rural (BRUMER, 2002). Ainda segundo Brumer (2002), no início da década de 1980, as organizações sindicais passaram a incluir nas reivindicações a extensão da aposentadoria às trabalhadoras rurais e a mobilização das mulheres foram vistas como uma estratégia política.

Essa mobilização, que incluiu encontros com milhares de participantes e caravanas a Brasília, para pressionar os parlamentares que deveriam discutir e aprovar a nova legislação, foi intensa e constituiu um fator importante na aprovação das leis incluídas na Constituição de 1988 (BRUMER, 2002, p. 67).

A constituição de 1988 instituiu novos parâmetros previdenciários para os trabalhadores rurais. No ano de 1992 inicia-se o regime de universalização de atendimento aos idosos e inválidos do meio rural, previsto na Constituição de 1988.

Para Delgado e Cardoso Júnior (1999) as principais mudanças com a universalização do direito ao acesso previdenciário foram as seguintes:

a) equiparação de condições de acesso para homens e mulheres (o antigo regime era específico para o cabeça do casal); b) redução do limite de idade para aposentadoria por idade (60 anos para homens e 55 para mulheres); e c) estabelecimento de um piso de aposentadorias e pensões em um salário mínimo (o regime anterior estabelecia teto em meio salário mínimo para o público do Funrural e pensões limitadas a 30% do benefício principal) (DELGADO; CARDOSO JÚNIOR, 1999, p. 1).

A idade diferenciada e com menor tempo de contribuição para o direito à aposentadoria referente à questão de gênero, ocorre pelo fato de a previdência considerar a dupla jornada de trabalho da mulher, como o seu envolvimento na produção, nas atividades domésticas e no cuidado da família (CONTAG, 2016).

Com a aprovação da Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991, o agricultor familiar passa a ser um Segurado Especial da previdência social. O Segurado Especial são os trabalhadores rurais que produzem em regime de economia familiar, sem utilização de mão de obra assalariada (exceto contratações esporádicas). Nesta categoria incluem-se também os cônjuges, os companheiros e os filhos maiores de 16 anos que trabalham com a família em atividade rural. Também são considerados segurados especiais os pescadores artesanais, os quilombolas e os indígenas que exercem atividade rural.

Vale ressaltar que o valor do benefício do segurado especial consiste no valor equivalente a um salário-mínimo. Os agricultores familiares são segurados obrigatórios e devem recolher contribuições para o INSS sempre que comercializar sua produção. A contribuição previdenciária assegura os seguintes benefícios previstos pela Lei Nº 8.213/91:

- **Aposentadoria:** benefício pago com tempo mínimo de atividade rural comprovada de 15 anos e idade mínima para as mulheres de 55 anos e para os homens de 60 anos.

- **Aposentadoria por invalidez:** benefício concedido com a comprovação da condição de segurado e da incapacidade permanente.

- **Auxílio-doença:** benefício devido ao segurado que ficar incapacitado da condição de trabalhar por mais de 15 dias consecutivos;

- **Salário-maternidade:** benefício devido à segurada gestante da Previdência Social, durante 120 dias, entre o período de 20 dias antes do parto até a data de ocorrência deste;

- **Auxílio-acidente:** indenização paga ao segurado quando, após consolidação de lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho habitual;

- **Pensão por morte:** benefício devido aos dependentes do segurado que falecer;

- **Auxílio-reclusão:** benefício devido aos dependentes do segurado de baixa renda recolhido à prisão em regime fechado que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença, de pensão por morte, de salário-maternidade, de aposentadoria ou de abono de permanência em serviço;

- **Amparo:** Benefício concedido pela assistência social, ao idoso ou a pessoa com deficiência. Por ser assistencial, para ter direito ao benefício não é necessário ter contribuído para o INSS. No entanto, não dá direito ao 13º salário e não deixa pensão por morte. Quanto o Amparo ao idoso, à idade é de 65 anos ou mais que não possui renda suficiente para manter a si mesmo, nem ser sustentado pela sua família, conforme os critérios definidos na legislação.

A Previdência Social Rural compreende a política pública de maior abrangência no meio rural brasileiro (JUNQUEIRA; LIMA, 2008). Segundo Caldas e Sacco dos Anjos (2007), o direito a previdência social rural

Não se trata da simples concessão de um benefício a uma parcela da população acostumada às vicissitudes de uma atividade profissional pouco reconhecida pela sociedade e permanentemente refém dos caprichos da natureza, mas do resgate de uma das grandes dívidas que historicamente o país contraiu ao renunciar ao compromisso de empreender mudanças estruturais absolutamente imprescindíveis (CALDAS; SACCO DOS ANJOS, 2007, p. 132).

O acesso à previdência social rural, além de contribuir para a subsistência do beneficiado e de sua família, é usado, em muitos casos, para o financiamento das

atividades produtivas da unidade familiar, ocorrendo assim, a continuidade da família no desenvolvimento da agricultura (CONTAG, 2016).

Foi constatado na pesquisa realizada por Bezerra (2006) no município de Morro Redondo/RS, que a previdência social rural se apresenta como uma das estratégias de reprodução social e econômica do segmento da unidade familiar.

A previdência social rural para Plein e Schneider (2004), é uma importante estratégia de reprodução social e econômica da agricultura familiar e não é possível, atualmente, compreender essa categoria exclusivamente do ponto de vista da produção agropecuária, porque é imprescindível entender a relação entre a previdência social rural e a agricultura familiar.

Recentemente, foi aprovada a PEC 06/2019, que modificou o sistema de previdência social, estabeleceu regras de transição e disposição transitórias e outras providências, elaborada pelo Ex-Ministro da Economia, Paulo Roberto Nunes Guedes. O texto da proposta direcionada a previdência social rural não foi aprovada, mas vale destacar o que foi proposto: Tanto homens quanto mulheres teriam o direito ao benefício rural com 60 anos de idade e o tempo mínimo de atividade rural comprovada passaria de 15 anos para 20 anos, para ambos os sexos; A proposta estipulava o valor mínimo anual de contribuição previdenciária do grupo familiar de R\$ 600,00. Não havendo comercialização da produção rural durante o ano civil, ou sendo insuficiente para atingir o valor mínimo, o segurado deveria realizar o recolhimento da contribuição pelo valor mínimo ou a complementação necessária até o dia 30 de junho do exercício seguinte.

A parte da proposta da PEC 06/2019 direcionada a previdência social rural não foi aprovada, porém percebe-se que esta política pública apresentou fragilidades devido ao que foi proposto, como a questão da igualdade da idade mínima para a aposentadoria entre homens e mulheres, o que acabaria desconsiderando a jornada dupla da mulher. A questão da contribuição mínima, muitos agricultores não teriam condições de contribuir anualmente, já que dependem das safras e estas, sofre influência do mercado e das condições climáticas, o que implicaria na dificuldade de acesso a essa política. E caso a proposta tivesse sido aprovada iria afetar diretamente a população do meio rural e a própria economia local.

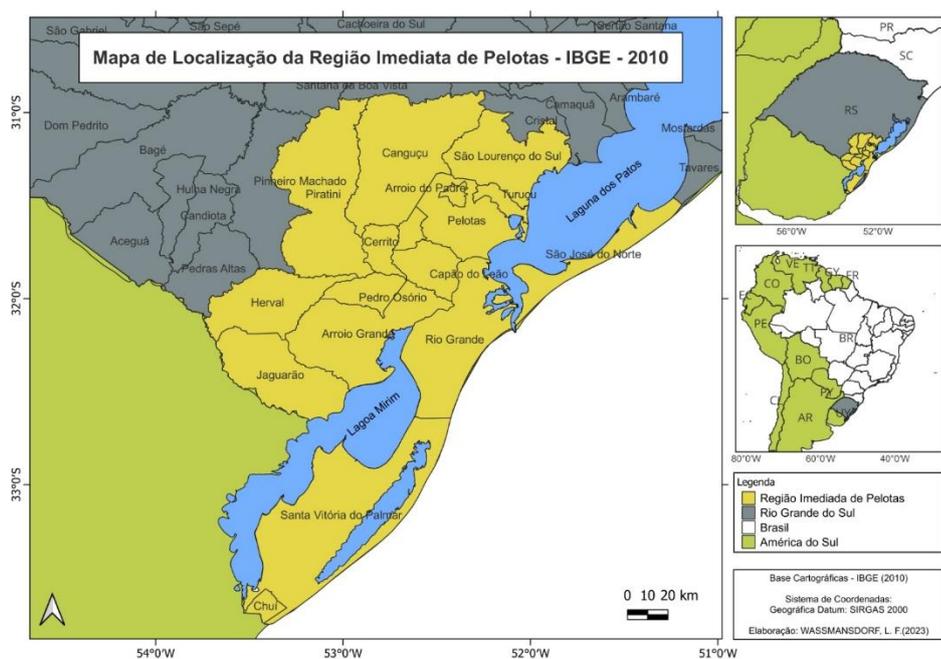
Contudo, a previdência social rural é um dos principais direitos sociais alcançados pelos agricultores e agricultoras e uma das mais efetivas políticas públicas existentes no espaço rural do Brasil. Vale destacar, que a referida política pública é

resultado de uma intensa luta do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais. A previdência social rural tem um papel significativo no cenário social e econômico das famílias rurais e na economia principalmente dos pequenos municípios.

2.4 Previdência social rural: a importância da política pública em Canguçu/RS

O município de Canguçu está localizado na Região Geográfica Imediata de Pelotas, região está composta por dezessete municípios, conforme é apresentado na Figura 9.

Figura 9 - Mapa da Região Geográfica Imediata de Pelotas



Fonte: Elaborado por Luiz Felipe Wassmansdorf, 2023.

Podemos observar na Tabela 6, que Canguçu é o município que se destaca na referida região, no que se refere ao número de benefícios rurais mantidos, ou seja, 12.415 benefícios. A previdência social rural é uma importante política pública existente em Canguçu.

Tabela 6 - Benefícios mantidos nos municípios da Região Geográfica Imediata de Pelotas*

Municípios	População Total (2022)	Benefícios mantidos (Urbano)	Benefícios mantidos (Rural)	Total de benefícios mantidos
Arroio do Padre	2.638	129	547	676
Arroio Grande	17.440	3.072	1.500	4.572
Canguçu	48.922	5.006	12.415	17.421
Capão do Leão	27.071	5.261	557	5.818
Cerrito	5.847	930	919	1.849
Chuí	6.438	937	63	1.000
Herval	6.380	760	1.279	2.039
Jaguarão	26.583	5.919	1.179	7.098
Morro Redondo	5.568	985	1.155	2.140
Pedro Osório	7.652	1.778	545	2.323
Pelotas	324.026	71.156	7.757	78.913
Piratini	17.434	2.308	3.321	5.629
Rio Grande	191.719	41.934	3.302	45.236
Santa Vitória do Palmar	30.953	6.809	1.519	8.328
São José do Norte	25.491	3.142	4.673	7.815
São Lourenço do Sul	41.756	6.138	6.778	12.916
Turuçu	3.410	477	477	954
Total	789.328	156.741	47.986	204.727

Fonte: INSS (Agência Pelotas), 2022.

*Dados disponibilizados pelo INSS (Agência Pelotas), referente ao mês de outubro de 2022.

*Benefícios rurais mantidos incluem: aposentadorias, amparos, auxílios, pensões e outros.

Observa-se na Tabela 6, que no mês de outubro de 2022, o município de Canguçu apresentava 17.421 beneficiários, deste total, 12.415 eram rurais e o restante urbano. Considerando o número de beneficiários rurais do mês de outubro de 2022 e levando em conta que cada um recebe um salário mínimo (valor do salário mínimo em 2022 era de R\$ 1.212,00), constata-se que apenas no mês de outubro de 2022 mais de 15 milhões de reais giraram no município. Cabe destacar, que alguns beneficiários rurais gastam o recurso em outros locais.

A Secretaria Municipal da Fazenda de Canguçu informou que o repasse de verbas da União para o município de Canguçu, através do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) no ano de 2022, foi de R\$ 42.044.528,25. Vale ressaltar, que o valor do repasse do FPM é determinado principalmente pela proporção do número de habitantes estimado anualmente pelo IBGE.

Considerando o número de beneficiários rurais de Canguçu, constata-se que durante o ano de 2022, foi transferido para o município de Canguçu, um total de R\$ 195.610.740,00. Verifica-se na área de estudo, que o valor dos benefícios rurais é superior ao repasse do FPM, a porcentagem de diferença entre os dois valores é de 365%. Com isso, nota-se os impactos econômicos e sociais da previdência social rural no município de Canguçu.

Outra informação disponibilizada pelo INSS (Agência Pelotas) foi o número de benefícios concedidos entre 2010-2022 (Tabela 7). Percebe-se uma queda do número de benefícios concedidos desde o ano de 2019 e uma das causas desta diminuição está atrelada as análises equivocadas de alguns servidores do INSS, como será visto no próximo capítulo.

Tabela 7 - Benefícios concedidos entre 2010-2022 no município de Canguçu

ANO	URBANO	RURAL	TOTAL
2010	633	1.711	2.344
2011	621	1.640	2.261
2012	709	1.760	2.469
2013	801	1.731	2.532
2014	842	1.737	2.579
2015	662	1.462	2.124
2016	795	1.621	2.416
2017	734	1.699	2.433
2018	781	1.654	2.435
2019	586	1.095	1.681
2020	396	401	797
2021	303	498	801
2022	308	453	761
Total	8.171	17.462	24.078

Fonte: INSS (Agência Pelotas), 2022.

*Dados disponibilizados pelo INSS (Agência Pelotas), referente ao mês de outubro de 2022.

Percebe-se a presença do Estado na valorização da agricultura familiar e no desenvolvimento territorial, por meio direito da previdência social rural, sendo esta uma das políticas públicas promotora do fortalecimento dessa categoria. Bem como, um dos mecanismos existentes no município de Canguçu, que propicia a distribuição de renda, redução das desigualdades e reprodução social e econômica do beneficiário e sua família.

Também é uma importante política de transferência de renda para a área de estudo, ocasionando a manutenção das atividades do meio urbano, como, por

exemplo, o comércio é aquecido especialmente entre os dias 25 e 10 de cada mês, período este, quando ocorre o pagamento dos benefícios rurais.

3 PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL: O CASO DO 1º DISTRITO DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS

Esse capítulo tem como objetivo refletir sobre a realidade revelada através da pesquisa de campo com os aposentados e pensionistas da previdência social rural do município de Canguçu/RS. Da mesma forma, dos representantes das instituições que possuem relação com os aposentados e pensionistas rurais.

Vale lembrar, que os aposentados e pensionistas pesquisados residem no 1º distrito de Canguçu, nos seguintes quadrantes e localidades (Quadro 3), conforme apresentado na metodologia da pesquisa.

Quadro 3 - Quadrantes e respectivas localidades pesquisadas, variação de distância até o centro de Canguçu e número de entrevistas por localidade

Quadrantes	Localidades	Varição de distância em Km dos quadrantes até o centro de Canguçu	Nº de entrevistas por localidade
Quadrante distante – B2	Santa Clara	27 Km à 38 Km	07
	Remanso		07
Quadrante intermediário – B3	Coxilha dos Cavalheiros	12 Km à 22 Km	04
	Coxilha dos Cunha		04
	Glória		12
Quadrante próximo – C5	Coxilha dos Campos	5 Km à 14 Km	03
	TOTAL		37

Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Quanto ao Quadrante Distante (B2) foram entrevistados aposentados e pensionistas rurais das localidades Santa Clara e Remanso, sendo estas localidades com distância entre 27km à 38 km até o centro urbano de Canguçu. Na localidade Santa Clara destaca-se a produção de tabaco, soja e milho, bem como, da criação de animais, principalmente para o consumo familiar. Já na localidade Remanso, além do mesmo tipo de produção agrícola (animal e vegetal) da localidade anterior, está localizado o Assentamento Herdeiros da Luta, onde vivem atualmente cinquenta e sete famílias. Faz vinte e três anos que o referido assentamento foi constituído no Remanso e as famílias são originárias do município de Palmeira das Missões/RS. Também na localidade do Remanso está localizado o Grupo Agroecológico do Remanso, o mesmo foi fundado no ano de 1995, sendo constituído no momento por

sete famílias da localidade, com uma produção diversificada de alimentos agroecológicos.

No Quadrante Intermediário (B3) foram realizados estudos nas localidades de Coxilha dos Cavalheiros e Coxilha dos Cunha, com distância que varia entre 12 Km à 22 Km até a sete urbana de Canguçu. São localidades onde cultivam essencialmente milho, tabaco e soja, assim como, áreas de campo nativo com a criação de gado de corte.

No Quadrante Próximo (C5) foram entrevistados os aposentados e pensionistas das localidades Glória e Coxilha dos Campos, com distância entre 5 Km à 14 Km até o centro urbano do município pesquisado. Destaca-se na localidade da Glória a produção agrícola de tabaco, soja, milho, pêssego e tomate. Já a Coxilha dos Campos compreende uma localidade com características de uma vila e a presença de muitas residências onde vivem sobretudo aposentados e pensionistas tanto do rural quanto do urbano e também pessoas que residem lá, mas estão envolvidas em atividades não-agrícolas, seja nos comércios próximos da localidade ou na cidade de Canguçu.

Vale destacar, nos quadrantes estudados, além da produção agropecuária para o mercado, existe uma grande diversidade de alimentos produzidos para o próprio consumo familiar. Assim como, vivem nas localidades pesquisadas de cada quadrante, um número expressivo de aposentados e pensionistas da previdência social rural.

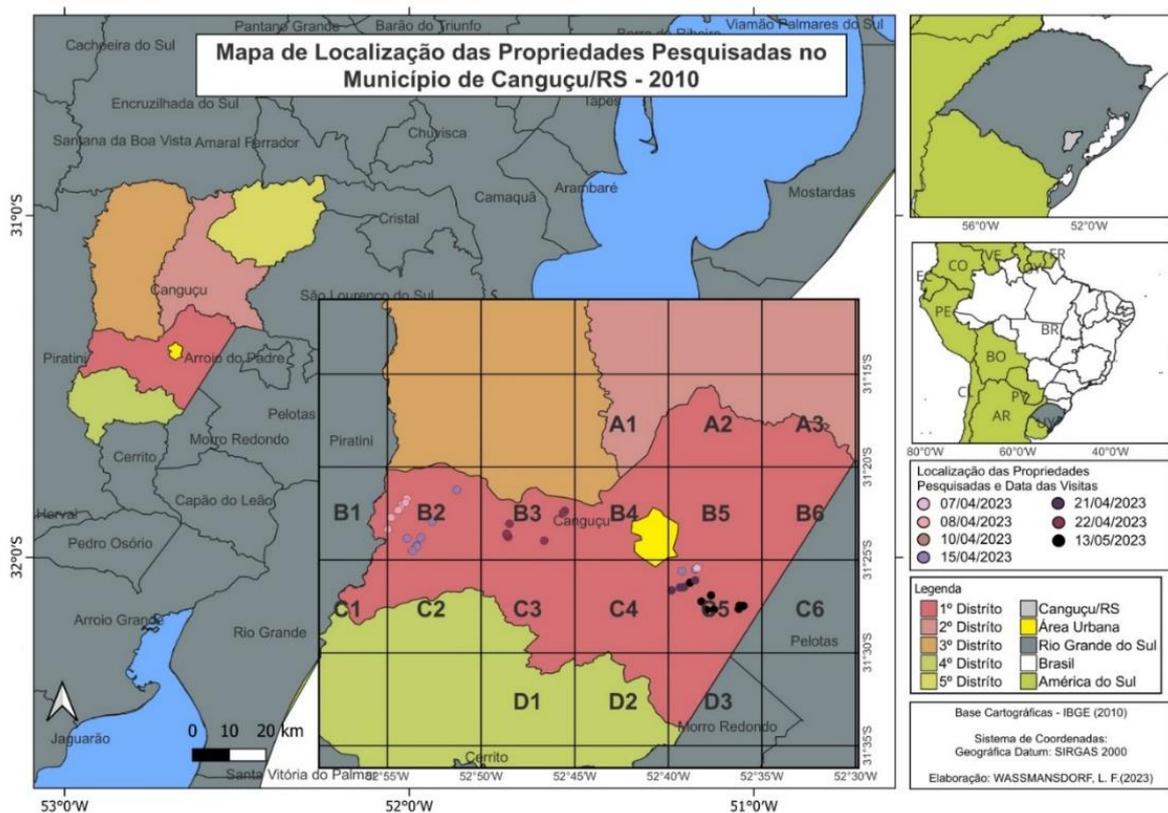
Figura 10 - Mosaico com algumas paisagens das localidades estudadas



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Ao longo da pesquisa de campo foram georreferenciadas as localizações, por meio das coordenadas geográficas, de cada propriedade familiar estudada e, posteriormente, elaborou-se o mapa (Figura 11).

Figura 11 - Mapa de localização das propriedades estudadas



Fonte: Elaborado por Luiz Felipe Wassmansdorf, 2023.

3.1 Caracterização geral dos entrevistados

Foram entrevistados um total de trinta e sete aposentados ou pensionistas da previdência social rural, residentes no 1º distrito do município de Canguçu. Do total de entrevistados, onze são do sexo masculino e vinte e seis do sexo feminino (Gráfico 2).

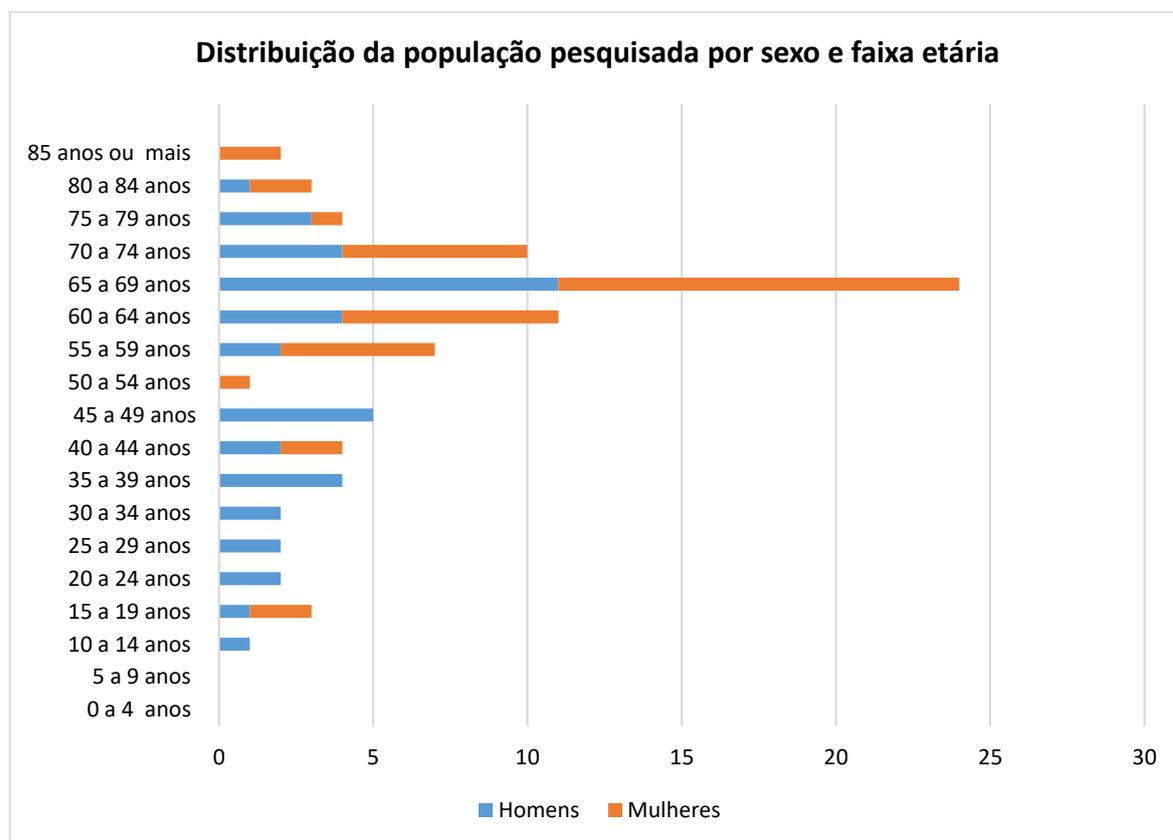
Gráfico 2 - Sexo dos entrevistados



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Quanto a distribuição da população pesquisada e dos seus familiares por sexo e faixa etária, o Gráfico 3 mostra que 63% da população é idosa, com destaque para o sexo feminino. Conforme Sacco dos Anjos e Caldas (2005), o processo de envelhecimento da população do campo ocorre de forma intensa, isso, devido ao aumento da expectativa de vida e ao declínio da taxa de fecundidade.

Gráfico 3 - Distribuição da população pesquisada por sexo e faixa etária



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

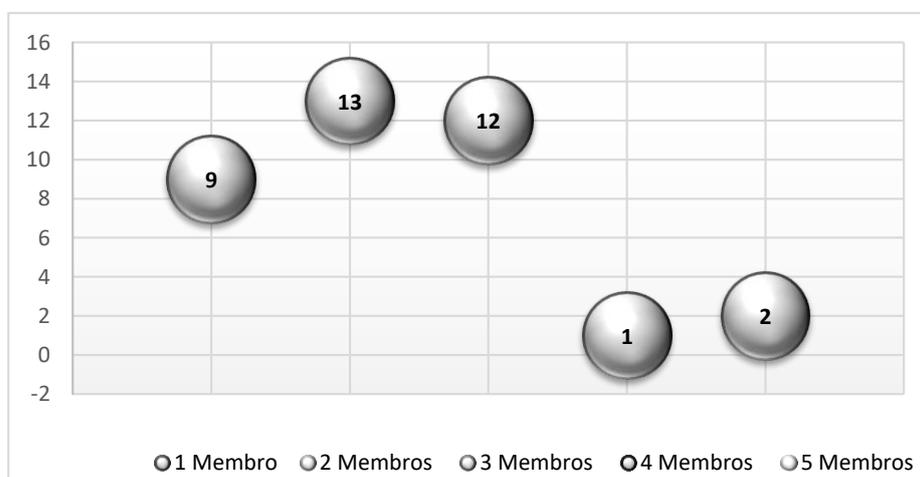
Ainda, observa-se no Gráfico 3, quanto à População Economicamente Ativa (PEA), o predomínio masculino. Conforme Brumer e Anjos (2008), os altos índices migratórios dos jovens (entre eles de mulheres) do meio rural em direção às cidades, acaba causando o envelhecimento e a masculinização rural⁷. Esse processo migratório também gera segundo os autores, problemas ligados à sucessão familiar. Isso, pela dificuldade em achar o sucessor entre os filhos dos proprietários ou pelas divergências entre os herdeiros do patrimônio familiar.

⁷ Cuando hablamos de masculinización rural nos referimos a un desequilibrio demográfico que se concreta en un déficit de mujeres respecto a la proporción que naturalmente debiera existir entre los dos sexos o razón biológica (CAMARERO, et al., 2009, p. 50).

O processo de masculinização rural ocorre devido “a modernização dos processos de produção e a introdução dos chamados insumos modernos que devem ser entendidas como o aprofundamento da expulsão feminina da esfera agrária e a reafirmação do patriarcado” (SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2005, p. 674).

Foi identificado entre os trinta e sete entrevistados, um total de oitenta e cinco pessoas e as famílias dos aposentados e pensionistas estudados são compostas entre um a cinco membros, como pode ser observado no Gráfico 4. Também foi constatado um total de cinquenta e oito aposentadorias rurais e treze pensões.

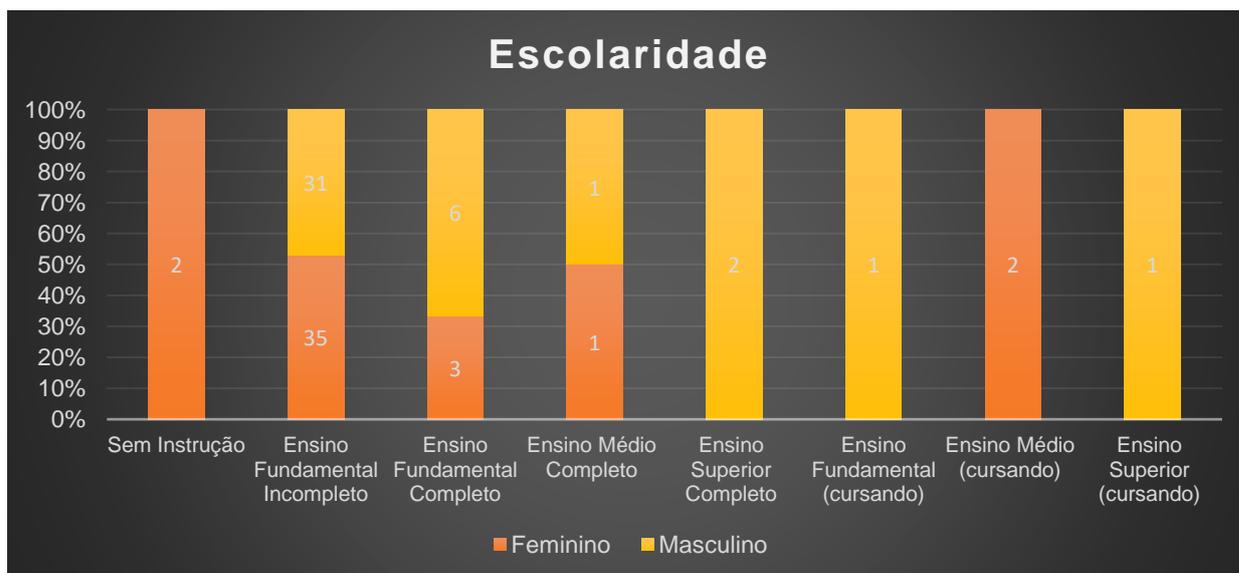
Gráfico 4 - Número de membros das famílias pesquisadas



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Quanto a escolaridade dos entrevistados e de seus respectivos membros da família (Gráfico 5), do total de oitenta e cinco pessoas, sessenta e seis pessoas possuem o ensino fundamental incompleto. Isto é o resultado da ausência até o início do século XXI de escolas no meio rural de Canguçu com ensino fundamental completo. As escolas que possuíam ensino fundamental completo estavam localizadas na sede urbana e a maioria das famílias não possuíam condições financeiras para manterem seus filhos nas escolas da cidade.

Gráfico 5 - Escolaridade dos entrevistados e de seus respectivos membros da família



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Outro fato que explica a baixa escolaridade dos membros das famílias estudadas, refere-se que a educação básica não era obrigatória naquela época e inúmeros entrevistados relataram que não conseguiram frequentar por muito tempo a escola por terem que ajudar seus pais no serviço da propriedade, seja na agricultura, pecuária, serviços domésticos e até o cuidado das crianças ou idosos.

Notou-se que muitos dos filhos dos entrevistados que estudaram acabaram migrando para a cidade. Segundo Fernandes e Molina (2004, p.61), historicamente, a educação rural “esteve associado a uma educação precária, atrasada, com pouca qualidade e poucos recursos. Tinha como pano de fundo um espaço rural visto como inferior, arcaico”.

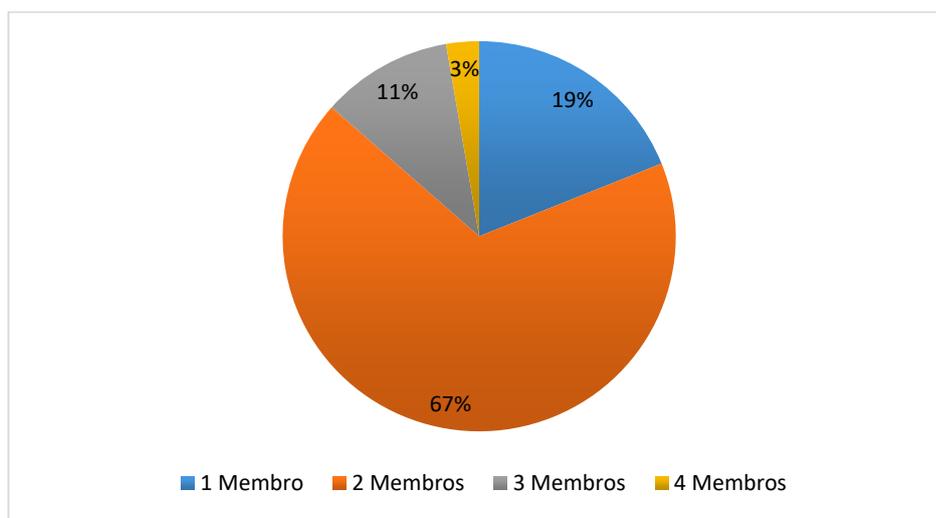
O movimento Por uma Educação do Campo recusa essa visão, concebe o campo como espaço de vida e resistência, onde camponeses lutam por acesso e permanência na terra e para edificar e garantir um *modus vivendi* que respeite as diferenças quanto à relação com a natureza, com o trabalho, sua cultura, suas relações sociais (FERNANDES; MOLINA, 2004, p. 61).

Conforme Fernandes e Molina (2004), a Educação do Campo⁸ rompe com a Educação Rural, sendo esta última tem como referência apenas o produtivismo, isto é, o campo apenas como lugar de produção e não como espaço de vida.

⁸ “A educação do campo é uma proposta abrangente que visa à formação do homem do campo e também a valorização no que diz respeito ao espaço, tempo e modelo de currículo, que mobilize as

Quanto ao número de membros aposentados ou pensionistas na propriedade familiar (Gráfico 6), sete propriedades possuem um membro aposentado ou pensionista; vinte e cinco propriedades possuem dois membros aposentados ou pensionistas; quatro propriedades possuem três membros aposentados ou pensionistas; uma propriedade possui quatro membros aposentados ou pensionistas.

Gráfico 6 - Número de membros aposentados ou pensionistas na propriedade familiar



Pesquisa de campo, 2023.

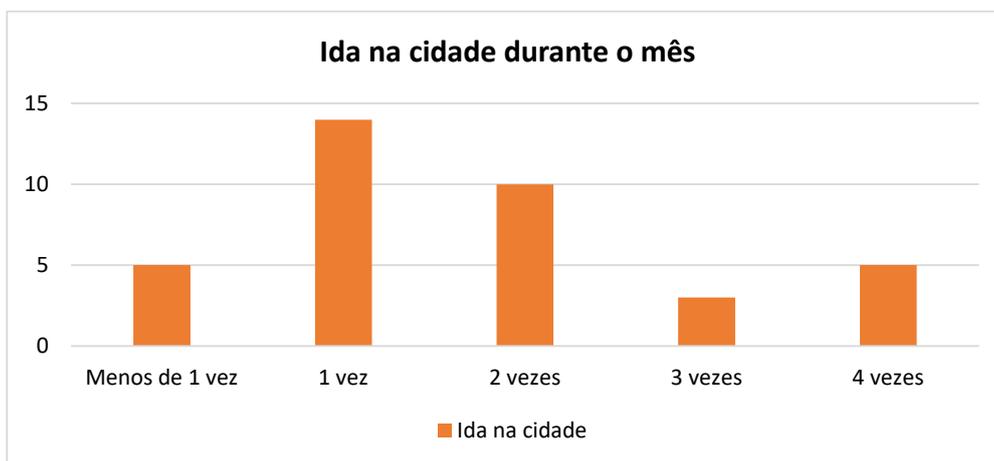
Observou-se que a previdência social rural é a política pública que se destaca na área de estudo, pois, dos trinta e sete entrevistados, trinta e três não acessam nenhum outro tipo de política pública e quatro entrevistados além da previdência social rural, acessam outras políticas públicas, como PRONAF – Investimento. As linhas de crédito acessadas são as seguintes: Pronaf Mais Alimentos (financiamento de trator), Pronaf ABC + Bioeconomia (financiamento de energia renovável – placas solares).

A previdência social rural é a principal política pública presente na área de estudo e os recursos previdenciários são imprescindíveis na economia familiar. Conforme Beltrão, Oliveira e Pinheiro (2000):

Ainda que benefícios previdenciários tenham uma função específica de servir como “seguro contra perda de capacidade laborativa”, é inegável o papel social que a previdência rural tem desempenhado na elevação da renda no campo e, neste sentido, colaborado para a erradicação da pobreza (BELTRÃO; OLIVEIRA; PINHEIRO, 2000, p. 19).

Com relação à frequência que os entrevistados se deslocam para a cidade durante o mês, podemos observar no Gráfico 7 que varia entre menos de uma vez até quatro vezes. O deslocamento dos entrevistados até a cidade de Canguçu tem como objetivo o recebimento do recurso do benefício rural (aposentadoria e/ou pensão). Para assim, efetuarem o pagamento da conta da energia elétrica e internet, bem como, compra de medicamentos, alimentos, insumos agrícolas, vestuário, móveis e eletrodomésticos. Além disso, o deslocamento até a cidade ocorre por motivos de consultas médicas, fisioterapia, realização de exames laboratoriais e de imagem, entre outros. O meio de transporte mais utilizado entre os entrevistados é o carro, seguido do ônibus.

Gráfico 7 - Frequência que os entrevistados se deslocam para a cidade de Canguçu durante o mês



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Na sequência, os dados da pesquisa empírica considerando as dimensões de análise - Econômica-Política- Cultural-Natural (E-P-C-N) segundo a proposta de Saquet (2005; 2011) e seus respectivos parâmetros elaborados para a análise e compreensão da realidade estudada.

3.2 Dimensão Econômica

Os beneficiários rurais quando questionados o que representa em porcentagem a renda do benefício rural (Gráfico 8) se comparada com outras fontes de renda da

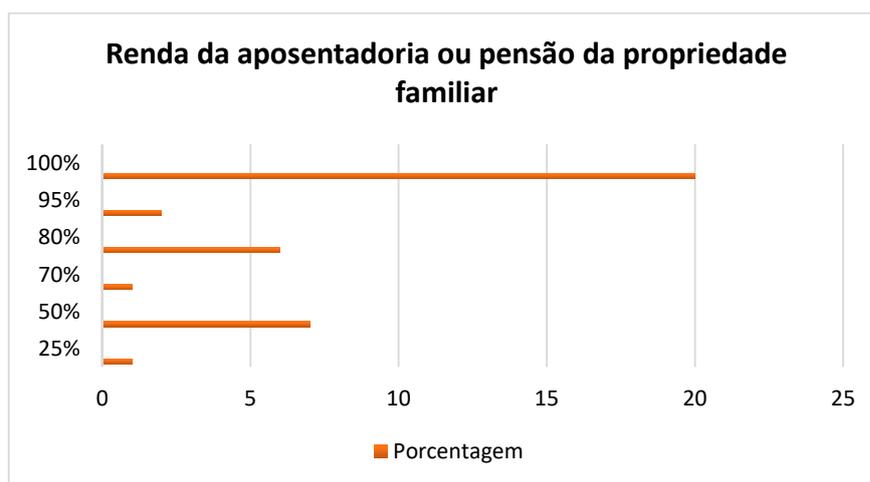
propriedade familiar, vinte entrevistados relataram que a aposentadoria ou pensão representa 100% da renda da propriedade familiar.

Para dois aposentados, a renda do benefício compreende 95%, pois uma aposentada vende verduras, temperos e batata doce e o outro aposentado arrenda parte de suas terras para o cultivo do tabaco e soja.

Seis entrevistados destacaram que o benefício rural representa 80% da renda familiar e o restante refere-se a venda de produtos agrícolas como o milho, feijão, amendoim, cebola, soja, tabaco, laranja, figo e de produtos da pecuária e seus derivados, como porco, galinha, carneiro e leite. Uma aposentada relatou que a aposentadoria representa 70% da renda familiar e o restante vem da venda do tabaco e gado de corte.

Para sete entrevistados, o benefício rural representa 50% da renda familiar. O restante da renda é composto pela venda de produtos agrícolas como o tabaco, pêsego, laranja, bergamota, uva, soja, grande diversidade de produtos agroecológicos e da criação de animais e seus derivados, como gado de corte, mel e leite. E para uma aposentada, o seu benefício representa 25% da renda familiar, pois a família comercializa soja, pêsego e leite.

Gráfico 8 - Porcentagem da renda do benefício rural comparada com outras fontes de renda da propriedade familiar



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Percebe-se que os benefícios rurais (renda de transferência social) contribuem significativamente na renda das famílias estudadas e possuem uma maior importância econômica se comparada a renda de produtos agrícolas ou da pecuária.

Figura 12 - Mosaico com algumas das atividades agrícolas (vegetal e animal) desenvolvidas nas propriedades pesquisadas



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Observou-se que em algumas propriedades os beneficiários rurais por possuírem a renda proveniente do benefício rural, auxiliam os filhos no desenvolvimento de atividades na propriedade familiar (Figura 13). Um aposentado relatou que auxilia o filho na produção de tabaco, desenvolvendo o trabalho de colheita e classificação. Outra entrevistada mencionou ajudar o filho na criação de cavalos, como na limpeza do estábulo. E uma entrevistada destacou a existência de flores na propriedade e que ajuda a filha no cultivo e na comercialização.

Figura 13 - Mosaico com algumas atividades que os entrevistados auxiliam os filhos na propriedade familiar



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Referente a mudança dos produtos cultivados na propriedade com o acesso ao benefício rural percebe-se na Figura 14, baseado no uso do índice de codificação ordem (critério de prioridade), que o cultivo agrícola mais citado é o tabaco, seguida do milho, feijão, leite, soja, pêsego, criação de animais e produção de batata.

Figura 14 - Mudança dos produtos cultivados na propriedade familiar com o acesso ao benefício rural



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Os entrevistados relataram que ao passarem a ter o direito ao benefício rural, optaram em diminuir ou parar com o cultivo do tabaco, como pode ser percebido no Quadro 4. Essa mudança está relacionada ao acesso ao benefício, possibilitando até mesmo a ampliação da produção de alimentos para o próprio consumo familiar.

Quadro 4 - Algumas falas de entrevistados sobre o cultivo do tabaco ao passarem a ter o direito ao benefício rural

Entrevistado (a)	Fala
Aposentada 9	<i>“Paramos de plantar fumo e continuamos plantando as coisas para o gasto. Se não tivesse a aposentadoria a gente estaria plantando fumo”.</i>
Aposentada 10	<i>“Depois que me aposentei a gente seguiu plantando fumo, uns quantos anos, uns 7 ou 8 anos ainda. Paramos por problemas de saúde”.</i>
Aposentada 13	<i>“A gente plantava de tudo de primeiro, agora a gente diminuiu o fumo. A gente não pode trabalhar tanto. A gente plantava 35 mil pés de fumo antes e agora 20 mil pés”.</i>

Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Também se destacam as modificações quanto a diminuição na produção de milho, pelo fato que alguns entrevistados terem diminuído a criação de animais e outros terem optado em comprar o milho com o dinheiro do benefício rural. Já o cultivo de feijão diminuiu devido as questões climáticas, como a estiagem. A atividade leiteira gera renda mensal para as famílias envolvidas, porém alguns entrevistados optarem em parar com essa atividade devido às questões de modernidade exigidas, falência da Cooperativa Sul-Rio-Grandense de Laticínios Ltda. (COSULATI) e por passarem a receber o benefício rural que garante uma renda mensal.

A soja é um tipo de cultivo que se expandiu nos últimos anos em algumas propriedades estudadas, isso devido a facilidade na produção de soja, pois com o uso de máquinas em todo o processo produtivo, não demanda trabalho físico desgastante se comparado a produção de tabaco.

Ao passarem a ter o direito ao benefício rural, alguns dos entrevistados resolveram parar com a produção de pêssego, por problemas de saúde e desvalorização do preço do produto. Alguns aposentados deixaram de criar animais para o próprio consumo e passaram a comprar no mercado com recurso do benefício rural, isso ocorre também com a produção de batata.

Grisa (2008) expõe que o consumo de alimentos comprados no mercado são portadores de risco em razão de não saber como os alimentos foram produzidos, processados e armazenados. As famílias ao produzirem para o autoconsumo⁹, sabem o que estão consumindo e como ocorreu todo o processo de produção do alimento.

9 “A produção para autoconsumo diz respeito a uma prática tradicional às unidades familiares de produção. Trata-se da produção de alimentos realizada pela família cujos produtos são destinados ao seu próprio consumo” (GRISA, 2008, p. 172).

Geralmente, na produção para o autoconsumo evita-se o uso de agrotóxicos que sejam capazes de causar riscos. Grisa (2008) afirma que:

A produção para o autoconsumo tem que ser interpretada para além do simples acesso aos alimentos - o que poderia ser suprido também a partir de alimentos comprados -, incorporando o que esta prática representa em termos de segurança alimentar, acesso a alimentos de qualidade, minimização da exposição aos riscos alimentares e outras dimensões mais simbólicas, como o (ser) agricultor e o (ser) vizinho (GRISA, 2008, p.197).

Os beneficiários rurais ao serem questionados com quais itens mais gastam o benefício, o item mais citado foi a alimentação, seguida de gastos com a saúde, agricultura, vestuário, eletrodoméstico e móveis, como pode ser percebido na Figura 15, baseado no uso do índice de codificação ordem (critério de prioridade).

Figura 15 - Itens que mais gastam o benefício rural



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Os entrevistados utilizam grande parte do dinheiro do benefício na alimentação, pois relataram que cada vez que vão ao mercado, os preços dos alimentos estão mais altos. O segundo item que mais gastam o dinheiro do benefício é na saúde, seja na compra de medicamentos, pagamento de exames laboratoriais, exames de imagem, consultas com médicos particulares, plano de saúde e cirurgias. O benefício rural é muito utilizado no pagamento de serviços de saúde, pois se não tivesse acesso a essa política pública teriam que realizar outras alternativas para adquirir o recurso para o pagamento dos serviços, como a comercialização de algum animal, isso, pode ser percebido no Quadro 5.

Quadro 5 – Algumas falas dos entrevistados sobre o pagamento de serviços de saúde com recurso do benefício rural

Entrevistado	Fala
Aposentado 2	<i>“Uso para pagar consulta médica e exames. Tudo o que fiz é usado do salário da aposentadoria”. “Todas as cirurgias e exames de câncer de pele, paguei com o dinheiro da aposentadoria. Se não tivesse o salário, tinha que vender um animal” – Fala da esposa do Aposentado 2.</i>
Aposentado 3	<i>“Tenho a PróVida (Plano de saúde) e pago exames. Tem um baita desconto na PróVida, a consulta é R\$ 300,00 e fica R\$ 120,00. Pago R\$ 37,00 por mês/família”.</i>
Aposentada 22	<i>“Mais é para a saúde mesmo. Agora a poucos dias atrás fiz uma cirurgia e gastei R\$ 15.200, 00”.</i>

Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

O terceiro item mais citado no que se refere ao gasto do benefício rural, compreende os investimentos na atividade agrícola. Os entrevistados que seguem produzindo para o autoconsumo ou para a comercialização informaram que parte do valor do benefício rural é investido na produção, como pode ser percebido no Quadro 6. Vale ressaltar, que do total de entrevistados, oito não aplicam nenhum valor do benefício na produção por não estarem produzindo nenhum tipo de produto agrícola (vegetal ou animal).

Quadro 6 - Algumas falas dos entrevistados sobre o investimento do benefício rural na propriedade

Entrevistado (a)	Fala dos entrevistados
Aposentado 3	<i>“Comprei com o dinheiro da aposentadoria três sacos de adubo para colocar no milho. Plantei feijão e batata doce, tudo vai dinheiro”.</i>
Aposentada 5	<i>“Dizem que não ajudo, mas esses dias ajudei a comprar terra com o dinheiro da aposentadoria”.</i>
Aposentada 13	<i>“A gente investe muito. Compramos sementes de milho e aveia. Também compramos o carro com parte do dinheiro da aposentadoria”.</i>
Aposentada 15	<i>“Compramos milho, adubo, aveia, agrotóxicos. A aposentadoria tem que dar para tudo”.</i>
Aposentada 24	<i>“Sempre. Grande parte do dinheiro da aposentadoria é gasto em remédio e vestuário. O que precisar a gente compra para investir na agricultura, como as sementes e para pagar o financiamento do trator”.</i>
Aposentada 29	<i>“Quando sobra a gente compra, mudas de árvores frutíferas e mudas de verduras para a horta”.</i>

Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Nota-se que os benefícios rurais são investidos na atividade agrícola, como na compra de insumos agrícolas, compra de combustíveis, pagamento do financiamento de máquinas agrícolas, como trator, e na aquisição de terras. Também o recurso da

previdência contribui na manutenção e na melhoria da produção para o autoconsumo ou destinada a comercialização.

Delgado e Cardoso Jr. (2000) destacam que o benefício rural

[...] cumpre não só a função precípua de seguro previdenciário, operando dentro do escopo original que orientou sua concepção, mas também atende de maneira fundamental, ainda que indiretamente, a uma função que muito se aproxima de um seguro agrícola, pois reprograma e alarga o potencial produtivo das unidades familiares (DELGADO; CARDOSO JR., 2000, p. 30).

Os autores mencionados enfatizaram que o benefício rural funciona como um seguro agrícola de forma indireta “porque garante a subsistência familiar e até permite financiar sua pequena produção, ainda que não seja sucedâneo do seguro agrícola clássico” (DELGADO; CARDOSO JR., 2000, p. 28). Os benefícios rurais são como um seguro agrícola, pois o recurso previdenciário colabora na renda familiar e no desenvolvimento da atividade agrícola e, conseqüentemente, no fortalecimento da agricultura familiar (DELGADO; CARDOSO JR., 2000).

Também é ressaltado nos estudos de Caldas e Sacco dos Anjos (2007), que os recursos das aposentadorias e pensões rurais constituem um “seguro agrícola”, pois vêm sendo utilizadas de forma indireta para financiar as atividades produtivas, isso devido as dificuldades e desafios enfrentados pelos agricultores familiares, como à instabilidade dos mercados e a fragilidade das políticas públicas de apoio às atividades agrícolas.

Ainda, quanto aos gastos do benefício rural na área de estudo, o vestuário foi o quarto mais citado, eletrodoméstico ficou em quinto na ordem de gasto e por último os móveis. Sendo estes dois últimos itens, pouco citados pelos entrevistados, pois a compra de um eletrodoméstico ou móvel ocorre apenas quando o mesmo deve ser substituído, não é algo que adquirem todo o mês se comparado aos itens da alimentação, medicamentos e produtos que investem na agropecuária.

Além dos itens que mais gastam o benefício rural definidos antes do trabalho de campo, durante a pesquisa empírica vale ressaltar o outro item citado por cinco entrevistados onde explicaram que estão economizando o recurso do benefício rural com o intuito de investir na reforma da residência, como pode ser observado na fala do Aposentado 3: *“Na verdade não gasto quase nada, estou juntando o dinheiro, quero reformar a casa. A minha mulher que também é aposentada que compra as coisas com o salário dela”*.

Considerando a propriedade que possui o casal aposentado, percebeu-se que as mulheres são as que mais gastam o benefício na aquisição dos alimentos, bem como, na compra de vestuário, eletrodomésticos e móveis. Já os homens gastam mais o dinheiro do seu benefício na compra de produtos para investir na atividade agrícola e da pecuária.

O representante do Sindicato do Comércio Varejista de Canguçu (Sindilojas¹⁰) informou durante a entrevista que o município de Canguçu possui aproximadamente 315 estabelecimentos na atividade de comércio varejista. O representante deste sindicato, baseado nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e E-Social, destacou que o número de empregados cadastrados no município de Canguçu é de 5.130 pessoas. Deste universo, o setor econômico do Comércio Varejista emprega 1.662 pessoas. Já os dados de emprego, em relação aos prestadores de serviços, não existem uma informação precisa, tendo em vista que a maioria dos prestadores de serviços estão inscritos como Microempreendedor Individual (MEI).

Quanto à relevância dos benefícios rurais para a manutenção do comércio e serviços existentes no meio urbano de Canguçu, o representante do Sindilojas relatou:

A injeção de recursos financeiros, através dos benefícios previdenciários rurais, é de extrema importância para a manutenção da atividade comercial e de serviços no município. Entre os benefícios previdenciários destaca-se a aposentadoria rural por idade onde, pela atual legislação, as mulheres se aposentam com a idade a partir dos 55 anos e os homens a partir de 60 anos e, neste contexto, por ser o município de Canguçu aquele que detém um grande número de pequenas propriedades rurais no regime de agricultura familiar, há uma injeção significativa de recursos, via previdência social através de benefícios que, por sua vez circula no comércio local (FALA DO REPRESENTANTE DO SINDILOJAS CANGUÇU, 2023).

O representante do Sindilojas Canguçu quando questionado se os benefícios rurais ocasionam a expansão das atividades urbanas de Canguçu, ressaltou que as referidas atividades são impactadas de forma positiva com a inserção de recursos financeiros oriundos da aposentadoria rural. *“Podemos destacar a manutenção e ampliação do número de empresas do comércio varejista, principalmente os do ramo da alimentação”* (FALA DO REPRESENTANTE DO SINDILOJAS CANGUÇU, 2023).

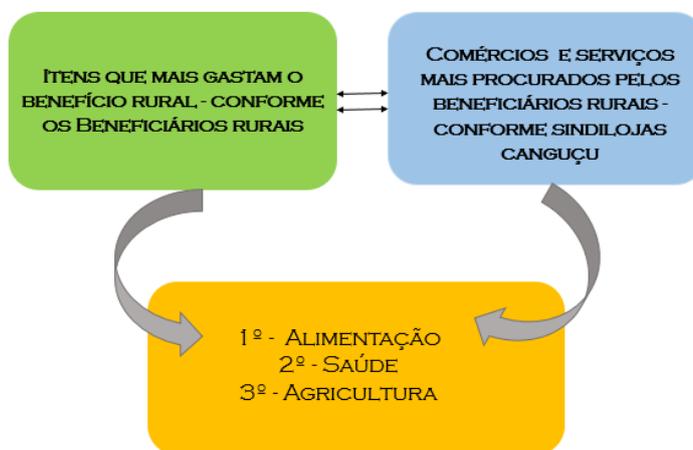
Os tipos de comércio e serviços mais procurados pelos beneficiários rurais no meio urbano de Canguçu são os seguintes:

¹⁰ O Sindilojas Canguçu foi fundado no dia 15 de maio de 1996 e segundo entrevista com o representante deste sindicato, o Sindilojas “atua em defesa dos interesses do comércio varejista de Canguçu, Pedro Osório, Cerrito e Piratini (municípios que integram sua base territorial) representando hoje mais de 500 empresas e comerciantes junto à sociedade, governo e empregados do comércio (FALA DO REPRESENTANTE DO SINDILOJAS CANGUÇU, 2023).

Estima-se que o comércio varejista de gêneros alimentícios é responsável pela absorção de aproximadamente 50% dos recursos financeiros líquidos das aposentadorias rurais seguido, pela ordem, pelo comércio de medicamentos, pelo segmento do comércio de insumos agrícolas, consumo de combustíveis, construção civil, comércio varejista de artigos do vestuário e calçados (FALA DO REPRESENTANTE DO SINDILOJAS CANGUÇU, 2023).

Considerando as informações levantadas durante a pesquisa de campo com os beneficiários rurais do 1º distrito de Canguçu sobre os itens que eles mais gastam o benefício rural, bem como, o relato acima do representante do Sindilojas Canguçu elaborou-se a Figura 16 através do uso do índice de coocorrência (Critério equivalência). A referida figura expressa a convergência entre os beneficiários rurais e o representante do Sindilojas Canguçu, respectivamente, sobre os itens que mais gastam, isso de forma contínua os recursos da previdência social rural e os tipos de comércio e serviços mais procurados pelos beneficiários rurais.

Figura 16 - Esquema com os itens mais consumidos, conforme os beneficiários rurais entrevistados e o Sindilojas



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

A figura acima revela a seguinte ordem: 1º - Alimentação; 2º - Saúde; 3º - Agricultura. Com isso, a aquisição de itens destas áreas ocorre de forma constante durante o mês. Segundo o representante do Sindilojas Canguçu, cerca de 40% do valor do benefício rural é gasto no comércio local de Canguçu e 20% do benefício rural são destinados a compras em outros locais.

Estudos realizados nos municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento do Litoral do Rio Grande do Sul por Bitencourt e Dalto (2019) enfatizam que a movimentação dos recursos dos benefícios rurais mediada pela população idosa

[...] favorece o comércio, aumentando o emprego e a estabilidade econômica dos municípios. Como a maior parte desta renda é gasta em bens para própria subsistência, o impacto se dá frente à desigualdade de renda, na qual uma transferência de recursos, por mais neutra que seja, atua significativamente reduzindo a pobreza (BITENCOURT; DALTO, 2019, p. 134).

Cinco dos entrevistados relataram que investem o benefício em educação, ou seja, no auxílio financeiro para as filhas se manterem no mestrado, no doutorado, bem como, ajuda financeira para a neta permanecer no ensino médio e a mensalidade da faculdade para a filha e neta.

Dos trinta e sete entrevistados, trinta e quatro possuem a conta poupança e explicaram que o dinheiro que sobra é destinado para a referida conta. O recurso depositado na poupança na maioria das vezes é para uso de alguma emergência, ligado principalmente a saúde, como pagamento de consultas médicas, exames, cirurgias e internações hospitalares, conforme relata a Aposentada 22: *“Tenho uns troquinhos na poupança porque quando precisa, se a gente não tem na hora, morre”*.

Alguns dos entrevistados relataram que deixam parte do recurso na poupança com o objetivo de comprar terras – *“Deixo o dinheiro da aposentadoria na poupança e esses dias comprei umas terras e duas hectares foi com o dinheiro que tinha na poupança”* – relato do marido da Aposentada 23. Também para o pagamento do financiamento do trator - *“Tenho conta poupança e deixo tudo lá”. Dinheiro é usado para pagar o financiamento do trator”* – relato da Aposentada 17 e do pagamento do financiamento do carro - *“Quando sobra deixo na poupança. Inventei de comprar um carro, agora estou pagando”* – relato do Aposentado 30.

Do total de beneficiários rurais entrevistados, quatro possuem empréstimo consignado e outros dois explicaram que já fizeram, mas lamentaram a decisão, como pode ser percebido na fala do Aposentado 20 - *“Fiz uma vez, mas aquilo saiu uma careza”*. Nota-se que o empréstimo consignado feito pelos entrevistados foi utilizado para o pagamento de serviços de saúde, como internação hospitalar e cirurgia e para ajudar parentes.

O representante do Sindilojas Canguçu destacou durante entrevista que a grande maioria dos beneficiários rurais do citado município estão com parte do seu benefício comprometido em empréstimos consignados, onde ocorre o desconto mensal de parte do benefício rural. O referido representante não soube informar o número de benefícios que possuem empréstimo consignado, com isso, buscou-se esta informação junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – Agência Pelotas. Observa-se na Tabela 8, um total de 3.010 empréstimos consignados realizados em benefícios da previdência social rural do município de Canguçu. Se considerarmos, o número total de benefícios rurais mantidos, temos aproximadamente, 25% dos benefícios rurais com empréstimo consignado.

Tabela 8 - Número de empréstimos consignados do município de Canguçu*

Espécie	Número de consignados
Aposentadoria por Idade – Empregador Rural	3
Aposentadoria por Invalidez – Trabalhador Rural	419
Aposentadoria por Velhice – Trabalhador Rural	148
Pensão por morte Acidentária – Trabalhador Rural	24
Pensão por Morte de Empregador Rural	7
Pensão por Morte de Trabalhador Rural	2.409
TOTAL	3.010

Fonte: INSS (Agência Pelotas), 2023.

*Dados disponibilizados no dia 03/11/2023 pelo INSS (Agência Pelotas).

Percebe-se na Tabela 8 os beneficiários rurais que recebem pensão por morte são os mais endividados, sendo a maioria viúvas. Visto que, com a morte do marido, ocorre uma redução da mão de obra e falta de recursos, com isso, as pensionistas rurais acabam realizando empréstimos consignados para adquirirem bens, mas muitas das vezes para a compra de alimentos e medicamentos.

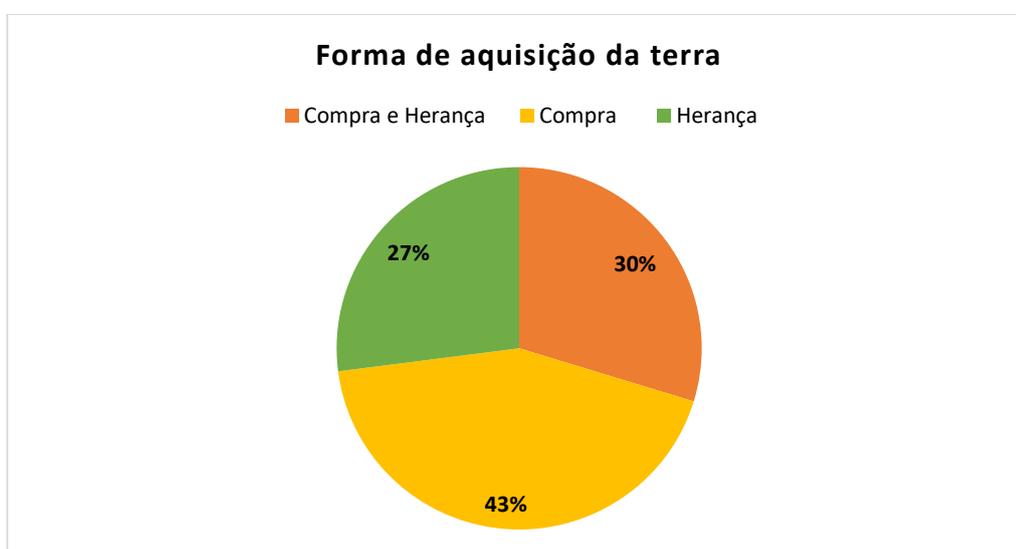
Um estudo realizado por Santos e Ferreira (2019) no município de Uberlândia/MG sobre o impacto do crédito consignado sobre o orçamento do idoso, revela que os idosos não têm a percepção de que eles estão endividados, por mais que afirmem terem feito redução no orçamento a partir do momento em que contrataram o crédito e que sua renda esteja comprometida.

Sobre a condição dos aposentados e pensionistas pesquisados, todos são proprietários das terras. Pode-se perceber no Gráfico 9 que onze (30%) adquiriram suas terras por parte compra/parte herança, dezesseis (43%) através da compra e dez (27%) por meio de herança.

Os entrevistados que adquiriram suas terras por parte compra/parte herança, frisaram que foi mais compra do que herança. No caso da entrevista que possui 148 hectares, destas, apenas 9 hectares foi herança, restante foi compra.

Salienta-se, que o Aposentado 11 e a Aposentada 12 são assentados e possuem a autorização de cultivar a terra, o chamado TD (Título de Domínio). Fazem 23 anos que se constituiu o Assentamento Herdeiros da Luta – Remanso. Atualmente, vivem no assentamento 57 famílias. Vieram do município de Palmeira das Missões/RS.

Gráfico 9 - Forma de aquisição da terra



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Quanto ao tamanho das propriedades pesquisadas (Tabela 9) varia entre menos de 3 hectares à menos de 150 hectares, destacando-se as pequenas propriedades.

Tabela 9 - Tamanho das propriedades pesquisadas (em hectares)

Grupos de área total (hectares)	Número de estabelecimentos
Menos de 3	1
3 a menos de 6	4
6 a menos de 10	8
10 a menos de 20	11
20 a menos de 30	7
30 a menos de 50	4
50 a menos de 100	1
100 a menos de 150	1
TOTAL	37

Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Ao serem questionados se existe produção para os familiares que estão na cidade, os entrevistados que possuem algum tipo de produção relataram que quando recebem visita, geralmente dão algum tipo de alimento que é produzido na propriedade, com predomínio os seguintes alimentos: feijão, frutas (laranja, bergamota, uva, goiaba e pêsego), amendoim, milho verde, verduras, batata doce, abóbora, ovos, leite, carne bovina e carne de porco, entre outros.

3.3 Dimensão Política

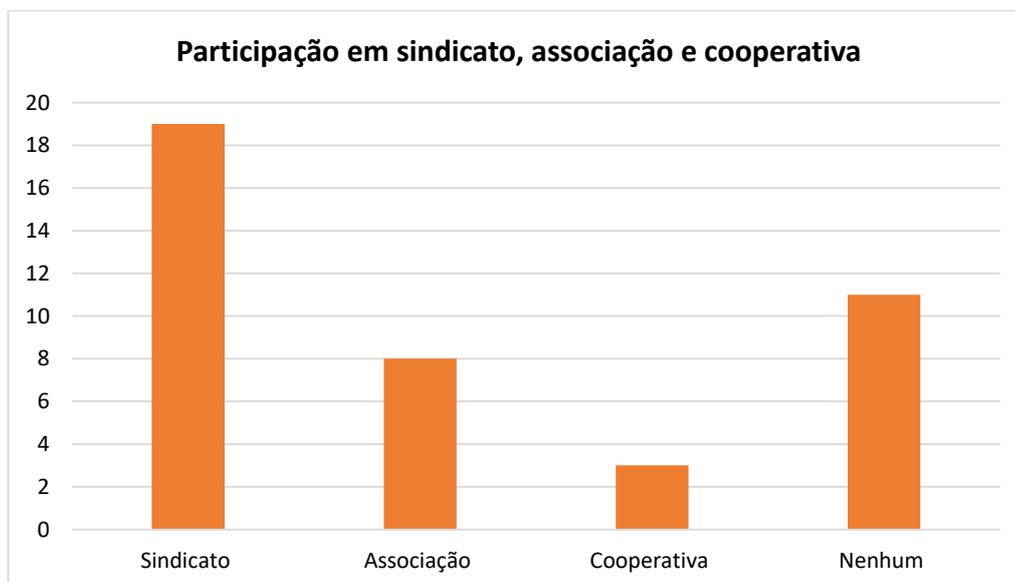
As mulheres entrevistadas relataram que o direito ao benefício rural proporciona uma maior autonomia financeira como pode ser notado na fala da Aposentada 6: *Antes de ter o benefício não tinha o poder de decisão, melhorou muito depois que me aposentei. Eu quero comprar uma coisa, eu sei que tenho o meu salário*". Também da Aposentada 23: *"Esse é o único dinheiro que o meu marido não pega um pila"*.

Conforme Brumer (2002), o benefício rural representa um valor simbólico para as mulheres, pois o fato de passarem a ter uma conta, um cartão bancário e receberem o benefício em seu nome proporciona as mulheres o poder pessoal de decidir como o dinheiro será gasto. Ainda segundo a mesma autora, as mulheres:

[...] na terceira idade, passavam à condição de dependentes dos companheiros, filhos ou de outros parentes ainda em idade ativa, elas se tornam provedoras e administradoras de um dos poucos recursos existentes na unidade familiar de produção com entrada regular, mês a mês (BRUMER, 2002, 74).

Sobre a participação dos entrevistados em alguma instituição, podemos observar no Gráfico 10 que dezenove beneficiários rurais participam do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Canguçu e os motivos de serem associados desta instituição estão ligados ao uso de alguns serviços oferecidos pelo sindicato, com destaque: consultas médicas, consultas odontológicas, descontos em exames e consultas em médicos particulares, Programa "Troca-Troca" de Sementes, encaminhamento do PRONAF, aquisição de produtos na loja do sindicato, entre outros.

Gráfico 10 - Participação dos entrevistados em sindicato, associação ou cooperativa



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Conforme entrevista com o representante do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Canguçu, a instituição foi fundada no dia 1º de julho de 1962, na localidade da Coxilha dos Campos – 1º distrito de Canguçu, com cento e sete agricultores.

Além da reivindicação, o representante do sindicato salientou que atualmente, os principais serviços oferecidos aos associados do sindicato compreendem a assistência médica e odontológica, convênio com médicos especialistas, encaminhamento de financiamento, encaminhamento do PRONAF Custeio e Investimento, Cadastro Ambiental Rural (CAR), serviço de talão de produtor. Também encaminham benefícios da previdência social, realizam a emissão do Imposto Territorial Rural (ITR) e do Certificado de Cadastro do Imóvel Rural (CCIR). O sindicato disponibiliza sementes do Programa “Troca-Troca” que é do governo do Estado através da Secretaria de Desenvolvimento Rural e a comercialização de produtos para o uso na agricultura e pecuária da loja do sindicato.

O representante do sindicato informou que a instituição possui atualmente entre 5.500 e 6.000 associados ativos e quanto ao número de beneficiários rurais associados no sindicato o representante pesquisado destacou:

Não sei te dizer quantos do total de associados ativos são aposentados ou pensionistas, mas é um número bastante grande porque tem muito aposentado e pensionista que participa. Acho que no 1º e no 2º distrito é onde tem o maior número

de pessoas por quilômetro quadrado e onde tem o maior número de associados (Fala do representante do sindicato, 2023).

Também se observa no Gráfico 10, oito dos entrevistados fazem parte de associações, são elas: Associação Comunitária da Santa Clara; Associação Comunitária Sepé Tiaraju; Associação Regional dos Produtores Agroecologistas da Região Sul (ARPASUL); Centro Comunitário e Recreativo da Glória. Os beneficiários rurais pesquisados relataram que participam das associações da localidade por causa das palestras e cursos oferecidos voltados à agropecuária e agroindústria familiar. Além disso, a Aposentada 5 destacou:

A gente tem vantagens em participar da Associação da Santa Clara, como o trator para fazer o serviço. Esses dias até limpamos os açudes com o trator da associação. Eu paguei a metade do serviço do trator com o dinheiro da minha aposentadoria e a outra metade foi o meu marido que pagou (Fala da Aposentada 5, 2023).

Já a ARPASUL é de suma importância na produção e comercialização de produtos agroecológicos e a Aposentada 17 participa da citada associação porque - *“É o que nos ajudou, que nos deu a força no começo e sempre. Uma feira não é brinquedo”*.

De acordo com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR (2019, p. 31), o associativismo rural “é o meio de organizar grupos de interesse econômico, autossustentável, buscando atender à necessidade, unindo esforços, para realizar objetivos comuns”. Já o cooperativismo rural baseado no SENAR (2019), compreende:

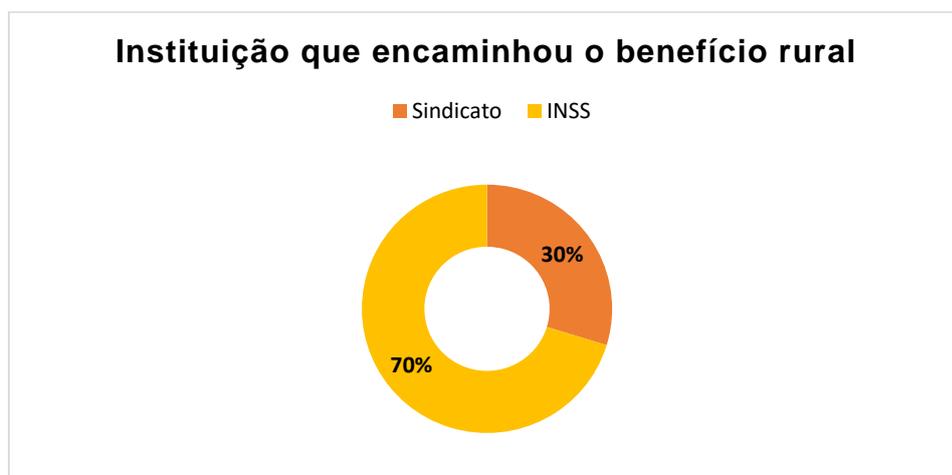
[...] um movimento econômico e social entre as pessoas, com foco na cooperação, na participação dos cooperados e no desenvolvimento de atividades econômicas para melhorar o acesso ao mercado, criando, assim, um ambiente favorável para negócios. No cooperativismo são fundamentais o compartilhamento de ideais, a ajuda mútua, a responsabilidade, a igualdade, a solidariedade e a democracia, além de, principalmente, gestão transparente (SENAR, 2019, p. 38).

Quanto ao cooperativismo na área de estudo, três entrevistados participam da Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul (COOPAR) ou do Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI). Sendo o primeiro pelo fato da produção e comercialização do leite e o segundo devido os serviços oferecidos pela agência, bem como, por receber o benefício rural nesta cooperativa. Ainda segundo

informações da Gráfico 10, onze dos entrevistados declararam que não participam de nenhuma instituição no momento.

Os entrevistados foram questionados sobre a instituição que encaminhou o benefício rural (Gráfico 11) e observa-se que 70% dos entrevistados encaminharam o benefício direto no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Gráfico 11 - Instituições que os entrevistados encaminharam o benefício rural



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Já o restante (30%) encaminhou o benefício rural com o auxílio do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Canguçu. Conforme entrevista aplicada com a representante da referida instituição, o sindicato possui o setor previdenciário e oferece aos seus associados:

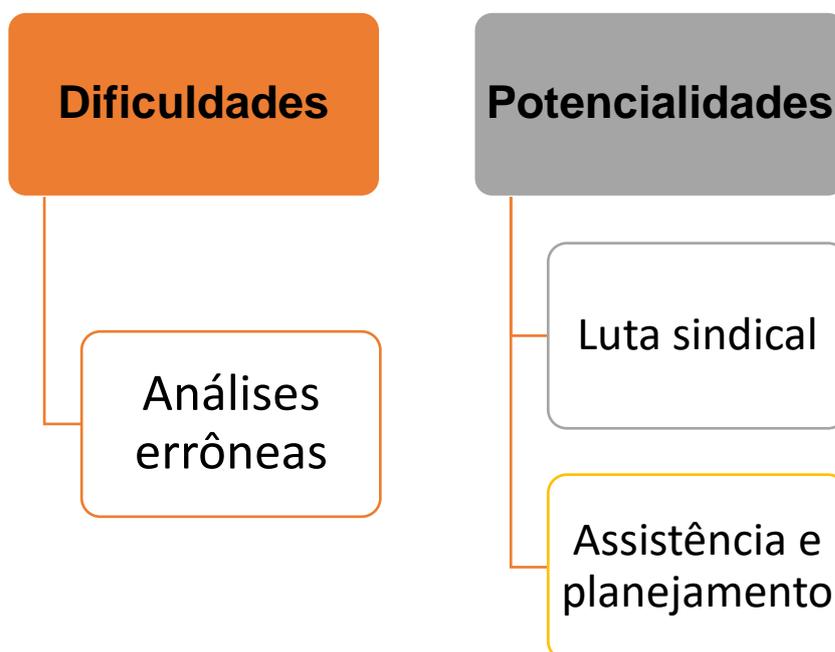
Desde o encaminhamento do benefício que é a aposentadoria, salário maternidade, pensão, auxílio por incapacidade temporária, como também os serviços menores, quando a pessoa precisa de uma certidão ou de um extrato de pagamento (Fala da representante do Sindicato, 2023).

Conforme informado pela representante do sindicato, a instituição possui um convênio com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que são os chamados Acordos de Cooperação Técnica (ACT's), em nível Federal, que compreende um dos principais parceiros do sindicato. A representante do sindicato relatou que o convênio foi viabilizado através da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG-RS). Também frisou a Agência do INSS - Canguçu como uma parceira do sindicato, por possuírem uma boa comunicação.

Além dos serviços oferecidos pelo sindicato aos seus associados, esta instituição tem desde a sua fundação, a questão da reivindicação pela busca e defesa dos direitos dos agricultores familiares. Conforme o representante do sindicato, a previdência social é um dos trabalhos reivindicatórios que o sindicato realiza.

A representante do Sindicato quando questionada sobre as maiores dificuldades enfrentadas no setor previdenciário (Figura 17) destacou as **análises errôneas** de forma constante por parte dos servidores do INSS. A representante do sindicato explica que isso ocorre pelo fato de alguns dos servidores do INSS não conhecerem ou dominarem a legislação previdenciária do segurado especial. Com isso, *“eles (alguns servidores do INSS) entendem que alguns documentos não seriam uma prova plena, mas na verdade é. Isso gera problemas, porque vem o indeferimento, a gente tem que fazer um recurso e demora mais tempo”* – Fala da representante do Sindicato, 2023.

Figura 17 - Dificuldades e potencialidades do setor previdenciário do Sindicato



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Quanto as potencialidades do setor previdenciário do sindicato (Figura 17) a representante desta instituição ressaltou que os direitos aos benefícios rurais é uma conquista da **luta sindical**, mas é necessário lutar diariamente para que ela prevaleça. Outra potencialidade citada é a **assistência e o planejamento previdenciário** prestado ao associado do Sindicato, conforme a fala da representante do Sindicato:

É primordial essa assistência previdenciária porque cada um sabe e domina aquilo em que trabalha. Então, não tem como nós exigir que eles (associados do Sindicato) dominem essa parte, por isso, enquanto nós como sindicato procuramos sempre dar a assistência previdenciária e fazer o planejamento previdência para eles. Futuramente, como ele deve proceder para ficar enquadrado como segurado especial. O nosso papel não é só no momento do encaminhamento, mas um planejamento antes (Fala da representante do sindicato, 2023).

Segundo Brumer (2002), a atuação dos sindicatos rurais tem o compromisso com a previdência social rural junto aos agricultores e constituem-se frente às lutas para a manutenção dos direitos conquistados e na ampliação e busca de novos direitos relacionados à seguridade social dos trabalhadores rurais.

Do total de entrevistados, cinco explicaram que em algum momento tiveram dificuldade no acesso ao benefício rural. A Aposentada 6 destacou que antes de ter o direito à aposentadoria, encaminhou auxílio-doença, mas o mesmo foi negado, com isso, teve que contratar um advogado para conseguir o auxílio solicitado. O Aposentado 20 relatou que na época foi no sindicato e não conseguiu encaminhar a documentação, pois alegaram que faltava uma nota e que ele tinha carteira assinada, conforme relato: *“Trabalhei na Coca-Cola e no Posto Bettin, mas também trabalhava na lavoura. Fui um dos sócios fundadores do sindicato”*. Com isso, o entrevistado encaminhou a aposentadoria por invalidez no INSS – Agência Pelotas e em 15 dias o benefício foi aprovado.

A Aposentada 21 revelou que não foi fácil ter o direito à aposentadoria por invalidez, a solicitação foi indeferida duas vezes, mas no terceiro encaminhamento o perito médico aprovou. A Aposentada 23 explica: *“Sempre trabalhei na roça e não consegui me aposentar com 55 anos. Levei testemunha e não me aposentaram. Fui em Pelotas, no Ministério do Trabalho, negavam e eu recorria”*. A entrevistada conseguiu a aposentadoria por invalidez com 60 anos de idade e o marido dela relatou que a esposa não conseguiu se aposentar por idade porque possuíam terras a mais. A Aposentada 24 relatou:

Tive que colocar advogado até conseguir a aposentadoria por invalidez total. Várias vezes tive auxílio doença e não me aposentavam, tinha um intervalo entre um negado para pedir recurso de novo. Perito não tinha compreensão. Tentei algumas vezes sozinha e quando não cabia mais recurso botei advogado. O advogado cobrava R\$ 100,00 por causa. O auxílio doença era para tantos meses e depois tinha que entrar com toda a documentação e exames de novo (Fala da Aposentada 24, 2023).

Observa-se nos relatos anteriores as dificuldades enfrentadas quanto ao acesso principalmente do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez. Conforme Aguilar e Junior (2016):

O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS torna cada vez mais difícil e burocrática a concessão dos benefícios por incapacidade laborativa. A burocracia é tanta que muitas pessoas desistem da busca por seus direitos em sua integralidade. Conseguir o benefício, torna-se fator importante de sobrevivência das pessoas que se encontram incapacitados temporariamente ou permanentemente (AGUILAR; JUNIOR, 2016, p.1-2).

Sobre os benefícios por incapacidade, Aguilar e Junior (2016) demonstram que os segurados especiais mesmo possuindo todos os requisitos solicitados, enfrentam vários problemas para conseguirem o direito ao benefício rural, sendo que muitas das vezes os benefícios são indeferidos, benefícios estes que iriam garantir a sobrevivência do beneficiário rural e da sua família.

Do total de entrevistados, trinta e um acompanharam a última reforma da previdência e consideraram a mesma como algo negativo, como pode-se perceber em algumas falas no Quadro 7.

Quadro 7 - Algumas falas dos entrevistados sobre a proposta da reforma da previdência

Entrevistado (a)	Fala
Aposentado 3	<i>“Acompanhei. Achei que ia dar zebra, já estava quase me aposentando. Iria ser muito ruim para a agricultura se fosse aprovado. Desde moleque a gente trabalha na lavoura e para a mulher mesmo, com 60 anos também seria ruim”.</i>
Aposentada 6	<i>“Vi alguma coisa sobre a reforma da previdência. Se mudasse ia ser bem ruim. A gente trabalha na lavoura e com 55 anos estamos liquidadas”.</i>
Aposentada 22	<i>“Nós acompanhamos. Os sindicatos se meteram muito e não conseguiram mexer na idade. Aquela vez acho que o sindicato pegou um abaixo-assinado. Acho ruim, porque quando estamos com 55 anos já estamos doente”.</i>

Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Conforme a CONTAG (2019), a previdência social rural ao longo dos anos está dinamizando os municípios brasileiros e compreende uma política social de grande importância na melhoria das condições socioeconômicas da população do campo. As aposentadorias rurais são:

[...] as principais fontes de renda dos municípios, em especial, dos pequenos, onde o subsistema contribui para garantir o sustento de centenas de famílias que não teriam como sobreviver sem essa forma de proteção. Na ausência de políticas explícitas de desenvolvimento territorial local, os benefícios previdenciários rurais transferidos diretamente a indivíduos residentes em municípios de renda per capita inferior à média nacional têm sido fundamentais na sustentação dos níveis de renda e de consumo das famílias rurais, estimulando o desenvolvimento socioeconômico de inúmeras localidades (CONTAG, 2019, p. 12).

Caso a proposta da reforma tivesse sido aprovada, segundo a CONTAG (2019), ocorreria a exclusão de inúmeros trabalhadores rurais da proteção da previdência em razão das dificuldades em acessar os benefícios rurais. Bem como, afetaria a economia dos municípios, diminuiria o consumo, comprometeria a segurança alimentar da população brasileira, pois os recursos dos benefícios rurais contribuem para que as famílias permaneçam no campo produzindo alimentos (CONTAG, 2019).

Vale evidenciar, que o Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Canguçu, realizou segundo o relato do representante desta instituição, um trabalho de reivindicação contra a reforma da previdência, através de uma abaixo-assinado com mais de 6.000 assinaturas de apoio para que não fosse mudada a forma da previdência social rural.

3.4 Dimensão Cultural

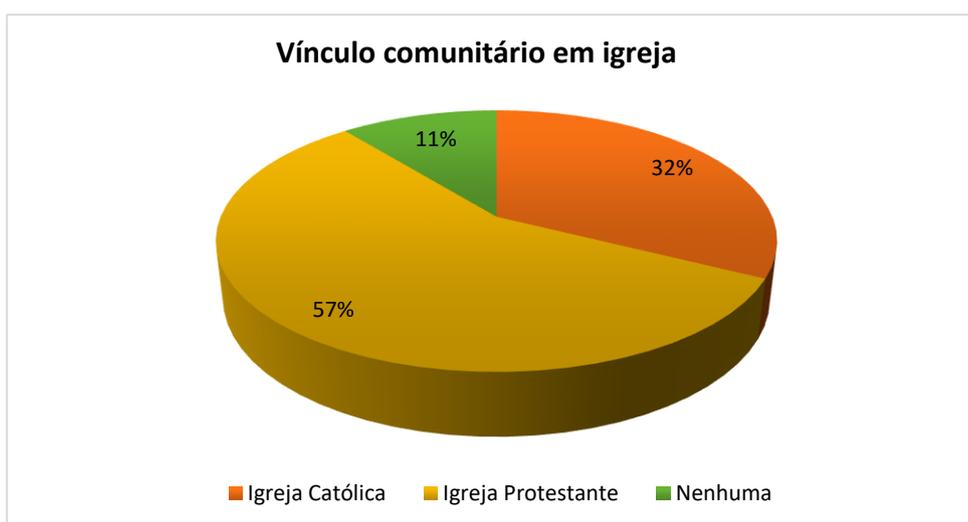
O benefício rural também é utilizado em atividades de lazer entre os vinte e dois, do total de entrevistados. Principalmente, utilizam o recurso da aposentadoria ou pensão em atividades de lazer, como: festas de comunidades religiosas, jogos de futebol, viagens para visitar os familiares e festas particulares.

Percebe-se que os entrevistados participam bastante das festas de comunidades religiosas, sendo estas, uma atividade de lazer e sociabilidade. As festas de comunidade luterana são muito presentes no município de Canguçu e acontecem anualmente, sempre nos domingos. As referidas festas ocorrem durante todo o dia, com várias atrações, como culto festivo, almoço com churrasco e salada de batata, animação de banda com muita música de “bandinha”, dança e uma copa sortida. De acordo com Franz (2020):

As festividades são concebidas como códigos culturais por serem expressões próprias de um povo que manifestam conquistas, relações de louvor por alguma divindade religiosa, entidades espirituais, entre outras razões. O código da festividade envolve outros elementos característicos da cultura de um grupo social, como a música, o canto, a dança, o vestuário, os esportes, a religião e a gastronomia (FRANZ, 2020, p. 96).

Quando questionados se possuem vínculo comunitário em igreja (Gráfico 12), trinta e três dos entrevistados responderam que possuem, sendo doze (32%) frequentam igreja da religião católica, vinte e um (57%) possuem vínculo em igreja da religião protestante e quatro (11%) responderam que não possuem vínculo em comunidade religiosa.

Gráfico 12 - Vínculo comunitário em igreja conforme a religião



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

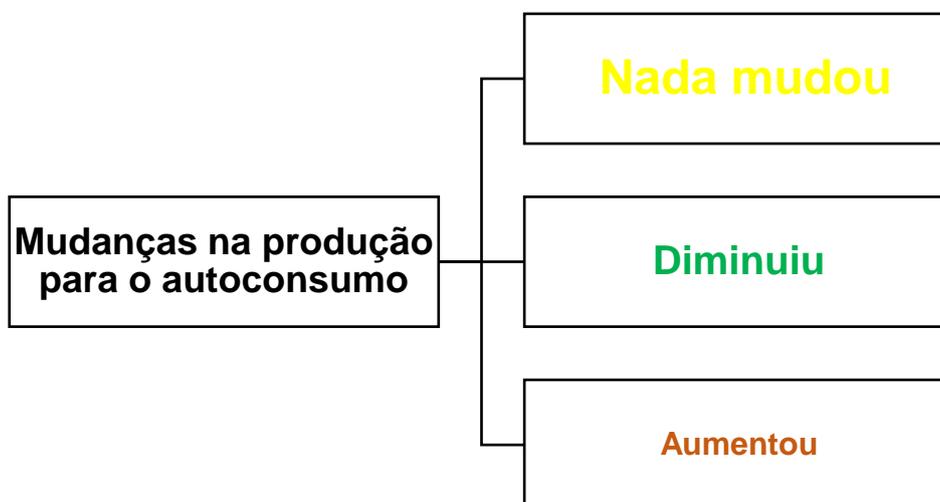
Os entrevistados ao serem questionados se realizam mutirão ou ajuda mútua, dezessete dos entrevistados relataram que no momento não utilizam nenhuma dessas práticas, isso, devido a problemas de saúde. Vinte dos entrevistados explicitaram que participam da ajuda mútua, sendo está, principalmente entre os seus familiares ou vizinhos, como na colheita e na classificação do tabaco e na colheita do milho, conforme relato do Aposentado 11: *“A gente troca serviço, quando alguém precisa de ajuda para quebrar milho ou outro serviço. A gente vem de uma região (Palmeira das Missões-RS) que tinha muita troca de serviços”*. De acordo com Finatto e Salamoni (2008), essa troca de serviço que ocorre entre os agricultores familiares é chamada de ajuda mútua e ela,

[...] é desprovida de qualquer lógica capitalista, ou seja, como retribuição pela ajuda prestada o produtor que recebeu o auxílio em outra oportunidade retribui com sua própria força de trabalho (ou de algum componente da família) o auxílio recebido (FINATTO; SALAMONI, 2008, p. 203).

Observa-se que a ajuda mútua na área de estudo é uma prática presente entre os beneficiários rurais. O trabalho na ajuda mútua da mulher (aposentada ou pensionista) está muito ligado aos afazeres domésticos, o cuidado das crianças e serviços no galpão, como a classificação do tabaco. Já o trabalho na ajuda mútua do homem (aposentado ou pensionista) está relacionado a lavoura, como na colheita do tabaco, milho e feijão.

Sobre as mudanças que ocorreram na produção para o autoconsumo a partir do momento que passaram a ter o direito ao benefício rural, nota-se na Figura 18, baseado no uso do índice de codificação ordem (critério de prioridade) que em primeiro lugar “nada mudou”, em segundo lugar “diminuiu” e em terceiro lugar “aumentou”.

Figura 18 - Mudanças na produção para o autoconsumo



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Ao passarem a ter o direito ao benefício rural, os entrevistados relataram que “nada mudou” quanto ao tipo e quantidade de alimentos produzidos na propriedade familiar para o autoconsumo. Existe uma grande diversidade de alimentos produzidos, com destaque: amendoim, abóbora, tomate, batata doce, feijão, laranja, bergamota, uva, couve, alface, repolho, cebolinha, salsa, beterraba, cenoura, milho, mandioca,

pepino, ervilha, entre outros. Bem como, a criação dos seguintes animais: galinha, porco, carneiro, vaca de leite, pato, ovelha, entre outros.

A produção para o próprio consumo diminuiu em algumas das famílias estudadas, isso ocorre devido à problemas de saúde dos entrevistados, como poder observado na fala da Aposentada 21 - *“Até diminuiu. Antes cuidava muito da horta, mas agora doente, não consigo”*. A estiagem que ocorreu no verão do ano de 2023 no município de Canguçu também provocou a redução da produção de alimentos para ao autoconsumo, segundo a Aposentada 12 - *“A produção para o gasto diminuiu por causa da seca. A água está escassa. Não temos mais batata e feijão, por causa da seca”*. Outro motivo que explica a diminuição da produção para o autoconsumo é que ao passarem a ter o direito ao benefício rural, alguns beneficiários optaram em parar ou diminuir a produção principalmente de milho, batata e cebola. Isso, porque passaram a ter uma renda mensal, o que proporcionou o poder de compra de mais alimentos no mercado.

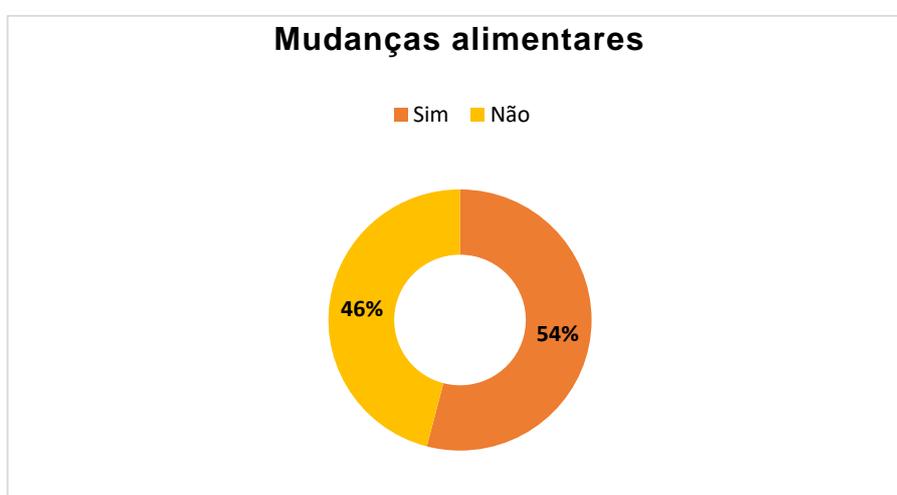
Alguns dos entrevistados relataram que a produção para o autoconsumo “aumentou” após terem o direito à aposentadoria ou pensão, uma vez que antes não tinham recurso e até mesmo tempo para desenvolver esse tipo de produção, como pode ser notado na fala da Aposentada 06 - *“Planto mais coisa para o gasto, antes a produção era mais para a venda”* e do Aposentado 37 - *“Começamos a plantar mais frutas, até porque antes não tinha dinheiro para comprar as mudas”*.

Referente as mudanças alimentares das famílias estudadas, após passarem a ter o direito ao benefício da previdência social rural, constata-se no Gráfico 13 que vinte (54%) dos entrevistados responderam que a alimentação mudou já que passaram a comprar mais alimentos industrializados no mercado com o recurso do benefício rural, como percebe-se na fala da Aposentada 32: *“A gente conseguiu até comprar mais, antes de receber a aposentadoria a gente não tinha dinheiro para comprar”*.

Os entrevistados explicaram que além de adquirirem os alimentos que não conseguem produzir na propriedade, como: arroz, massa, farinha, açúcar, erva mate, café, sal, banana, entre outros. Bem como, alguns industrializados que já consumiam, como mortadela e refrigerante. Também passaram a comprar no mercado principalmente carnes de galinha, porco e rês, batata, óleo de soja, conservas, enlatados, biscoitos, etc.

A alimentação não mudou para dezessete (46%) entrevistados, visto que, continuam adquirindo no mercado os alimentos que não conseguem produzir na propriedade familiar, como arroz, massa, farinha, açúcar, erva mate, café, sal, etc. Também revelaram que mesmo antes de terem o direito ao benefício rural já consumiam produtos industrializados, com destaque: refrigerante e mortadela. A compra de carne de galinha, suína ou bovina ocorre quando a produção na propriedade é insuficiente.

Gráfico 13 - Mudanças alimentares das famílias após passarem a ter o direito ao benefício rural



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Sabe-se que algumas doenças ocorrem em idosos devido a problemas alimentares, são elas: hipertensão arterial, obesidade, diabetes, colesterol alto, doenças cardiovasculares, entre outras. Ao passarem a ter o direito ao benefício rural poderia ser o momento de ocorrer mudanças alimentares de forma positiva, com o consumo de alimentos naturais produzidos na unidade familiar. Porém, observa-se que uma parte dos entrevistados tiveram alterações na alimentação, passando a consumir mais produtos industrializados que são adquiridos com recurso do benefício rural, modificando assim, o padrão de compra de alimentos. A outra parte dos entrevistados não mudaram seus hábitos alimentares, pois seguem produzindo os mesmos produtos na propriedade e comprando o restante no mercado.

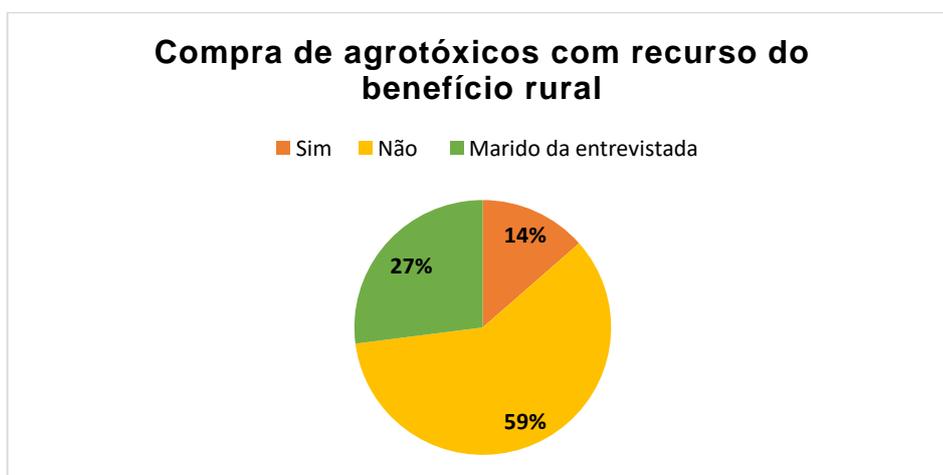
Conforme Wedig e Menasche (2008, p. 71) “algumas transformações vêm sendo identificadas nas práticas alimentares das famílias, principalmente no que se refere à presença cada vez maior de alimentos industrializados”. As autoras

identificaram no Vale do Taquari, que isso ocorre pelo fato das propriedades familiares estarem cada vez mais especializando-se na criação de frango e suíno e no cultivo de soja e milho. Além disso, a renda da aposentadoria rural proporciona a aquisição de alimentos no mercado (WEDIG; MENASCHE, 2008). E segundo Amon e Menasche (2008), a entrada nas unidades de produção familiar de alimentos industrializados é símbolo de modernidade.

3.5 Dimensão Natural/Ambiental

Sobre a compra de agrotóxicos (Gráfico14), cinco responderam que compram agrotóxicos com recurso do benefício rural, vinte e dois não utilizam o recurso da aposentadoria ou pensão para a aquisição de agrotóxicos e dez entrevistadas relataram que é o marido que compra os agrotóxicos com recurso da aposentadoria dele.

Gráfico 14 - Compra de agrotóxicos com recurso do benefício rural



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

A produção de forma agroecológica ocorre em uma das propriedades pesquisadas. Esse tipo de produção é desenvolvido na propriedade desde 1995, muito antes da Aposentada 17 ter o direito ao benefício rural. Os demais entrevistados destacaram que não utilizam agrotóxicos na produção para o autoconsumo, conforme fala da Aposentada 12: “A minha produção de alimentos é sem nada. Só capino e coloco esterco. As frutas também não coloco agrotóxico nenhum”. Vale ressaltar, que alguns aposentados ou pensionistas estudados relataram que com o acesso ao

benefício rural, pararam de plantar fumo e pêssego e com isso, diminuíram o uso de agrotóxicos na propriedade.

De acordo com Caporal e Costabeber (2004), o modelo atual de desenvolvimento rural e de agricultura convencional é insustentável, devido a dependência de recursos não renováveis. O referido modelo de agricultura é responsável pelo aumento dos problemas ambientais, bem como, das desigualdades sociais e econômicas no meio rural (CAPORAL; COSTABEBER, 2004). Os autores citados destacam a necessidade de um novo enfoque de desenvolvimento local que considere a realidade dos agroecossistemas.

Sobre o desenvolvimento do trabalho na propriedade, vinte e três dos entrevistados trabalham de forma manual, com o uso principalmente da tração animal e a enxada. Quatorze dos aposentados ou pensionistas rurais informaram que trabalham de forma manual e mecanizada. Observa-se no Quadro 8 que o trabalho mecanizado é desenvolvido pelo homem, já a mulher está mais envolvida no trabalho manual. Também se percebe no citado quadro que o recurso do benefício rural proporcionou para a Aposentada 17 e o Aposentado 37 a aquisição do trator, sendo assim, o recurso da aposentadoria rural fortalece as atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares através da modernização do sistema produtivo.

Quadro 8 - Algumas falas dos entrevistados sobre a forma de trabalho na propriedade

Entrevistado (a)	Fala
Aposentada 5	<i>“O trator é o meu marido que utiliza e o serviço mais manual sobra para mim”.</i>
Aposentada 17	<i>“Trabalhamos aqui na propriedade de forma manual e mecanizada. O trator comprei depois que me aposentei, faz uns 6 anos que comprei. Pago o financiamento do trator com recurso da minha aposentadoria”.</i>
Aposentada 35	<i>“Aqui só quem pega a enxada é eu”.</i>
Aposentado 37	<i>“Trabalho com a enxada e o trator. Comprei o trator depois que me aposentei e paguei o trator com parte do dinheiro da minha aposentadoria”.</i>

Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Segundo Karnopp e Oliveira (2012) a modernização da agricultura estimulou a mecanização e tecnificação do espaço rural, sendo a agropecuária como grande mercado consumidor de insumos agrícolas. Os autores abordam que o processo de modernização da agricultura aproxima cidade e campo. O citado processo “modifica a relação cidade/campo, pois, outrora, o meio urbano era consumidor dos produtos

cultivados no espaço rural. A partir da mecanização da agricultura, há a inversão: o rural torna-se consumidor do urbano” (KARNOPP; OLIVEIRA, 2012, 219).

Quanto aos recursos hídricos disponíveis nas propriedades familiares estudadas, constatou-se a existência de cacimba, sanga, açude, arroio e poço artesiano, conforme o Gráfico 15.

Gráfico 15 - Recursos hídricos existentes nas propriedades familiares estudadas



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Ainda, sobre os recursos hídricos, a Aposentada 5 explicou que realizaram a limpeza de dois açudes existentes na propriedade familiar e o pagamento foi feito com recurso da sua aposentadoria. Quanto a construção do poço artesiano, a Aposentada 13 destacou: *“O poço artesiano faz dois anos que fizemos. Usamos o dinheiro da aposentadoria para fazer o poço artesiano”*. A Aposentada 24 relatou: *“O poço artesiano faz poucos dias que a gente fez, por causa da seca ficamos bem ruim de água esse ano. Usamos um pouco do dinheiro da aposentadoria para fazer o poço artesiano”*.

Através da assinatura do Decreto de Nº 9302/2023, em 11 de janeiro de 2023, o município de Canguçu determinou situação de emergência devido à estiagem. Somente na produção agrícola, o município contabilizou um prejuízo que ultrapassou R\$ 61 milhões, segundo relatório da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) - Canguçu. Muitas famílias do meio rural de Canguçu sofreram com a falta de água, tanto para o consumo humano quanto para os animais, bem como, a redução da produtividade agropecuária. Na Figura 19, pode-se perceber uma das consequências da estiagem na área de pesquisa.

Figura 19 - Consequências da estiagem nas propriedades estudadas



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Os beneficiários rurais ao serem questionados sobre quais práticas de conservação do solo utilizam na propriedade, a prática mais citada foi a adubação verde, seguida da aplicação de calcário, plantio em curva de nível, plantio direto e rotação de culturas, como pode ser observado na Figura 20, baseado no uso do índice de codificação ordem (critério de prioridade). Vale lembrar, que oito dos entrevistados não estão mais produzindo nenhum tipo de produção agrícola (vegetal e animal), com isso, não realizam nenhuma prática de conservação do solo.

Figura 20 - Práticas de conservação do solo usadas pelos entrevistados



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Além da existência da vegetação nativa nas propriedades familiares estudadas, dezessete entrevistados relataram que plantaram acácia ou eucalipto, com a finalidade de posteriormente consumir a lenha na secagem do tabaco. Para a compra

das mudas, utilizaram o recurso da atividade agrícola e apenas um aposentado relatou que utilizou recurso da aposentadoria para adquirir as mudas de eucalipto. Dois aposentados destacaram que ao passarem a receber o benefício rural, adquiriram mudas de árvores frutíferas, com destaque mudas de laranjeira e bergamoteira. E dezoito dos entrevistados não realizaram nenhum tipo de reflorestamento na propriedade familiar.

Sobre o saneamento básico os entrevistados foram questionados da existência do sistema de esgotamento sanitário. Vinte e quatro dos entrevistados relataram que a fossa do banheiro foi construída antes do benefício rural, nove dos entrevistados construíram a fossa séptica do vaso sanitário após passar a ter o direito à aposentadoria ou pensão e utilizaram o recurso do benefício rural para a referida construção. E quatro dos entrevistados revelaram que o banheiro não possui a fossa séptica.

Vale ressaltar, que o desenvolvimento territorial segundo Saquet (2019)

[...] assume as singularidades de cada território, das territorialidades (relações econômicas, políticas, ambientais e culturais) e temporalidades (ritmos, desigualdades), naturezas (ecossistemas: solos, vegetações, águas, climas etc.), mediações sociais-naturais (técnicas, tecnologias, conhecimentos etc.), mudanças e permanências, das gentes e culturas, da justiça social-territorial (SAQUET, 2019, p. 34).

A partir do que foi identificado no campo empírico considerando cada uma das dimensões de análise – Econômica-Política-Cultural-Natural (E-P-C-N) proposto por Saquet (2005; 2011), verificou-se que as dimensões do desenvolvimento territorial estudadas no município de Canguçu não ocorrem num processo simultâneo, como é defendido por Sachs (1993).

3.6 Perspectivas dos beneficiários rurais pesquisados

Quanto as perspectivas de continuidade dos entrevistados no espaço rural, do total de entrevistados (trinta e sete), um não pretende permanecer no rural, por motivos de segurança. A pedido dos filhos, o Aposentado 25 e sua esposa irão migrar para a cidade. Os demais pesquisados pretendem ficar no espaço rural, pelas seguintes razões: Não se identificarem com a cidade, devido ao barulho, por exemplo; ligação com a natureza; acesso no lugar onde vivem dos serviços que existem na cidade, como internet, placa solar, energia elétrica, mercado, entre outros;

envolvimento em atividades na propriedade, como a produção na horta, cultivo de flores e criação de animais.

O benefício rural garante a permanência dos entrevistados no espaço rural, pois os mesmos sobrevivem com o recurso da aposentadoria ou pensão. Se não existisse esse direito, teriam que trabalhar até mesmo com problemas de saúde – conforme pode ser percebido no relato do Aposentado 7 na Figura 21. Também foi exposto que com o valor do benefício, seria inviável conseguirem se manter na cidade, pelo fato do aluguel ser muito caro e a compra da casa própria seria muito difícil, em razão dos valores dos imóveis serem muito alto na cidade de Canguçu.

Figura 21 - Esquema com alguns relatos sobre as perspectivas de continuidade da família no espaço rural

<p><i>“A ideia é de ficar. Detesto a cidade. É claro que a aposentadoria auxilia. A gente consegue se manter com o salário” – Aposentado 2.</i></p>	<p><i>“Pretendemos ficar, não temos ideia de ir para a cidade. Os da cidade estão loucos para vim para a campanha. Estou aposentada e não preciso trabalhar tanto” – Aposentada 5.</i></p>	<p><i>Pretendo! Porque me criei no interior e gosto da natureza. Tudo que tem na cidade, temos aqui... Internet, placa solar, luz e até o mercado entrega as coisas em casa, é só ligar e pedir o que quero, que eles entregam as coisas aqui” – Aposentada 6.</i></p>
<p><i>“Enquanto tiver vivo vou ficar, estamos num céu aberto. Toda vida, se não fosse a aposentadoria tinha que trabalhar até doente, uma pena ser pouco” – Aposentado 7.</i></p>	<p><i>“Aqui é o melhor lugar. Temos espaço. O salário influencia porque morar na cidade com o aposento não tem como, aluguel é muito caro” – Aposentada 12.</i></p>	<p><i>“Só para a segunda casa (cemitério) saiu daqui. A aposentadoria ajuda muito, pelo menos temos uma reserva” – Aposentada 17.</i></p>
<p><i>“Vou ficar aqui no interior. Se não fosse essa aposentadoria não sei o que seria de Canguçu, seria uma crise” – Aposentado 20.</i></p>	<p><i>“Não, porque os filhos não querem que fiquemos aqui. Por motivo de segurança, não podemos ficar sozinhos aqui, podem nos assaltar” – Aposentado 25.</i></p>	<p><i>“Adoro morar aqui. Adoro a minha plantaçoãozinha e as minhas flores. A aposentadoria ajuda para me manter aqui” – Aposentada 35.</i></p>

Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

O processo de migração da população do campo para a cidade após o direito ao benefício rural é algo inexistente na área de estudo. Dos trinta e sete entrevistados, seis mencionaram que conhecem algum familiar ou vizinho que depois de muitos anos que estava aposentado, acabou migrando para a cidade, isso, devido à velhice, problemas de saúde e pelo fato de não terem mais nenhum filho residindo no campo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A previdência social rural é uma das políticas públicas mais consolidadas no âmbito dos direitos da população rural brasileira. A política pública em questão, surgiu através da reivindicação dos movimentos rurais e persiste até os dias de hoje, pois ocorre uma luta frequente para que este direito permaneça.

Ao definir parâmetros para cada uma das dimensões do território e seguir o caminho metodológico proposto foi possível compreender os impactos da previdência social rural na agricultura familiar e no desenvolvimento territorial do município de Canguçu/RS.

As atividades produtivas desenvolvidas pela agricultura familiar, bem como, o número expressivo de benefícios mantidos da previdência social rural, são de extrema importância para o desenvolvimento do município de Canguçu. Cabe lembrar que a abordagem do desenvolvimento territorial não abarca atualmente, apenas o crescimento econômico, mas está integrado as dimensões sociais (econômica, política, cultural) e ambiental.

Sobre a dimensão econômica é perceptível que os recursos dos benefícios rurais possuem um impacto significativo na renda dos entrevistados e de suas famílias e engloba uma maior importância econômica se comparada a renda de produtos agrícolas ou da pecuária. Os aposentados e pensionistas rurais utilizam ao longo do mês, grande parte do salário-mínimo na compra de itens ligados principalmente às áreas de alimentação, saúde e agricultura. Também, quando necessário, adquirem produtos de vestuário, móveis, eletrodoméstico e construção civil.

Parte significativa dos recursos previdenciários rurais são gastos no comércio do meio urbano de Canguçu, contribuindo assim, na manutenção e até mesmo na ampliação do número de estabelecimentos comerciais e gerando empregos. Com isso, ocorre o desenvolvimento econômico não apenas do espaço rural, mas inclusive do espaço urbano de Canguçu.

Muitos dos sujeitos estudados mesmo ao passarem a ter o direito a previdência social rural, estão envolvidos nas atividades da agricultura ou pecuária. A citada política pública, além de ser utilizada para a subsistência familiar, em muitos dos casos, é investida na atividade agropecuária, contribuindo, na manutenção, ampliação e melhoria da produção, seja para o autoconsumo ou para a produção destinada ao mercado.

O direito à previdência social rural proporciona aos entrevistados a existência de conta poupança e o intuito de guardar dinheiro está relacionado sobretudo para o uso de alguma emergência relacionado à saúde. Em alguns casos, para ser investido na agricultura, como a compra de terras, pagamento de financiamento de máquinas agrícolas e automóveis.

Um dado muito impactante é o número de pensionistas rurais endividados ao acessarem os empréstimos consignados, sendo a maioria mulheres. Os empréstimos consignados são realizados na maioria das vezes para compra de alimentos e medicamentos. Porém, a renda mensal dos beneficiários acaba ficando reduzida.

Quanto a dimensão política, o direito ao benefício rural impacta em uma maior autonomia financeira das mulheres, já que passam a ter o direito de decidir como o salário será gasto.

No município de Canguçu, além do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – Agência Canguçu, o Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Canguçu, dispõe de assistência previdenciária aos seus associados e realiza reivindicações pelos direitos dos agricultores familiares.

Porém, um dos desafios citados pelos aposentados e pensionistas rurais, bem como, pela representante do sindicato refere-se a dificuldade de alguns agricultores familiares em adquirir o direito ao benefício rural, mesmo apresentando todos os requisitos exigidos. Isso ocorre em razão de alguns servidores do INSS realizarem análises equivocadas, por desconhecer ou não dominar a legislação da previdência do segurado especial. O indeferimento acaba gerando problemas para os agricultores familiares conquistarem o direito da previdência social rural.

Quanto a reforma da previdência (PEC 06/2019), caso a proposta tivesse sido aprovada, teria impactos negativos, relacionados a maior dificuldade de os agricultores familiares adquirirem o benefício rural, devido ao aumento da idade e do tempo de contribuição e do valor mínimo exigido anual. Os agricultores familiares estão envolvidos no trabalho desde criança e quando estão com idade próxima em conquistar o direito do benefício rural, já estão com problemas de saúde. Além disso, a aprovação da PEC 06/2019 causaria uma recessão da economia do município analisado, já que muitos comércios dependem dos recursos da previdência social rural.

Os benefícios da previdência social rural ocasionam impactos na cultura dos sujeitos, principalmente nos hábitos alimentares. Para alguns entrevistados, o direito

ao benefício rural proporciona um maior poder de compra de alimentos no mercado. Já os demais entrevistados, ao conquistarem o direito a previdência social rural, diminuíram a produção destinada ao mercado e passaram a dedicar mais tempo e aplicar o recurso do benefício no cultivo de alimentos para o próprio consumo familiar e alimentos estes, produzidos sem o uso de agrotóxicos.

A dimensão natural/ambiental apresenta desafios porque apenas uma das propriedades pesquisadas desenvolve-se a produção de forma agroecológica. Os demais beneficiários rurais que ainda estão envolvidos em atividades agrícolas cultivam os produtos para o mercado com o uso de agrotóxicos.

Mas cabe evidenciar, que com o acesso ao benefício rural, alguns dos entrevistados pararam com a produção de tabaco, ocorrendo assim, uma diminuição no uso de agrotóxicos. Também, os recursos da previdência social rural são investidos na agricultura, como na aquisição de trator, máquina está que facilita o trabalho do idoso no espaço rural. Além disso, no desenvolvimento de técnicas de conservação do solo, principalmente na compra de sementes usada na prática da adubação verde.

As perspectivas dos beneficiários rurais pesquisados são de continuidade no espaço rural e o recurso do benefício influencia nesta decisão porque proporciona renda e conseqüentemente a sobrevivência dos entrevistados e de suas famílias. Ainda, os referidos recursos oportunizam um maior contato com a natureza, a participação em atividades de lazer, melhorias da produção de alimentos para o consumo familiar e até mesmo para o mercado.

Por fim, a tendência é do envelhecimento da população, com isso, os idosos necessitam de maiores investimentos na área da saúde, proporcionando o acesso aos serviços de saúde. Bem como, a previdência social rural esteja presente de forma efetiva e que seja desenvolvida e aplicada de políticas públicas voltadas ao espaço rural. Políticas estas, que valorizem e incentivem a produção de forma mais sustentável não apenas entre a população idosa, mas principalmente entre a juventude rural, ocasionado no futuro o desenvolvimento do território como um todo.

REFERÊNCIAS

AFUBRA, Associação dos Fumicultores do Brasil. **Notícias**, 2023. Disponível em: <<https://afubra.com.br/>>. Acesso em: 24 jan. 2023.

AGUILAR, R. A.; JUNIOR, J. C. F. **As dificuldades enfrentadas pelos segurados do INSS para a obtenção dos benefícios por incapacidade**. UNIVAG - Centro Universitário de Várzea Grande-MT, p. 1-16, 2016.

AMON, D.; MENASCHE, R. Comida como narrativa da memória social. **Sociedade e Cultura** (Online), v. 11, p. 13-21, 2008.

ANDRADE, A. R. de; SCHMIDT, L. P. Metodologias de pesquisa em Geografia. **Repositório Unicentro**, Guarapuava/PR, 2015, p. 1-56.

BANDEIRA, S. de M. **A dinâmica do capitalismo na produção do espaço urbano: Os impactos da atividade fumageira para o setor comercial no município de Canguçu (RS-Brasil)**. 2012. 163f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BELTRÃO, K. I.; OLIVEIRA, F. E. B.; PINHEIRO, S. S. A população rural e a previdência social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais. **Texto para Discussão (IPEA)**, v. 759, p. 1-26, 2000.

BENTO, C. M. **Canguçu reencontro com a história: um exemplo de reconstituição de memória comunitária**. 2ª Ed. Barra Mansa: Irmãos Drumond Ltda, 2007.

BEZERRA, A. J. A. **A agricultura familiar e a universalização dos direitos sociais: estudo sobre a previdência social rural no município de Morro Redondo, Rio Grande do Sul**. 2006. 136 f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2006.

BITENCOURT, R. O. M.; DALTO, F. A. S. Envelhecimento Populacional e o impacto da Previdência Social e do Benefício de Prestação Continuada nos municípios do Corede Litoral/RS. Colóquio - **Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 16, p. 117-138, 2019.

BONENTE, B. I.; FILHO, N. A. Há uma nova economia do desenvolvimento?. In: ORTEGA, Antonio César. (Org.). **Território, Políticas Públicas e Estratégias de Desenvolvimento**. 2ªEd. Campinas - SP: Editora Alínea, 2015, p. 39-56.

BRASIL, **Lei Nº 4.214, de 02 de março de 1963**. Dispõe sobre o “Estatuto do Trabalhador Rural”. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 Set. 2021.

_____. **Lei Complementar Nº 11, de 25 de maio de 1971**. Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 Set. 2021.

_____. **Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 06 set. 2021.

_____. **Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991.** Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2021.

_____. **Emenda Constitucional Nº 103, de 12 de novembro de 2019.** Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2021.

BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. **Sociologias** (UFRGS), Porto Alegre, v. 7, p. 50-81, 2002.

BRUMER, A.; ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA** (UNESP), v. 11, p. 1-12, 2008.

CALDAS, N. V.; Anjos, F. S. dos. Agricultura familiar e previdência social: envelhecendo na pobreza?. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 24, p. 131-158, 2007.

CAMARERO, L. *et al.* **La población rural de España: de los desequilibrios a la sostenibilidad social.** Barcelona: Fundación La Caixa, Colección Estudios Sociales, n. 27, 2009.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** 1º ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004, 24 p.

CASTRO, H. V. de; CHELOTTI, M. C. O processo de modernização tecnológica na agricultura e a disputa territorial no campo brasileiro. **Espaço em Revista**, Catalão/GO, v. 20, n.1, p.55-65, 2018.

CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Previdência social rural: potencialidades e desafios.** Brasília, 2016.

_____. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Previdência rural e reforma: impactos da PEC 06/2019.** Brasília, n. 209, 2019.

DEERE, C. D.; LÉON, M. Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina. **Sociologias**, Porto Alegre, Ano 5, Nº 10, jul/dez 2003, p. 100-153.

DEE-RS. Departamento de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. **Estimativas populacionais, por idade e sexo, dos municípios do RS – 2021.** Porto Alegre, 2021.

DELGADO, G. C.; CARDOSO JÚNIOR, J. C. O idoso e a previdência rural: a experiência recente da universalização. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros.** Brasília: IPEA, 1999, p. 1-23.

DELGADO, G. C.; CARDOSO JÚNIOR, J. C. **Principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a previdência rural na região sul do Brasil** (Projeto avaliação socioeconômico da previdência social rural. Brasília: IPEA, 2000, p. 1-58.

DESLAURIERS, J. P.; KÉRISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, J., *et. al.* **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012, p. 127-153.

DOMÍNGUEZ, A. Trabajo, Capital y Campesinado en América Latina. In: WIZNIEWSKY, C. R. F; MOURAD, L. A. de. F. A. (Orgs.). **Educação, memória e resistência popular na formação social da América Latina**. Porto Alegre: Evangraf, 2016, p. 66-77.

DUTRA, E. J. da S. **A fumicultura no Passo dos Oliveiras, Canguçu - RS: consequências na reorganização do setor agrário**. 2010. 127 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2010.

ESTEVAM, D.; MACIEL, R. Previdência Social Rural no Brasil: uma pesquisa sobre as publicações de dissertações e teses no banco de teses da Capes (1987-2010). **Anais do VI Encontro de Economia Catarinense**, 2012, Joinville – SC, 2012, p. 01-16.

FEE. Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul. **FEE Dados**, 2010. Disponível em: <<<http://feedados.fee.tche.br/feedados>>>. Acesso em: 31 maio de 2022.

FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. O campo da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica C.; JESUS, Sônia M. S. Azevedo de. (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2004.

FERNANDES, B. M. Sobre a Tipologia de Territórios. In: Saquet, M. A.; Sposito, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FINATTO, R. A.; S. G. Agricultura Familiar e Agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas - RS. **Sociedade & Natureza** (UFU. Online), v. 20, p. 199-217, 2008.

FRANZ, J. C. **Imigração e colonização alemã no Vale do Taquari/RS: as continuidades e descontinuidades do processo de identificação territorial**, Santa Maria, 2020. 277 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020.

GERARDI, L. H. de O.; SILVA, B. C. N. **Quantificação em Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1981.

Gil, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4^o. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GRISA, C. A produção para autoconsumo na agricultura familiar: uma análise a partir da teoria da sociedade de risco. **Varia scientia** (UNIOESTE), v. 08, p. 171-200, 2008.

GOBBI, W. A. de O.; PESSÔA, V. L. S. Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões sobre o trabalho de campo. In: RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, Vera L. S. (Orgs.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. 1º Ed. – Uberlândia/MG: Assis Editora, 2009, p. 485-508.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 01 set. 2021.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2017**. Disponível em: <<https://censoagro2017.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 jan. 2023.

JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J. F. de. Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil. **Ciências Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 29, p. 159-176, 2008.

KARNOPP; Oliveira, V. S. Agronegócio e agricultura familiar: reflexões sobre sistemas produtivos do espaço agrário brasileiro. **Redes** (Santa Cruz do Sul. Online), v. 17, p. 215-228, 2012.

LOBATO, L.V. C; COSTA, A. M.; RIZZOTTO, M. L. F. Reforma da previdência: o golpe fatal na seguridade social brasileira. **SAÚDE EM DEBATE**, v. 43, p. 5-14, 2019.

MACIEL, R. O. *et al.* A relação entre a previdência social rural e a permanência dos idosos no campo em municípios do Extremo Sul Catarinense. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre/RS, v. 19, n. 3, p. 621-638, 2014.

MARAFON, G. J. O trabalho de campo como instrumento de trabalho para o investigador em Geografia Agrária. In: RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, Vera L. S. (Orgs.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. 1º Ed. – Uberlândia/MG: Assis Editora, 2009, p. 379-394

MARQUES, M. I. M.. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA** (UNESP), v. 11, p. 57-67, 2008.

MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. S. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Geo UERJ**, v. 2, p. 290-322, 2011.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, p. 71-79, 2014.

MENDES, E. P. P.; PESSÔA, V. L. S. Técnicas de investigação e estudos agrários: entrevistas, registros de observações e aplicações de roteiros de entrevista. In: RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, Vera L. S.. (Orgs.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. 1º Ed. - Uberlândia/MG: Assis Editora, 2009, p. 509-537.

NEVES, J.N.P. **A influência açoriana no processo de transformação do espaço da localidade de Coxilha dos Pereira – Canguçu-RS**. 149f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2011.

OLIVEIRA, S.; CARLE, C.B. Comunidade quilombola de Moçambique: memória, marcadores territoriais e processos de resistência. **Anais do 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, p.1-15, 2011.

NIEDERLE, P. A.; FIALHO, M. A. V.; CONTERATO, M. A. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil - aprendizagens, esquecimentos e novidades. **Revista de Economia e Sociologia Rural** (Impresso), v. 52, p. 9-24, 2014.

ORTEGA, A. C. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos CONSADs. **Revista de Economia e Sociologia Rural** (Impresso), v. 45, p. 275-300, 2007.

ORTEGA, A. C.; SOBEL T. F. Desenvolvimento Territorial: uma avaliação das políticas governamentais no Submédio do Vale do Rio São Francisco. In: ORTEGA, A. C. (Org), **Território, políticas públicas e estratégias de desenvolvimento**. 2ª ed. Campinas - SP: Editora Alínea, 2015, p. 59-89.

PIRES, E. L. S. As lógicas espaciais e territoriais do desenvolvimento: delineamento preliminar dos aspectos históricos, teóricos e metodológicos. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Orgs.). **Geografia Agrária: Teoria e Poder**. 1 Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007, v., p. 55-82.

PLEIN, C.; SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e estratégias de reprodução: o caso do Município de Iporã d' Oeste, Santa Catarina. **Revista Faz Ciência**, Francisco Beltrão, v. 6, p. 231-254, 2004.

RAMOS, H. R. D.; PESSÔA, V. L. S. Encontros e desencontros das informações: o caminho metodológico da pesquisa. In: PESSÔA, V. L. S.; RÜCKERT, A. A.; RAMIRES, J. C. de L. (Orgs). **Pesquisa qualitativa: aplicações em Geografia**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2017, p. 432-461.

RISTER, C. A. **Direito ao Desenvolvimento**: Antecedentes, significados e consequências. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face os desafios da masculinização, envelhecimento e desagrarização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n.1, p. 661-694, 2005.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.

SALAMONI, G.; WASKIEVICZ, C. A. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. **Tessituras**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 73-100, 2013.

SALAMONI, G; FLORES, C. R. Reflexões teórico-metodológicas sobre a agricultura família: algumas perspectivas de estudo para o rural brasileiro. In: MARAFON, G. J.; CHELOTTI, M. C.; PESSÔA, V. L. S. (Orgs.). **Temas em Geografia Rural**, 2º Ed. - Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020, p. 141-164.

SALAMONI, G. *et. al.* **A Geografia da Serra dos Tapes: natureza, sociedade e paisagem.** Pelotas: ED. UFPEL, 2021.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 7-13, 1999.

SANTOS, S. R.; FERREIRA, J. B. **Endividamento e crédito consignado: o perfil do idoso Uberlandense, Uberlândia, 2019.** 20f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Uberlândia, 2019.

SAQUET, M. A. A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, p. 13882-13894, 2005.

_____. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, p. 55-76, 2007.

_____. O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática. **Resgate** (UNICAMP), v. 19, p. 5-15, 2011.

_____. O TERRITÓRIO: a abordagem territorial e suas implicações nas dinâmicas de desenvolvimento. **IGEPEC** (ONLINE), v. 23, p. 23-39, 2019.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E DESENVOLVIMENTO: diferentes perspectivas no nível internacional e no Brasil. In: CANDIOTTO, L.; ALVES, A.; CARRIJO, B. (Org.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia.** 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, v., p. 15-31.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Perfil das Cidades Gaúchas – Canguçu**, p. 1-21, 2020.

SENAR. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Organizações coletivas no meio rural: associativismo e cooperativismo.** Coleção SENAR, Brasília, 2019.

SPOSITO, E. S; SAQUET, M. A. O conceito de território no Brasil: entre o urbano e o rural. **Caderno Prudente de Geografia**, Presidente Prudente, v. 2, n. 38, p. 84-112, 2016.

TROLEIS, A. L.; *et al.*; A amostragem espacial por quadrícula: uma técnica aplicada para análise de estudos geográficos. **Revista do CERES**, Viçosa, v. 1, n. 2, p. 191-195, 2015.

VINUTO, J. A amostragem em Bola de Neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas** - Campinas, v. 44, p. 203-220, 2014.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. **ANAIS DO XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, Caxambu, 1996. p. 1-18.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, 2000.

_____. Agricultura Familiar e Campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, 2004.

WEDIG, J. C.; MENASCHE, R. Comida e classificações: homens e mulheres em famílias camponesas. **CADERNO ESPAÇO FEMININO** (UFU), v. 20, p. 57-74, 2008.

APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA POR PAUTAS COM OS APOSENTADO OU PENSIONISTA RURAL

Data:

Questionário Nº:

Agricultor (a):

Sexo:

Contato:

Localidade:

Ponto do GPS:

Quadrante:

- 1) Caracterização do grupo familiar: sexo, idade e escolaridade de todos os membros que moram na propriedade?
- 2) É aposentado ou pensionista da previdência social rural? Desde quando?
- 3) Mais algum membro da família recebe algum tipo de benefício rural? Quem? Desde quando?
- 4) Além da previdência social rural, acessa outro tipo de política pública? Qual?

Dimensão Econômica:

- 5) O que representa (em %) a renda da aposentadoria ou pensão comparada com outras fontes de renda da propriedade familiar?
- 6) Existem outras fontes de renda na propriedade? Quais?
- 7) Continua produzindo? Se sim, quais os principais produtos agrícolas e da pecuária?
- 8) Com o acesso ao benefício da previdência social rural, ocorreu mudanças dos produtos cultivados na propriedade?
- 9) Aplica algum valor do benefício rural na produção? Se sim, como (sementes, agrotóxicos, fertilizantes, máquinas, implementos, pagamento de empréstimo, outros)?

- 10) Com quais itens (Alimentação; Medicamentos; Vestuário; Móveis; Eletrodomésticos; Outros) gasta mais seu benefício? Enumerar por ordem de importância.
- 11) O benefício rural é usado para investir em saúde? Como: Pagamento por atendimento médico privado? Pagamento por outro tipo de serviço de saúde? Explique.
- 12) O benefício rural é usado para investir em educação? Se sim, de que forma?
- 13) Possui conta poupança? Destina algum valor do benefício rural para poupança?
- 14) Possui empréstimo consignado? Utiliza algum valor do benefício rural para pagar empréstimo financeiro?
- 15) Condição do agricultor? Como adquiriu suas terras? Qual tamanho da propriedade?
- 16) Existe produção para os familiares que estão na cidade?

Dimensão Política:

- 17) O benefício rural proporciona uma maior autonomia da mulher? Como, por exemplo, compra, associação, produção, outros. Explique. (RESPONDER – Apenas a entrevistada do sexo FEMININO).
- 18) Recebeu auxílio de alguém quando encaminhou o benefício? Quem? Foi pedido algo em troca?
- 19) Participa de alguma instituição (sindicato, cooperativa, associação)? Qual? Por quê?
- 20) Em algum momento, teve dificuldades no acesso a algum tipo do benefício rural? Explique.
- 21) Acompanhou sobre a reforma da previdência? A reforma foi positiva ou negativa?

Dimensão Cultural:

- 22) Utiliza algum valor do benefício em atividades de lazer (viagens, passeios, festas comunitárias, entre outros)? Quais?
- 23) Possui vínculo comunitário (em associação, igreja, escola)? Quais?
- 24) Após passar a ter o direito do benefício rural, realiza mutirão ou ajuda mútua?

- 25) A partir do momento que passou a ser beneficiário rural, o autoconsumo “produção para o gasto” teve alguma mudança? Explique.
- 26) Destina recursos do benefício rural para adquirir alimentos industrializados? A alimentação da família mudou? Explique.

Dimensão Natural/Ambiental:

- 27) Utiliza agrotóxicos e fertilizantes químicos na produção com recurso do benefício rural?
- 28) Existe a produção de forma agroecológica na propriedade? Se sim, desde quando?
- 29) Existe alguma recuperação dos ambientes degradados na propriedade após passar ter o direito do benefício rural?
- 30) Como desenvolvem o trabalho (manual ou mecanizado) na propriedade? Algo mudou, após passar a receber o benefício rural?
- 31) Quais recursos hídricos (cacimba; poço artesiano; açude; arroio; “sanga”) existem na propriedade? Destes, quais foram feitos com recurso do benefício rural?
- 32) Quais práticas de conservação de solo são utilizadas? Quais práticas utiliza o dinheiro do benefício rural?
- 33) Sobre o saneamento básico: Possui patente ou banheiro com fossa? Já possuía antes de receber o benefício rural?

Perspectivas:

- 34) Quais são as perspectivas de continuidade da família no espaço rural? O benefício rural influencia nesta tomada de decisão?
- 35) Frequência com a qual se desloca para a cidade? Motivo? Meio de transporte utilizado? Qual a distância em quilômetros da propriedade até o centro de Canguçu?
- 36) Possui algum familiar ou vizinho que ao se aposentar tenha migrado para a cidade?
- 37) Indicação do próximo a ser entrevistado?

**APÊNDICE 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA POR PAUTAS COM
REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES AGRICULTORES
FAMILIARES DE CANGUÇU**

Data:

Representante:

Contato:

- 1) Qual o papel do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Canguçu na luta pelos direitos da previdência social rural?
- 2) De modo geral, quais os principais serviços oferecidos aos associados do sindicato?
- 3) No setor previdenciário do sindicato, quais os serviços oferecidos aos associados?
- 4) Quantos associados o sindicato possui? Destes, quantos são aposentados ou pensionistas rurais? Quantos destes, residem no 1º distrito de Canguçu?
- 5) Quais as maiores dificuldades enfrentadas no setor previdenciário do sindicato?
- 6) Quais as maiores potencialidades do setor previdenciário do sindicato?
- 7) Quais são os principais parceiros do setor previdenciário do sindicato?
- 8) Qual o papel dos benefícios rurais no fortalecimento da agricultura familiar e no desenvolvimento do espaço urbano?
- 9) O sindicato realizou algum trabalho no que diz respeito a reforma da previdência social rural? Explique.

**APÊNDICE 3 - ROTEIRO DE ENTREVISTA POR PAUTAS COM
REPRESENTANTE DO SINDILOJAS - Canguçu**

Data:

Representante:

Contato:

- 1) Levantamento: Número total de comércios existentes e número de pessoas que estão empregadas no comércio e na prestação de serviços.
- 2) Quais são os serviços desenvolvidos pelo Sindilojas?
- 3) Qual a relevância dos benefícios rurais quanto à manutenção do comércio e serviços existentes na cidade de Canguçu?
- 4) Os benefícios rurais ocasionam a expansão das atividades urbanas de Canguçu? Quais?
- 5) Quais tipos de comércio e serviços são os mais procurados pelos beneficiários rurais?
- 6) Quanto representa em percentuais os recursos dos benefícios rurais destinados ao comércio de Canguçu?

APÊNDICE 4 – TERMO DE CONSENTIMENTO

Título da Tese:

**OS IMPACTOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL NA AGRICULTURA
FAMILIAR E NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: UM ESTUDO NO
MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS**

Pesquisadora Responsável: Queli Rejane da Silva Konzgen

Orientadora: Carmen Rejane Flores

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

A pesquisadora responsável pela investigação, Queli Rejane da Silva Konzgen, aluna de Doutorado, do curso de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sob o número de matrícula 201960643 e a orientadora Carmen Rejane Flores, professora da Universidade Federal de Santa Maria, sob o número de Siape 1514168, se comprometem a preservar o anonimato dos dados e das informações coletadas para o desenvolvimento da pesquisa, através das observações, das aplicações das entrevistas e da gravação das entrevistas.

As publicações ou divulgações de qualquer natureza, relacionadas aos resultados da pesquisa, não necessitarão de autorização para serem divulgadas.

Observação: O título da tese pode sofrer alterações.

Santa Maria, 31 de março de 2023.

Queli Rejane da Silva Konzgen – Pesquisadora

Carmen Rejane Flores – Orientadora